



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ARIÁDINE DE OLIVEIRA RABELO DA SILVA

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ: UMA AVALIAÇÃO DO
PROGRAMA DE AUXÍLIOS EM PECÚNIA DO CAMPUS MARACANAÚ**

Fortaleza
2019

ARIÁDINE DE OLIVEIRA RABELO DA SILVA

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ: UMA AVALIAÇÃO DO
PROGRAMA DE AUXÍLIOS EM PECÚNIA NO CAMPUS MARACANAÚ**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Gil Célio de Castro Cardoso

Fortaleza

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S578p Silva, Ariádine de Oliveira Rabelo da.
Política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará :
uma avaliação do Programa de Auxílios em Pecúnia no campus Maracanaú / Ariádine de Oliveira Rabelo
da Silva. – 2019.
165 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado
Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso.
1. Avaliação. 2. Políticas Públicas. 3. Educação Superior no Brasil. 4. Assistência Estudantil. I. Título.
CDD 320.6
-

ARIÁDINE DE OLIVEIRA RABELO DA SILVA

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ: UMA AVALIAÇÃO DO
PROGRAMA DE AUXÍLIOS EM PECÚNIA DO CAMPUS MARACANAÚ**

Dissertação apresentada à Coordenação do
Programa de Mestrado em Avaliação de
Políticas Públicas (MAPP) da Universidade
Federal do Ceará como requisito parcial para
obtenção do título de mestre

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professor doutor Gil Célio de Castro Cardoso (Presidente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor doutor Carlos Américo Moreira Leite
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Doutora Keyla de Souza Lima Cruz
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

A Deus, Senhor da minha vida, que ainda me
surpreende com seu amor e graça.

À minha família, a maior expressão de amor
que eu poderia vivenciar nessa terra.

AGRADECIMENTOS

Acredito que essa é a parte do texto que mais ansiei escrever, pois tantas vezes achei que não conseguiria finalizar este trabalho que até pensava que quando finalmente estivesse escrevendo os agradecimentos é porque teria conseguido, mas cá estou eu, começando os agradecimentos muito antes de o trabalho estar finalizado e com o prazo bem apertadinho. Enfim, isso traz alento ao meu coração ansioso.

Ao meu amigo, amor e companheiro, Antônio Luiz, pois sem o seu incentivo e paciência eu não teria chegado ao fim dessa jornada com tantos percalços. Há 12 anos você tem sido meu porto seguro, acreditando em mim mais do que eu mesma, obrigada por tudo.

Ao meu filho tão desejado e amado, Samuel, que chegou inesperadamente no meio do mestrado, bagunçando a minha vida e o meu cronograma de estudos de forma inexplicável e maravilhosa. Você renovou a minha fé, trouxe vida à minha vida e encheu meu coração de alegria e coragem, mesmo em meio a todas as dificuldades.

Aos meus pais, Soraia e Glaudiver, que sempre se sacrificaram para que eu pudesse ter acesso a uma boa educação, possibilitando que hoje eu esteja finalizando um mestrado. Vocês me inspiram por seu amor, caráter e dedicação.

Às minhas irmãs Arianne e Adrienne, fonte de amor e carinho, que celebram minhas conquistas como se delas fossem. Agradeço especialmente a Arianne, que cuidou e se doou ao Samuel por muito tempo para que eu pudesse escrever este trabalho.

A Vânia, que me auxilia todos os dias, cuidando da minha casa e do meu filho, para que eu possa estudar e trabalhar, muito me apoiou no período de elaboração da dissertação e se tornou uma companheira de oração.

Ao querido professor e orientador, doutor Gil Célio de Castro Cardoso, que me acolheu em um momento de dificuldade e ajudou a tornar o meu processo de escrita mais tranquilo. Sua objetividade, serenidade e confiança me deram fôlego para concluir esta pesquisa.

À professora doutora Rejane Batista Vasconcelos, que contribuiu grandemente para a elaboração deste trabalho.

Ao professor doutor Carlos Américo Moreira Leite que prontamente se dispôs a contribuir com o trabalho apontando o que necessitava ser aperfeiçoado, de forma objetiva, mas gentil.

À querida doutora Keyla Lima Cruz, que aceitou o convite para participar da banca de defesa e contribuiu imensamente para o aprimoramento desta dissertação, mesmo com tantos

compromissos pessoais e profissionais, dedicando parte de seu tempo para coorientar este trabalho. Obrigada pela disponibilidade, pela troca de conhecimentos e pelo cuidado com meu trabalho.

Aos colegas da turma do MAPP-Acaraú, obrigada por esta caminhada incrível, cheia de pedras no percurso, mas também repleta de mãos para ajudar a levantar e a continuar. Em especial, agradeço às amigas da “casa das 7 mulheres”, Adriana, Aniely, Sabrina, Mercês, Rhavena e Kamyllie, foi maravilhoso conviver com cada uma de vocês.

Às companheiras de trabalho da Diretoria de Assuntos Estudantis, pelo apoio e compreensão pela ausência, em especial, a “chefe” Ana Caroline Cabral, que desde o início me apoiou e concordou com a minha liberação para assistir às aulas e redução de carga horária para a escrita da dissertação, e a Carolina Macedo, que prontamente me ajudou, quando eu precisei, com dados do Q-Acadêmico para a pesquisa.

Às amigas Teresa e Lilian, pelas conversas e confissões diárias, pelo apoio incondicional, pelo companheirismo e por se dispuserem a assumir várias demandas para que eu tivesse mais tranquilidade para escrever a dissertação.

À minha amiga Tenyle, que recebeu muitas ligações e mensagens, ouviu muito choro e lamúrias, e sempre me ofereceu um ouvido atento, um ombro e uma palavra de incentivo.

Às amigas que sempre me incentivaram, Patrícia Freitas, Rosângela Rodrigues, Moniza Mota, Emily Joyce e a cumadre Natália Fernandes.

Aos discentes, professores, técnicos e gestores que se dispuseram a participar desta pesquisa, seus depoimentos enriqueceram este trabalho e o tornaram possível, obrigada por partilharem um pouco de suas experiências pessoais e profissionais comigo.

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres” (Rosa Luxemburgo).

RESUMO

Este trabalho busca avaliar o Programa de Auxílios em Pecúnia da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (PAE-IFCE), no *campus* Maracanaú, quanto ao cumprimento dos objetivos de viabilizar a permanência e contribuir para o êxito dos discentes em seu percurso acadêmico, procurando, entre outros aspectos, apreender os seus significados para os sujeitos a quem ele se destina e para os profissionais que o operacionalizam, uma vez que esses segmentos constituirão a base dinâmica, pulsante do que se pretende dar a conhecer com esse empreendimento acadêmico. Para o alcance desse objetivo, foi necessário compreender o que são políticas públicas, por que e como se originam e, sobretudo, como se dá sua execução. E, de forma mais particular, conhecer o contexto de formulação da assistência estudantil e sua relação com a educação superior. O estudo tem abordagem qualitativa e foi precedido de vasta pesquisa documental – legislações, portarias, normativas, manuais – e bibliográfica para constituição e consolidação do referencial teórico que possibilitará o entendimento da realidade social em que se desenvolve a política posta em análise. Para a pesquisa empírica foram enviados questionários virtuais aos grupos participantes, além de aplicação de entrevistas com quatro discentes, um técnico administrativo e dois gestores. O modelo avaliativo escolhido para este trabalho é a pesquisa avaliativa (SILVA, 2008), que compreende a avaliação de políticas públicas em duas perspectivas que dialogam, a técnica e a política. Dentre os resultados alcançados, foi possível identificar a importância do Programa de Auxílios em Pecúnia para a permanência dos discentes na instituição, embora as discussões tenham revelado que os motivos financeiros não são os únicos que precisam ser trabalhados para evitar a evasão. No que diz respeito ao rendimento acadêmico, entretanto, não foi possível estabelecer uma conexão de forma definitiva, ainda que existam elementos que apontem que o recebimento do auxílio em pecúnia pode influenciar no desempenho dos discentes.

Palavras-chave: Avaliação. Políticas Públicas. Educação Superior no Brasil. Assistência Estudantil.

ABSTRACT

This work aims to evaluate the Cash Aid Program of the Student Assistance Policy of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (PAE-IFCE), on the Maracanaú campus, regarding the fulfillment of the objectives of enabling the permanence and contributing to the success of students in their academic career, seeking, among other aspects, to grasp their meanings for the subjects to whom it is intended and for the professionals who operate it, hence why these segments will constitute the dynamic, pulsating basis of what is intended to be given to know with this academic endeavor. In order to achieve this objective, it was necessary to understand what public policies are, why and how they originate and, above all, how they are implemented. And, more particularly, to know the context of the formulation of student assistance and its relationship with higher education. The study has a qualitative approach and was preceded by extensive documentary research - legislation, ordinances, regulations, manuals - and bibliographic for constitution and consolidation of the theoretical framework that will enable the understanding of the social reality in which the policy under analysis is developed. For the empirical research, virtual questionnaires were sent to the participating groups, as well as interviews with four students, an administrative technician and two managers. The evaluative model chosen for this work is the evaluative research (SILVA, 2008), which comprises the evaluation of public policies in two dialogical perspectives, technique and politics. Among the results achieved, it was possible to identify the importance of the Pecunian Aid Program for the permanence of students in the institution, although the discussions revealed that the financial reasons are not the only ones that need to be worked out to avoid dropout. Regarding academic performance, however, it was not possible to establish a definitive connection, even though there are elements that indicate that receiving aid in cash may influence the performance of students.

Keywords: Evaluation. Public policy. Higher Education in Brazil. Student Assistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Linha do Tempo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	82
Figura 2 – O IFCE no Ceará.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Grupos de participantes e critérios estabelecidos (continua).....	26
Quadro 1 – Grupos de participantes e critérios estabelecidos (conclusão)	27
Quadro 2 – Exemplos de fatores que ocasionam a evasão dos estudantes do IFCE (continua)	78
Quadro 3 – Auxílios para estudantes em situação de vulnerabilidade concedidos em 2019 no IFCE e no campus Maracanaú	96
Quadro 4 – Auxílios universais concedidos em 2019 no IFCE e no campus Maracanaú	97
Quadro 5 – Significados de assistência estudantil para estudantes	109
Quadro 6 – Frequência e rendimento acadêmico dos discentes beneficiários do PAP	115
Quadro 7 – Aspectos facilitadores e dificultadores do Programa de Auxílios em Pecúnia ...	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Conhecimento dos estudantes participantes acerca do PNAES	106
Gráfico 2 – Conhecimento dos estudantes participantes acerca da PAE-IFCE	107
Gráfico 3 – Conhecimento dos estudantes participantes acerca do RAE.....	107
Gráfico 4 – Significado do Programa de Auxílios em Pecúnia para os estudantes.....	111
Gráfico 5 – Conhecimento dos docentes participantes acerca do PNAES.....	118
Gráfico 6 – Conhecimento dos docentes participantes acerca da PAE-IFCE.....	119
Gráfico 7 – Conhecimento dos docentes participantes acerca do RAE	119
Gráfico 8 – Opinião dos docentes sobre a afirmação: As ações de assistência estudantil não contribuem para a formação técnica e subjetiva dos estudantes, sua importância se dá apenas no campo do auxílio financeiro para a garantia da frequência escolar.....	121
Gráfico 9 – Conhecimento dos TAE's participantes acerca do PNAES	126
Gráfico 10 – Conhecimento dos TAEs participantes acerca da PAE-IFCE.....	127
Gráfico 11 – Conhecimento dos TAEs participantes acerca da PAE-IFCE.....	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	– Assistência Estudantil
AI- 5	– Ato Institucional nº 5
ANDIFES	– Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BNH	– Banco Nacional de Habitação
CAE	– Coordenação de Assuntos Estudantis
CCA	– Coordenação de Controle Acadêmico
CEFET	– Centro Federal de Educação Tecnológica
CEME	– Central de Medicamentos
CF/88	– Constituição Federal de 1988
CONSUP	– Conselho Superior
CLT	– Consolidação das Leis Trabalhistas
CTP	– Coordenação Técnico-Pedagógica
DAE	– Diretoria de Assuntos Estudantis
DATAPREV	– Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
EPT	– Educação Profissional e Tecnológica
FIES	– Fundo de Financiamento Estudantil
FONAPRACE	– Fórum Nacional de Pró-Assuntos Comunitários e Estudantis
FUNABEM	– Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
FUNAES	– Fundo Nacional de Assistência ao Estudante de Nível Superior
IAP	– Instituto de Aposentadoria e Pensão
IAPAS	– Instituto Nacional de Administração da Previdência Social
IBAD	– Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IEL	– Instituto Euvaldo Lodi
IFCE	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFET's	– Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFES	– Instituições Federais de Ensino Superior
INAMPS	– Instituto Nacional de Assistência Médica
INPS	– Instituto Nacional de Previdência Social
IPES	– Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IRA	– Índice de Rendimento Acadêmico
LBA	– Legião Brasileira de Assistência
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOPS	– Lei Orgânica da Previdência Social
MAPP	– Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas
MDB	– Movimento Democrático Brasileiro
MEC	– Ministério da Educação
PAP	– Programa de Auxílios em Pecúnia
PC do B	– Partido Comunista do Brasil
PEBE	– Programa Especial de Bolsa de Trabalho
PL	– Projeto de Lei
PLS	– Projeto de Lei do Senado
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAS	– Política Nacional de Assistência Social
PNAES	– Programa Nacional de Assistência Estudantil
PSD	– Partido Social Democrático
PT	– Partido dos Trabalhadores
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	– Pontifícia Universidade Católica
REUNI	– Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEPT	– Rede Federal de Ensino Profissional, Científica e Tecnológica
ROD	– Regulamento da Organização Didática
SETEC	– Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISAE	– Sistema Informatizado de Assistência Estudantil
SINPAS	– Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
UDN	– União Democrática Nacional
UNE	– União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	22
2.1	Análise dos dados	28
3	REFERENCIAL TEÓRICO	30
3.1	Vulnerabilidade social como consequência das desigualdades socioeconômicas.....	30
3.2	Políticas públicas de caráter social no estado capitalista.....	37
3.2.1	<i>Origem e trajetória das políticas sociais.....</i>	<i>39</i>
3.3	A trajetória do ensino superior e da assistência estudantil no Brasil.....	51
3.3.1	<i>Assistência estudantil e a democratização do acesso ao ensino superior.....</i>	<i>70</i>
4	O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ.....	80
4.1	O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	80
4.2	O IFCE Campus Maracanaú	86
4.3	A política de assistência estudantil do IFCE	88
4.3.1	<i>O Regulamento de Auxílios Estudantis: o processo de seleção e acompanhamento dos estudantes beneficiários</i>	<i>94</i>
5.1	Avaliação de políticas públicas: uma perspectiva não hegemônica	101
5.2	O Programa de Auxílios em Pecúnia do IFCE: a visão dos estudantes.....	104
5.3	Avaliação do Programa de Auxílios em Pecúnia do IFCE: a visão dos docentes	117
5.4	Avaliação do Programa de Auxílios em Pecúnia do IFCE: a visão dos técnicos administrativos em educação que compõem a equipe de assistência estudantil.....	123
5.5	Avaliação do Programa de Auxílios em Pecúnia do IFCE: a visão dos gestores.....	134
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
	REFERÊNCIAS	145
	ANEXOS	156

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo avaliar o Programa de Auxílios em Pecúnia da Política de Assistência Estudantil desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Nele me proponho a refletir sobre a política de assistência estudantil como um direito social, o qual deve ser garantido e operacionalizado no âmbito da política de educação superior brasileira. Para isso, discutirei também a trajetória da educação superior e os impactos que esse tema tem na vida cotidiana de todas as pessoas, uma vez que o acesso a uma educação formal e de qualidade pode ser um fator determinante na forma como os indivíduos se desenvolvem social, cultural e economicamente.

A assistência estudantil foi definida nacionalmente como um programa por meio do Decreto nº 7.234, de julho 2010, do Governo Federal, mas devido ao seu caráter, é compreendida como uma política pública, já que resulta de uma intervenção estatal para solucionar ou minimizar um problema recorrente da sociedade. Nesse caso, a dificuldade identificada e considerada relevante para entrar na agenda do governo foi o obstáculo que os estudantes das classes subalternas¹ têm apresentado para se manter e obter êxito em um curso superior. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) já realizou cinco pesquisas com o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), tendo sido a última executada em 2018. Segundo o site da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições de Ensino Superior (ANDIFES), as pesquisas apontam que, desde o ano de 2014, o número de estudantes com renda mensal familiar de até um e meio salários mínimos vem aumentando, tendo chegado a 70,2%, em 2018 (ANDIFES, 2019).

A assistência estudantil, assim como as demais políticas públicas, especialmente as de caráter social, é resultado de um embate de forças e interesses opostos (de um lado, estão as classes dominantes e, de outro, os movimentos sociais e a classe trabalhadora), ao mesmo tempo em que contribui para a reprodução da ordem social e econômica vigente. Assim, a discussão sobre a Política de Assistência Estudantil nesta pesquisa, insere-se na compreensão da trajetória do ensino superior, de forma que é possível discutir as formas que a assistência estudantil assumiu ao longo das décadas e o caminho que percorreu até ser entendida como uma área estratégica de intervenção do Estado.

¹ O significado de subalterno é muito utilizado para explicar o modo de vida de grupos e camadas de classe que vivem em condições de exploração e precariedade (SIMIONATTO, 2019)

Ao longo das pesquisas, documental e bibliográfica, identifiquei que, desde 1928, durante o governo de Washington Luís, existiram ações governamentais voltadas aos estudantes pobres de ensino básico e ensino superior, porém tais iniciativas eram isoladas e não possuíam um lugar de destaque nas discussões governamentais, nem na sociedade, além de não serem compreendidas como um direito social.

Foi apenas no contexto de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e com a remodelação da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais, que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído, mediante a Portaria Normativa n.º 39, de 12 de dezembro de 2007, no governo de Luís Inácio Lula da Silva. Esta portaria foi a primeira legislação, de acordo com as informações encontradas nesta pesquisa, que reconheceu a assistência estudantil como uma forma de combater as desigualdades sociais e ampliar as condições de acesso e permanência no ensino superior público federal (BRASIL, 2008).

O PNAES, segundo a portaria que o instituiu, é destinado aos estudantes de cursos de graduação presenciais das IFES e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que deverão ser selecionados por critérios socioeconômicos e tem como principais áreas de atendimento: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, e apoio pedagógico. O programa deve nortear as ações de assistência estudantil das instituições, considerando suas especificidades, áreas estratégicas e as modalidades que atendam ao corpo discente (BRASIL, 2008).

De acordo com o PNAES, as ações de assistência estudantil devem viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para melhorar o desempenho acadêmico, além de prevenir a evasão e retenção² decorrentes de insuficiência de condições financeiras.

Em 2010, o PNAES sofreu alterações e passou a ser regulamentado pelo Decreto n.º 7.234, de 19 de julho do mesmo ano, pois antes, era regido pela portaria normativa n.º 39, de 12 de dezembro de 2007. Tal mudança foi importante porque o decreto é um instrumento jurídico que tem maior força, dando maior estabilidade ao programa. Na seção sobre a assistência estudantil, que se aborda mais adiante, observa-se que já existem projetos de lei que

² O estudante retido nos cursos técnicos integrados, segundo o Regulamento de Ordem Didática (ROD) do IFCE, é aquele que, no período letivo, tem em sua situação de matrícula igual a reprovado e que, no semestre seguinte, cursará apenas as disciplinas em que foi reprovado (IFCE, 2015). De acordo com Pereira (2013), “A retenção no ensino superior é uma expressão utilizada para se referir ao processo que resulta na permanência prolongada do estudante em um curso de graduação”, o que pode ocorrer por diversos motivos, dentre eles, reprovações e trancamento do curso.

pretendem transformá-la em uma política e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) tem sido um importante aliado nesse processo.

Como o Programa Nacional de Assistência Estudantil traz apenas diretrizes gerais e dá a cada instituição a orientação de construir suas próprias regulamentações, o IFCE, assim como outras IFES, optou por elaborar uma política institucional, a despeito de a assistência ao estudante ser nacionalmente categorizada um programa.

A PAE-IFCE está dividida em serviços e programas e abrange atendimentos sociais e psicológicos, oferta de merenda escolar, realização de atividades de cunho pedagógico e transferência direta de recursos financeiros para os estudantes, por meio do Programa de Auxílios em Pecúnia (PAP), que tem como alguns de seus objetivos ampliar as condições de permanência, apoiar a formação acadêmica dos discentes e contribuir para a redução das taxas de retenção e evasão, por meio do repasse de recursos para minimizar algumas das dificuldades encontradas pelos estudantes para cursar o ensino superior (IFCE, 2015a).

O Programa de Auxílios em Pecúnia pode ser considerado o principal elemento da PAE do IFCE, tanto por causa da demanda dos estudantes, quanto pelo montante de recursos que concentra. Ele é regido pelo Regulamento de Auxílios Estudantis (RAE), que prevê auxílios para subsidiar as despesas dos estudantes com moradia, transporte, alimentação, aquisição de óculos ou lentes corretivas, materiais pedagógicos, pagamento de creche ou babá para os discentes que possuem filhos, despesas emergenciais para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e para a participação em eventos de ensino, pesquisa, extensão e intercâmbios (IFCE, 2019).

Foi a partir da experiência como assistente social da Assistência Estudantil do IFCE, desde julho de 2012, que comecei a me aproximar da política. Nos primeiros dois anos, atuei no *campus* de Crateús, o que me proporcionou um maior contato com os estudantes e o conhecimento de uma realidade que é particular dos *campi* do Interior, na qual muitos discentes advêm de famílias pobres, sobrevivendo apenas da agricultura e do dinheiro que recebem do Programa Bolsa Família (PBF).³ Desde 2014, tenho tido a oportunidade de trabalhar na Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE), setor sistêmico vinculado à Reitoria do IFCE, o que me permitiu observar como essa política é executada em todos os *campi*, compreendendo suas especificidades e as necessidades dos estudantes de distintas regiões, o que me fez perceber que existem aspectos que precisam ser avaliados e redirecionados.

³ O Bolsa Família é um programa de transferência de renda que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade social no Brasil, ele é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2015).

Observando a dinâmica de trabalho, comecei a refletir sobre as formas de atuação das equipes de assistência estudantil, o modo como essa política é percebida por parte dos gestores e docentes e seu significado para o público-alvo, os discentes que conseguiram ingressar no IFCE e necessitam de subsídios para concluir seus cursos e galgar uma posição no mercado de trabalho.

Por isso, surgiram os seguintes questionamentos: será que o Programa de Auxílios em Pecúnia garante a permanência e contribui para o êxito escolar de seus beneficiários? Como se deu o processo de implementação e execução do PNAES, a partir da ótica dos estudantes e gestores da instituição investigada? Os estudantes contemplados pelos auxílios financeiros, em destaque auxílios transporte, moradia, discentes mães e pais apresentam bom desempenho escolar durante o período de cobertura do programa de auxílios sob a forma em pecúnia?

Devido ao crescimento da assistência estudantil nos últimos anos, resultado da democratização do acesso às IFES, e por acreditar na sua relevância para a permanência e êxito dos estudantes, entendo que é fundamental fazer uma avaliação dessa política, no âmbito nacional, local e institucional, para analisar os resultados de sua operacionalização e se ela está alcançando os objetivos a que se propõe, contudo avaliar o programa em âmbito nacional e local, e até mesmo a PAE-IFCE, é uma empreitada demasiadamente grande, por isso, nesta pesquisa, deter-me-ei na avaliação do principal programa da política no âmbito institucional. Nesta avaliação, o foco não é apenas verificar os índices de eficiência, eficácia e efetividade, pois entendo que o êxito de uma política pública não é definido apenas pelos resultados mensuráveis em dados estatísticos, mas principalmente pelos significados atribuídos a ela pelos sujeitos envolvidos.

Diante disso e verificando que institucionalmente ainda não é feita uma avaliação do PAP, delimito o seguinte objetivo geral de pesquisa: avaliar se o Programa de Auxílios em Pecúnia cumpre aos objetivos de viabilizar a permanência e contribuir para o êxito⁴ dos estudantes em seu percurso acadêmico. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: compreender as bases conceituais que orientam o Programa Nacional de Assistência Estudantil em relação ao seu contexto de formulação; analisar o processo de implementação e execução do PNAES no IFCE, considerando a perspectiva dos diversos atores envolvidos e os significados da assistência estudantil para cada um deles; e averiguar se os estudantes matriculados no curso de bacharelado em engenharia ambiental e sanitária, que são

⁴ Quando me referir a êxito, estarei tratando sobre o bom desempenho acadêmico do estudante, que deve culminar na obtenção do diploma de graduação.

contemplados com os auxílios em pecúnia, permanecem e detêm um bom desempenho acadêmico.

A produção deste estudo se torna relevante porque, nos últimos anos, identifica-se uma ampliação do recurso destinado à assistência estudantil (acompanhando o projeto de expansão do acesso ao ensino superior) das universidades e institutos federais. No IFCE, o recurso passou de R\$ 8.075.917,00, em 2011, para R\$ 23.232.997,00, em 2018, sendo que apenas nos anos de 2013 e 2017 ele teve uma redução, se comparado ao ano anterior. Com um alto investimento do Governo Federal, é natural que essa política ganhe destaque, tornando cada vez mais necessários a avaliação e o acompanhamento sistemático.

Outro fator que direcionou o estudo dessa política social é a realidade política do país. Em 2018, tivemos eleições presidenciais que dividiram o povo brasileiro, de um lado, um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), apoiado pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que governou também pelo PT no período de 2003 a 2011, Fernando Haddad, de outro, o agora eleito, Jair Messias Bolsonaro, militar da reserva, deputado federal por sete mandatos, entre 1991 e 2018, e filiado ao Partido Social Liberal (PSL).

Enquanto o candidato petista demonstrou ser claramente um defensor das políticas sociais, o presidente Jair Bolsonaro assume uma postura neoliberal, posicionando-se a favor de privatizações e defendendo inclusive a redução dos direitos trabalhistas, como mostra sua fala, em maio de 2018, publicada em diversos meios de comunicação, dentre eles, no *Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul*: "Aos poucos a população vai entendendo que é melhor menos direitos e emprego do que todos os direitos e desemprego" (PARA BOLSONARO..., 2018, *online*).

No dia 30 de abril de 2019, o Ministério da Educação anunciou um corte de 30% na verba das instituições de ensino federais, isto, juntamente com as medidas já tomadas no governo de Michel Temer, como a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que congela os gastos públicos por vinte anos, preocupam quanto ao futuro das políticas públicas, em especial a de assistência estudantil.

No âmbito institucional, esta pesquisa pode indicar aos gestores da instituição se a política está atendendo aos seus objetivos e colaborando para um melhor desempenho dos estudantes e em quais aspectos o Programa de Auxílios em Pecúnia do IFCE pode ser melhorado, além de justificar a necessidade de os gestores, técnicos e discentes lutarem para a ampliação da política de assistência estudantil, caso ela se mostre efetiva.

Para avaliar o Programa de Auxílios em Pecúnia quanto ao cumprimento dos objetivos de viabilizar a permanência e contribuir para o êxito dos estudantes em seu percurso

acadêmico, foi preciso caminhar por algumas etapas explicitadas no capítulo 2, no qual detalharei os procedimentos metodológicos adotados ao longo de toda a pesquisa.

O capítulo 3 aborda as discussões teóricas sobre vulnerabilidade e desigualdades sociais, políticas e sociais no bojo do capitalismo e faz uma análise de contexto da política de assistência estudantil em paralelo ao desenvolvimento da educação superior. Essas discussões são necessárias para formar um referencial teórico que possibilite a avaliação da política de assistência estudantil, no contexto socioeconômico em que se estabeleceu e está sendo executada.

Ao longo do capítulo 4, apresento a trajetória do Instituto Federal de Educação do Ceará, que passou por muitas mudanças ao longo de seus mais de cem anos de existência. Ainda neste capítulo, identifico o lócus da pesquisa empírica, o campus Maracanaú, suas especificidades e a Política de Assistência Estudantil do IFCE.

O último capítulo desta dissertação apresenta discussões em torno dos dados coletados nas falas dos participantes da pesquisa de campo, buscando alcançar o objetivo geral do trabalho: avaliar se o Programa de Auxílios em Pecúnia contribui para a permanência e o êxito dos discentes beneficiários. Ao final, são feitas algumas considerações sobre os resultados encontrados na pesquisa.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresento os caminhos metodológicos trilhados para a realização desta pesquisa, detalhando as abordagens escolhidas, as técnicas de coleta de dados utilizadas e os sujeitos da pesquisa.

Falar sobre metodologia, de acordo com Minayo (2002), inclui explicitar as concepções teóricas da abordagem escolhida, as técnicas que possibilitam a construção da realidade e o potencial criativo do investigador.

Como o objeto de estudo está no âmbito das Ciências Sociais, a pesquisa realizada é de cunho qualitativo, uma vez que trabalha com “um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2002, p. 22). Esta abordagem me permite apreender melhor questões subjetivas que não podem ser mensuradas, como o universo de significados que a política tem para cada sujeito envolvido nela. Para Godoy (1995), a abordagem qualitativa não significa uma proposta rígida, mas permite ao pesquisador usar a criatividade e a imaginação, possibilitando novos enfoques. Escolhi esse tipo de pesquisa, pois

[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2007, p. 57).

A pesquisa de natureza qualitativa proporciona interpretar as visões e elaborações dos sujeitos envolvidos sobre a política de assistência estudantil do IFCE. Junto aos dados coletados nos sistemas institucionais, a análise dos depoimentos dos sujeitos conduziu ao resultado do estudo.

É importante ressaltar que mesmo tendo um caráter principalmente qualitativo, a pesquisa também possui aspectos de cunho quantitativo, visto que foram coletados dados nos sistemas insitucionais para realizar uma análise mais objetiva da situação acadêmica dos discentes.

Para iniciar a pesquisa, realizei uma pesquisa documental e uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de conhecer um pouco mais a política de assistência estudantil no Brasil. Segundo Marconi e Lakatos (2005), a pesquisa documental se restringe à coleta de informações em documentos, escritos ou não, que se constituem em fontes primárias, tais como documentos de arquivos públicos, legislações, estatísticas, tradições orais, dentre outras.

Já a pesquisa bibliográfica diz respeito a toda a bibliografia já publicada sobre a temática, como publicações avulsas, boletins, jornais, livros, revistas, pesquisas científicas, etc., além de publicações orais e audiovisuais divulgadas em rádios, vídeos e televisão. O intuito do levantamento bibliográfico é entrar em contato com as discussões sobre o tema e buscar encontrar novas abordagens de trabalho, possibilitando endossar o que já foi produzido ou mesmo questionar o que está proposto a partir do olhar do pesquisador (MARCONI; LAKATOS, 2005).

A partir das leituras, foi possível identificar quais categorias analíticas precisavam ser discutidas para oferecer aporte teórico metodológico para a avaliação do Programa de Auxílios em Pecúnia da PAE-IFCE. Desse modo, foram definidas as seguintes categorias, seguidas de alguns dos referenciais teóricos utilizados:

- Desigualdades sociais e vulnerabilidade (SILVA, 2010; CRONEMBERG; TEIXEIRA, 2013; CASTEL, 1998).
- Políticas públicas (SOUZA, 2006; BEHRING; BOSCHETTI, 2011; IAMAMOTO, 2011; CARDOSO, 2008; BACELAR, 2003; CASTEL, 1998).
- Ensino superior (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011; DUTRA; SANTOS, 2017; TEIXEIRA, 1989; GOMES, 2010; COSTA, 2009).
- Assistência estudantil (VALLE, 2008; IMPERATORI, 2017; MARINHO, 2017; GUEDELHO, 2017).
- Avaliação (RODRIGUES, 2008; GUSSI, OLIVEIRA, 2014).

O referencial teórico estudado me permitiu elaborar uma retrospectiva sobre o contexto de surgimento das políticas públicas e de que forma elas se modificaram ao longo dos anos, considerando o contexto de transformação social imposto pelo modo de produção capitalista. O que é essencial para entender o porquê de ainda hoje serem necessárias políticas públicas, como a de educação e a assistência estudantil, para tentar inserir social e economicamente uma população marginalizada há décadas, para não falar a séculos.

A partir da apropriação do referencial teórico, também foram feitas reflexões acerca das imbricações entre o contexto de surgimento da assistência estudantil e o desenvolvimento do ensino superior no Brasil e foi possível observar que essas políticas estão intrinsecamente relacionadas e evoluíram paralelamente, pois à medida que a educação foi sendo reconhecida e ganhando mais espaço na agenda governamental, a assistência ao estudante pobre foi se ampliando.

Ademais, foi feita uma pesquisa documental voltada para a identificação e análise de leis, decretos, portarias e documentos institucionais relacionados à implantação da assistência estudantil no âmbito nacional e no IFCE.

A pesquisa de campo foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, que possui 33 *campi*, além de um Polo de Inovação e a Reitoria, ambos em Fortaleza e com cerca de 31.968 estudantes matriculados em todas as modalidades de ensino que oferta, de acordo com dados disponíveis na plataforma institucional “IFCE em Números”.⁵ Logo, foi necessário fazer um recorte desse universo para possibilitar a execução da pesquisa.

Mesmo com esse quantitativo de *campi* e estudantes, *a priori*, pretendia fazer uma análise dos dados gerais que constam no Sistema Informatizado da Assistência Estudantil (SISAE), com amostras de todos os *campi*, para ter condições de avaliar o Programa de Auxílios em Pecúnia no IFCE como um todo, mas por causa de fatores como tempo, custos e um grande volume de informação para tratar, decidi restringir a população estudada aos estudantes do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do campus Maracanaú.

O campus escolhido está inserido no município de Maracanaú, região metropolitana de Fortaleza. A proximidade com o Distrito Industrial do Ceará deu à instituição destaque nos planos local e regional no que diz respeito à qualificação profissional de futuros trabalhadores (CRUZ, 2016), tendo sido o primeiro campus da primeira etapa da expansão dos Institutos Federais no Ceará. Ademais, é um dos *campi* do IFCE que possui uma equipe de assistência estudantil mais completa e foi um dos primeiros a utilizar o SISAE em seus processos seletivos. Já a escolha do curso se deu pelo fato de ele apresentar o maior quantitativo de estudantes cadastrados no SISAE no período de 2019.1, ser o curso com o maior número de matrículas do campus e o que mais forma estudantes, além de já estar em funcionamento há mais de cinco anos.

Em relação à coleta dos dados empíricos, optei pela utilização de questionário virtual, com perguntas abertas e fechadas, que foi enviado via e-mail e pelo aplicativo *whatsapp* aos participantes. Essa escolha se deu por conta do número relativamente grande de atores envolvidos na pesquisa e por dificuldades relacionadas, principalmente, ao tempo disponível para o trabalho. Para Faleiros *et al.* (2016), a ampliação do acesso e a utilização da *internet* no cenário mundial favorecem o uso do ambiente virtual para a coleta de dados, tornando-se uma tendência. Considerando ainda que a internet tem modificado o modo como nos comunicamos, Kotler e

⁵ Para consultar estes e outros dados institucionais acessar: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>

Keller (2006) afirma que a internet pode ser entendida como uma forma de comunicação entre o pesquisador e o pesquisado, oferecendo várias possibilidades a serem exploradas.

Em contrapartida, uma das desvantagens que tem sido identificada nas pesquisas via internet tem sido a baixa taxa de resposta. De acordo com Gonçalves (2008, p. 7):

[...] muitos pesquisadores têm se aprofundado nesse tópico (EVANS; MATHUR, 2005; ILIEVA; BARON; HEALEY, 2002; SCHONLAU; FRICKER JR.; ELLIOT, 2001; WILSON; LASKEY, 2003). Malhotra (2004) apregoa que a baixa taxa de resposta é a principal desvantagem associada à realização de uma pesquisa de marketing pela internet. Entretanto, as razões para tal constatação precisam ser mais bem estudadas.

No caso desta pesquisa, realmente, a taxa de resposta inicial foi muito baixa. Para atenuar esse problema, realizei contatos via telefone e mensagens de *whatsapp* algumas vezes com vários participantes, além do reenvio do questionário por e-mail três vezes, todas explicando a pesquisa e a importância da participação de cada grupo de atores. Ressalto que todos os participantes concordaram, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que consta em anexo, em participar do estudo. Adiante, quando especificar os sujeitos da pesquisa e os critérios de escolha para sua participação, também apresento o percentual de respostas recebidas.

Entendendo as limitações dos questionários virtuais e visando aprofundar a relação com os sujeitos da pesquisa, foram realizadas também entrevistas face a face com um grupo menor, como técnica e instrumento, seguindo um roteiro estruturado com perguntas subjetivas. Todas as entrevistas foram agendadas previamente por contato telefônico, o que permitiu uma interação inicial com os pesquisados, que se disponibilizaram prontamente a participar do estudo. É relevante informar que, para garantir a reprodução fidedigna das informações prestadas, as entrevistas foram gravadas com a permissão dos participantes, além de frisar a garantia do sigilo.

A escolha da entrevista deu-se por esse recurso ser considerado por alguns autores como o instrumento por excelência da investigação social, podendo ser superior a outros quando utilizado corretamente (LAKATOS; MARCONI, 2003). É necessário esclarecer também que a entrevista não se trata de uma conversa despreziosa e neutra, mas possui finalidade e propósitos definidos. A entrevista semiestruturada, com perguntas formuladas anteriormente, permite que os sujeitos participantes falem sobre as suas experiências e façam reflexões sobre a realidade investigada (MINAYO, 2002). Ressalto que todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que consta em anexo.

Dando prosseguimento ao percurso metodológico, apresento a seguir os atores participantes da pesquisa. Para conseguir uma avaliação mais ampla e mais profunda do Programa de Auxílios em Pecúnia do IFCE, é preciso conhecer os atores envolvidos direta ou indiretamente no seu processo de implementação e execução. Por isso, foram definidos quatro grupos para participar da pesquisa: estudantes, técnicos administrativos, professores e gestores. Os estudantes, por serem o público-alvo da política; os técnicos, por serem os principais responsáveis pela execução da assistência estudantil; os professores, por estarem em contato mais frequente com os estudantes e, por, muitas vezes, conseguirem identificar possíveis dificuldades pelas quais estão passando; e, por fim, os gestores, porque são os responsáveis por acompanhar todos os processos que acontecem na instituição, inclusive sendo o diretor geral do campus, o ordenador financeiro.

Os auxílios em pecúnia concedidos por meio da PAE do IFCE, que serão considerados nesta pesquisa, são: auxílio transporte, auxílio moradia e discentes mães e pais. Tais auxílios se destinam, respectivamente, para: possibilitar ao estudante se deslocar de sua residência para assistir às aulas e realizar atividades acadêmicas, subsidiar as despesas do estudante que tem filhos para pagar creche ou babá no horário das aulas; possibilitar aos estudantes que vêm outras regiões, municípios, estados ou países para estudar a locação de um imóvel. Escolhi estes auxílios por procurarem atender às necessidades mais básicas.

No Quadro 1, apresento cada grupo pesquisado e os critérios estabelecidos para sua participação.

Quadro 1 – Grupos de participantes e critérios estabelecidos (continua)

ATORES	CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO	QUANTIDADE	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
ESTUDANTES	Estarem matriculados nos últimos três semestres do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária (8º, 9º ou 10º). Terem participado do processo seletivo para a concessão de auxílios estudantis do semestre 2019.1. Estarem recebendo um dos seguintes auxílios: transporte, moradia ou discentes mães e pais. Já terem recebido auxílios estudantis por, no mínimo, três semestres.	28	Questionário elaborado na plataforma <i>Google Forms</i> enviado por e-mail e <i>whatsapp</i> - 28. Entrevistas face a face -4.

Quadro 1 – Grupos de participantes e critérios estabelecidos (conclusão)

ATORES	CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO	QUANTIDADE	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
DOCENTES	Ministrarem aula no curso de Engenharia Ambiental e Sanitária. Serem professores efetivos Atuarem há, no mínimo, dois anos no IFCE Maracanaú.	34	Questionário elaborado na plataforma <i>Google Forms</i> enviado por e-mail e <i>whatsapp</i> – 34.
TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	Compor a equipe de assistência estudantil ou a equipe pedagógica do campus. Disponibilidade e interesse para participar do estudo.	7	Questionário elaborado na plataforma <i>Google Forms</i> enviado por e-mail e <i>whatsapp</i> – 5. 2- Entrevistas face a face.
GESTORES	Ocupar um dos seguintes cargos: diretor geral; diretor de ensino; ou coordenador (a) de assistência estudantil.	3	Questionário elaborado na plataforma <i>Google Forms</i> enviado por e-mail – 1. 2 – Entrevistas face a face.

Fonte: Elaboração própria.

Diante do exposto, obtive o seguinte retorno:

- Dos 28 questionários encaminhados aos estudantes, onze foram respondidos, o que corresponde a aproximadamente 38,28%, embora das dezesseis perguntas três questões subjetivas não tenham sido respondidas por todos os participantes; além disso, dos quatro estudantes escolhidos para ser entrevistados, dois foram selecionados por seus altos índices de rendimento acadêmico e os dois baixos índices de rendimento acadêmico dentre os 28 selecionados.
- Dos 34 questionários enviados aos professores, recebi oito respostas, o que corresponde a aproximadamente 23,52%.
- Dos cinco questionários enviados aos técnicos administrativos, três foram respondidos, o equivalente a sessenta por cento. Ademais foram entrevistadas as duas assistentes sociais do campus por serem as profissionais diretamente ligadas à execução do PAP.
- Foi enviado um questionário à diretora de ensino, mas não obtivemos retorno, foram entrevistados ainda o diretor geral do campus e a coordenadora de Assuntos Estudantis.

De acordo com Marconi e Lakatos (2005), os questionários que são enviados para os entrevistados alcançam em média 25% de devolução. Tomando como referência estes autores, os resultados alcançados podem ser considerados razoáveis.

Além da dificuldade de resposta aos questionários por parte dos participantes, também foram consideradas as questões discutidas por Minayo (2017) sobre amostragem e saturação em pesquisas qualitativas. Segundo a autora, “uma amostragem qualitativa ideal é a que reflete, em quantidade e intensidade, as múltiplas dimensões de determinado fenômeno e busca a qualidade das ações das interações em todo o decorrer do processo”.

Igualmente, não existe um ponto de saturação *a priori* definido, e nunca a quantidade de abordagens em campo pode ser uma representação burocrática e formal estabelecida em números. O que precisa prevalecer é a certeza do pesquisador de que, mesmo provisoriamente, encontrou a lógica interna do seu objeto de estudo – que também é sujeito – em todas as suas conexões e interconexões (MINAYO, 2017, p. 10).

É importante ressaltar que os participantes serão identificados por uma sequência numérica seguida da primeira letra de seu grupo, por exemplo: E1 – estudante 1; G2 – gestor 2, D4 – docente 4, T3- técnico administrativo 3, e assim sucessivamente.

2.1 Análise dos dados

Para analisar os dados coletados nas entrevistas e nos questionários, utilizei como referencial as etapas estabelecidas por Minayo (2002): ordenação, classificação e análise final. A autora denomina sua proposta de análise de dados de método hermenêutico-dialético, no qual a fala dos sujeitos é situada em seu contexto para melhor compreensão.

Na etapa de ordenação, as respostas obtidas nos questionários e nas entrevistas foram organizadas de acordo com os grupos pesquisados (estudante, docentes, técnicos administrativos e gestores), e o material foi lido e relido. O objetivo nesse momento foi de ter uma visão geral do material coletado e das perspectivas dos atores envolvidos no processo de pesquisa.

Na etapa de classificação, as falas foram ordenadas por temática, por exemplo: os significados que cada um desses sujeitos atribui à assistência estudantil, classificando os dados a partir de várias leituras do material coletado. Neste momento, procurei identificar categorias que surgiram na fala dos sujeitos participantes, mas sem formular uma análise mais aprofundada ainda. Ainda nessa etapa, foram separadas as respostas objetivas das subjetivas e organizadas na ordem em que deveriam ser apresentadas no texto.

Na etapa de análise final, confrontei as falas dos atores envolvidos para verificar a existência de concordância, discordância ou complementaridade, observando assim a existência

de significados distintos da assistência estudantil para os grupos pesquisados. Cruz (2016, p. 21-22) explica perfeitamente o processo:

As etapas de ordenação e classificação demandaram profunda inflexão sobre o material empírico. Estes foram considerados desde o ponto de partida, em que estes dados, representativos do real, foram analisados, mediante sucessivas abstrações (retirada das determinações mais concretas do elemento abstraído até atingir determinações mais simples), permitindo assim o conhecimento, sempre provisório, do objeto de estudo na sua concreticidade. A esse caminho de volta, os dados empíricos, antes caóticos, se configuram como um concreto pensado, síntese das múltiplas determinações apreendidas no esforço intelectual do pesquisador. Esse movimento dialético, entre o real e o pensamento, e que resulta no conhecimento concreto do objeto de estudo, opera-se, segundo Paulo Netto (2011), envolvendo universalidade, singularidade e particularidade. Esse processo se configura como a análise final dos dados.

As falas dos participantes da pesquisa foram analisadas a partir do referencial teórico utilizado para este trabalho, considerando o processo histórico de evolução das políticas públicas brasileiras e o desmonte que elas vêm sofrendo desde 2016, com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer à Presidência da República, a importância da política de assistência estudantil como parte do desenvolvimento e a expansão da educação superior brasileira para garantir não apenas o acesso, mas a permanência das camadas populares nas IFES, e a avaliação de políticas públicas como instrumento de controle social, que tem como um de seus objetivos munir os beneficiários e a população de dados e informações para pressionar as autoridades por melhorias nos programas e serviços. Além disso, foi feito um esforço intelectual para desvelar os resultados para além do senso comum, inserindo-os no contexto sócio-histórico atual.

Apresentado o percurso metodológico seguido para a realização desta pesquisa, no capítulo seguinte, inicio a discussão sobre políticas públicas, educação superior e assistência estudantil, estudantil para construir um referencial teórico capaz de embasar as análises dos dados coletados no campo empírico para fazer a avaliação do PAP.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para avaliar o programa de auxílios em pecúnia da PAE-IFCE, utilizo alguns pressupostos teóricos como lentes que permitem uma análise de conteúdo mais profunda da política. É uma característica da avaliação em profundidade que essas categorias analíticas sejam retiradas da política que está sendo analisada, por isso, todas as categorias aqui definidas estão intrinsecamente ligadas à PAE.

Inicialmente, fiz uma discussão sobre desigualdades sociais e vulnerabilidade, tomando como referência as definições utilizadas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), para demonstrar de que modo o fato de o Brasil ser um país extremamente desigual e injusto socialmente acarreta na condição de vulnerabilidade de milhões de sujeitos, dificultando inclusive o seu acesso à educação, o que é relevante, principalmente considerando que o público-alvo do Programa de Auxílios em Pecúnia, avaliado nesta pesquisa, é formado por

[...] estudantes considerados vulneráveis, que se encontrem em situação de desproteção, insegurança, riscos relacionados à pobreza, ao pertencimento territorial, étnico-racial, cultural, em situações de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, que possam ser impeditivas do acesso aos direitos e serviços sociais básicos e aos bens materiais e culturais (IFCE, 2019, p.2).

Em seguida, inicio a discussão sobre o surgimento das políticas sociais e o porquê de elas serem necessárias, para isso, usei como referência, principalmente, as autoras Behring e Boschetti (2011).

Por último, apresento uma retrospectiva da história do ensino superior brasileiro fazendo sempre um paralelo com o desenvolvimento da assistência ao estudante, que assumiu diversas faces até ser compreendida como um direito social, demonstrando de que modo a democratização do acesso ao ensino superior fortaleceu essa política, utilizando como referência os seguintes autores Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), Valle (2008) e Imperatori.

A discussão em tela subsidiará o objetivo de compreender as bases conceituais que orientam o Programa Nacional de Assistência Estudantil em relação ao seu contexto de formulação, de modo a estabelecer uma base teórica para análise dos dados.

3.1 Vulnerabilidade social como consequência das desigualdades socioeconômicas

Segundo o Dicionário Online de Português (2019), a igualdade consiste na “falta de diferenças” entre coisas ou pessoas, mas também faz referência ao “princípio de acordo com

o qual todos os indivíduos estão sujeitos à lei e possuem direitos e deveres” e ainda significa igualdade como “justiça”. Essa noção de que todos são (ou devem ser) iguais é algo antigo e complexo e faz oposição a outra noção que também existe desde o princípio da humanidade, o de desigualdade. O mesmo dicionário traz os seguintes significados para desigualdade: “caráter ou condição do que não é igual: desigualdade de condições”; “ausência de equilíbrio”; “particularidade do que é injusto” (DICIO, 2019).

De acordo com Sen (2008), economista indiano que ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 1998 pela sua contribuição com as teorias de escolha social e bem-estar social, a simples ideia de igualdade entre as pessoas é refutada pela heterogeneidade própria dos seres humanos, tanto no que diz respeito a características físicas e psíquicas de cada um, quanto no que se refere às inúmeras variáveis externas que podem ser consideradas quando tratamos de igualdade. Alguns exemplos dessas variáveis são o ambiente em que se vive, a riqueza material a que se tem acesso e as oportunidades a que cada indivíduo é exposto ao longo da vida. Desse modo, ainda que legalmente todos sejam iguais, aqueles que têm algum tipo de desvantagem, precisam ser tratados de forma distinta para que ela possa ser superada ou mesmo amenizada.

Para Cowell (2011), falar em desigualdade pode suscitar diferentes ideias na cabeça das pessoas, dependendo de sua formação e seus preconceitos, o que a torna uma palavra complexa, pois ao longo do tempo foi se relacionando com uma série de problemas sociais e econômicos. Aqui, a desigualdade, especificamente social e econômica, é compreendida sob a ótica marxista, que a entende como fruto do modo de produção capitalista, no qual uma pequena parcela da população possui os meios de produção enquanto os demais precisam vender sua força de trabalho para sobreviver por um preço inferior ao seu real valor.

O Brasil, desde o período da colonização, é um país desigual, do período colonial ao neoliberal, sempre houve poucas pessoas com riqueza e acesso a serviços, como educação e saúde, enquanto muitas outras não possuem sequer o que comer, vestir ou morar.

Furtado (2007) defende que o Brasil “inicia” seu processo de formação econômica como uma colônia, primária exportadora e escravocrata, que basicamente atendia aos interesses da metrópole exportando toda a riqueza produzida para o continente europeu, mas se pensarmos o contexto atual, o país continua a produzir e a exportar principalmente produtos primários e de baixo valor, a concentração das riquezas continua nas mãos de poucos e o contingente populacional que vive à margem da sociedade é enorme. A hipótese do autor é que essa herança colonial pode ser apontada como uma das causas para as desigualdades existentes até hoje. Além de Celso Furtado, outros intelectuais, como Darcy Ribeiro (1995), tentaram encontrar

respostas e soluções para as disparidades sociais e econômicas entre os brasileiros, mas o Brasil continua no ranking dos países com maior concentração de renda do mundo.

Dada que a discussão sobre a desigualdade social e vulnerabilidade no Brasil se insere no contexto de construção da assistência estudantil, levando, muitas vezes, a dificultar o acesso de jovens em condição de vulnerabilidade à educação superior pública e gratuita, este trabalho visa avaliar a política de assistência estudantil implementada no IFCE, que tem como um de seus objetivos minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior (BRASIL, 2010), então, é relevante discutir de que modo essas desigualdades, que perpassam várias esferas da vida cotidiana de muitos brasileiros, impactam sua existência e os inserem em um cenário de vulnerabilidade socioeconômica.

No Brasil, existe um enorme grupo de pessoas que sempre estiveram à margem da sociedade, pois nunca foram inseridas no mercado formal de trabalho ou participaram efetivamente dos processos de construção e transformação social. Essa condição tem sido uma marca de todas as gerações e formou uma população de trabalhadores autônomos e assalariados, que recebem remuneração insuficiente para suprir suas necessidades básicas e sem qualquer garantia de proteção social, colocando-os em uma condição de vulnerabilidade social (SILVA, 2010). Enquanto isso, a maior parte da riqueza produzida fica concentrada nas mãos de um pequeno grupo, donos dos meios de produção, das terras, de instituições financeiras, etc., aumentando ainda mais as disparidades sociais.

Silva (2010, p. 157) coloca ainda que a base do sistema de produção capitalista, fundamentada na expropriação e na exploração para gerar mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda do país entre as diferentes classes sociais são as culpadas pela criação de:

[...] de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política. Esse entendimento permite desvelar valores e concepções inspiradoras das políticas públicas de intervenção nas situações de pobreza e as possibilidades de sua redução, superação ou apenas regulação.

No texto de Silva (2010), ao tratar sobre desigualdade, ela fala também sobre pobreza e exclusão, pois compreende que as três estão intrinsecamente relacionadas. Percebe-se então que é muito difícil falar sobre desigualdade social, sem se referir à pobreza, uma de suas principais expressões, mas quero chamar a atenção para o fato de que a ausência ou a insuficiência de recursos financeiros é uma das consequências da desigualdade social brasileira.

Para além disso, a falta de acesso aos direitos sociais estabelecidos na CF/88, como saúde, educação, moradia, lazer, trabalho, alimentação, etc., insere os sujeitos em um contexto de vulnerabilidade socioeconômica.

Considerando que a lógica do capitalismo gera por si só um contingente populacional excluído, as políticas públicas deveriam ser uma intervenção do Estado para atenuar a condição de vulnerabilidade dessas pessoas, buscando incluir os que têm desvantagens, oferecendo-lhes oportunidades de superar o sistema para que tenham condições de ascender social e economicamente. Entretanto,

[...] as políticas sociais, para serem mais eficazes, devem estar articuladas a políticas macroeconômicas que garantam um crescimento econômico sustentado; a geração de emprego; a elevação da renda proveniente do trabalho e, sobretudo, a redistribuição de renda ainda altamente concentrada no Brasil (SILVA, 2010, p. 156).

Infelizmente, “a política social no Brasil tem assumido uma perspectiva marginal e assistencialista, desvinculada das questões macroeconômicas, servindo mais para regulação ou administração da pobreza num dado patamar” (SILVA, 2010, p.158), como se aprofunda na seção sobre políticas sociais. Mais uma vez, chamo atenção para o tema das políticas públicas porque o objetivo principal é fazer a avaliação de uma delas e, se possível contribuir para que ela possa ser mais efetiva, possibilitando aos beneficiários do Programa de Auxílios em Pecúnia desenvolverem suas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão, com menores dificuldades financeiras, além de dar suporte a todos os estudantes que necessitem dos serviços de acompanhamento pedagógico, psicológico e social.

É fato que as desigualdades sociais é resultado do modo de produção capitalista no qual o Brasil está inserido e que historicamente as políticas sociais não têm conseguido superar tais desigualdades, o resultado é a existência de brasileiros que vivem permanentemente em uma condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Considerando que o público-alvo da PAE-IFCE são estudantes em situação de vulnerabilidade, aprofundar essa concepção é extremamente importante, todavia seu significado não é pacífico, existindo vários conceitos em distintas áreas do conhecimento. Considero pertinente tratar um pouco sobre exclusão, já que é um debate anterior às discussões sobre vulnerabilidade.

Para Cronemberger e Teixeira (2013), é importante diferenciar a exclusão da vulnerabilidade social, visto que o primeiro termo surgiu antes e serve para identificar situações extremas que envolvam marginalidade ou pobreza. Os debates sobre exclusão iniciaram na

França, nas últimas décadas do século XX, expandindo-se também a outros países europeus por causa das mudanças tecnológicas, na economia e a desarticulação do Estado de Bem-Estar Social.

Com tantas mudanças nas condições sociais e econômicas, a situação dos cidadãos também foi modificada, principalmente pela redução do Estado de Bem-Estar Social, que limitou o acesso a serviços públicos. A precarização das condições de trabalho e a falta de postos de emprego, além da redução do acesso a bens e serviços, acabam deixando parte da população em uma situação de exclusão, já que não tem mais condições de participar ativamente de atividades sociais.

O termo exclusão está vinculado à desestruturação dos *liames sociais* que promovem a coletividade na sociedade, bem como aos riscos de ruptura da coesão social, da integração como resultado de ocasiões de desagregação política, econômica, social, etária e cultural. Portanto, está relacionado à perda dos vínculos societários como resultado da negligência dos direitos sociais estabelecidos (CRONENBERG; TEIXEIRA, 2013, p. 18).

Existem algumas críticas no debate conceitual do uso do termo exclusão: a primeira, porque muitas vezes o termo é usado sem estar vinculado a determinada relação; a segunda, porque o conceito representa uma situação ou estado das coisas, em alternativa à compreensão de que é um processo; e por último, o termo não é adequado para estudar a realidade dos países periféricos. Dessa forma, alguns estudos começaram a indicar a existência de uma “zona de vulnerabilidade” constituída por setores pobres ou novos setores emboprecidos que necessitam buscar meios de inclusão (CRONENBERG, TEIXEIRA, 2013).

Cronenberg e Teixeira (2013) discutem ainda que o aprofundamento da crise social trouxe a discussão de exclusão para outro âmbito, pois mesmo os trabalhadores dos setores formais, até então considerados incluídos, cidadãos e com certa estabilidade, a partir da desregulamentação do mercado formal de trabalho, são postos em uma outra zona, não mais de inclusão ou exclusão, mas intermediária, que pode ser mais bem justificada pelo conceito de vulnerabilidade social aplicada ao mundo do trabalho, conforme explicarei adiante com Robert Castel.

Agora que foi possível compreender melhor o debate sobre exclusão, retomo o tema da vulnerabilidade social. Um dos pontos mais importantes dessa discussão sobre o seu conceito (ou conceitos) é a superação da visão de que a vulnerabilidade é decorrente apenas da pobreza. Fatores como o modo de inserção do indivíduo do mercado de trabalho, as suas relações

familiares e comunitárias e a presença de deficiências ou enfermidades nele ou em algum familiar podem influenciar na condição de vulnerabilidade de uma pessoa.

Cançado, Souza e Cardoso (2014, p. 2) apresentam definições de alguns autores para o termo vulnerabilidade:

Vignoli (2001, p. 2) compreende vulnerabilidade como a falta de acesso às estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado, estado ou sociedade, apontando a carência de um conjunto de atributos necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes. Busso (2001) considera a vulnerabilidade como a debilidade dos ativos que indivíduos, famílias ou grupos dispõem para enfrentar riscos existentes que implicam a perda de bem-estar. De maneira análoga, Katzman (1999) nos apresenta um conjunto de ativos que considera necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes e como a debilidade destes pode impedir ou deteriorar situações de bem-estar. Caroline Moser (1998) apreende este tema pela relação entre disponibilidade dos recursos materiais e simbólicos dos atores e o acesso à estrutura de oportunidades do meio em que vive, cujo descompasso se torna empecilho à ascensão social desses mesmos atores. Compreende-se, portanto, a vulnerabilidade como uma conjunção de fatores, sobrepostos de diversas maneiras e em várias dimensões, de modo a tornar o indivíduo ou grupo mais suscetível aos riscos e contingências (Bruseke, 2006).

Castel (1998), em *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, traz sua concepção de vulnerabilidade tendo como base a precarização do mundo do trabalho. Para o autor, a inserção dos indivíduos na sociedade é feita por meio do mundo do trabalho e de suas relações de proximidade, ou seja, seu convívio familiar e demais relações sociais e comunitárias que promovem a proteção da pessoa.

Em cada uma dessas esferas é possível que o indivíduo tenha três níveis de inserção. No mundo do trabalho existem a) trabalho estável, com contrato, tempo de duração indeterminado e garantia de direitos; b) trabalho precário, sem nenhum tipo de contrato ou garantia de direitos; c) a não inserção no campo de trabalho, que abarca situações de desemprego ou a impossibilidade de trabalhar. Nas relações de proximidade, a pessoa pode ter inserções: fortes, quando tem uma referência familiar forte e/ou amigos e parceiros estáveis; frágeis, quando as relações familiares são débeis e as amizades e/ou parcerias são instáveis; ou não possuir vínculos efetivos, caracterizando o isolamento social (CASTEL, 1998).

Com a combinação das situações possíveis em relação ao trabalho e as relações sociais, Castel (1998) identifica três zonas de inserção: zona de integração, quando o indivíduo possui relações e trabalho estáveis; zona de desfiliação, quando o indivíduo não trabalha e não possui relações fortes; e, por último, a zona de vulnerabilidade, nas situações em que a pessoa nem está na zona de integração, nem na zona de desfiliação, mas tem um trabalho precarizado e relações de proximidade frágeis. Essa interpretação precisa ser feita de acordo com o

momento de vida de cada pessoa, pois é possível transitar entre as zonas. A zona de vulnerabilidade é considerada pelo autor como um lugar estratégico: “É um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária em sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional” (CASTEL, 1998, p. 26).

Para esta pesquisa será considerada a definição de vulnerabilidade socioeconômica desenvolvida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), presente na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais: a vulnerabilidade social é “decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios” (BRASIL, 2013, p. 13).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (2004) reforça que nem mesmo a vulnerabilidade à pobreza está relacionada apenas aos fatores econômicos e às competências das pessoas, pois se associa também aos ciclos das vidas das famílias e aos arranjos familiares.

Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. No entanto, percebe-se que na sociedade brasileira, dada as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem (BRASIL, 2004, p. 42).

Mesmo considerando o conceito de vulnerabilidade socioeconômica do MDS, o mais pertinente para este trabalho é o momento econômico e político pelo qual a sociedade brasileira está passando marcado pela desregulamentação e pela flexibilização das relações trabalhistas, o que torna a definição de Castel (1998) extremamente pertinente para compreender as situações de vulnerabilidade nas quais os estudantes, público-alvo da PAE-IFCE, e suas famílias podem estar inseridos.

O termo vulnerabilidade social, portanto, tem a capacidade de absorver situações intermediárias de risco situadas entre a inclusão e a exclusão, dinamizando o estudo das desigualdades (CRONEMBERG, TEIXEIRA, 2013).

Não se pode esquecer, principalmente considerado o público-alvo da política de assistência estudantil, que outros fatores precisam ser considerados quando se avalia a condição de vulnerabilidade social do estudante e sua família, como raça, gênero, orientação sexual, deficiências, etc., pois cada um desses fatores contribui direta e proporcionalmente no modo como ele se insere e se movimenta na instituição, na comunidade e em outros ambientes sociais.

A discussão sobre vulnerabilidade social realizada nesse tópico se relaciona com a política de assistência estudantil, uma vez que o público-alvo a que se destina está em situação de vulnerabilidade, compreendida como uma condição que ultrapassa a pobreza em termos financeiros, mas agrega também a condição do indivíduo no seu contexto social e econômico. Portanto, torna-se imprescindível avançarmos a discussão para o âmbito das políticas públicas, de modo que seja possível visualizar o panorama geral das políticas públicas brasileiras, para compreender como foi prestada a assistência aos estudantes pobres até que o Programa Nacional de Assistência Estudantil fosse regulamentado no Brasil nos anos 2000.

3.2 Políticas públicas de caráter social no estado capitalista

Em vista de este trabalho propor-se a avaliar um programa da política de assistência estudantil do IFCE, torna-se imprescindível conhecer o que são políticas públicas, como elas surgem e de que forma estão sendo elaboradas e executadas ao longo dos anos. Por isso, nesse capítulo, falarei um pouco sobre as políticas públicas e os contornos que elas assumem no bojo do estado capitalista.

A política pública como área de estudo e disciplina acadêmica surge nos Estados Unidos como uma subárea da ciência política, sem estabelecer uma relação direta com as teorias sobre o papel do Estado, mas focando na atuação dos governos. Seu pressuposto básico é que tudo o que o governo faz pode ser elaborado cientificamente e analisado por pesquisadores autônomos. Na área governamental, a política pública como instrumento das decisões do governo é resultado da Guerra Fria, quando se passou a valorizar a tecnocracia⁶ como um meio de enfrentar suas sequelas (SOUZA, 2006).

Existem vários significados para o que seja política pública, Souza (2006) apresenta as definições de alguns autores; citando, entre eles, Peters (1986), para quem “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” e Dye (1984) que resume o conceito de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Para as discussões deste trabalho, utilizei o entendimento de política pública de Pereira (1996, p.30), que a define como uma "linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei", e ainda a de Silva, M. O. (2013, p. 90), que compreende

⁶Sistema político ou de coordenação política, social e econômica que se baseia na predominância dos técnicos ou tecnocratas. TECNOCRACIA. Dicionário Aurélio online, 4 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/tecnocracia/>.

que “toda política pública é uma forma de regulação ou intervenção na sociedade”, além de ser “um mecanismo de mudança social, orientado para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos” (SILVA, M. O., 2013, p. 90).

As políticas públicas são, portanto, ações do Estado ou de um governo específico que buscam atender a demandas prioritárias da sociedade. Essas ações podem ser desenvolvidas nas áreas da economia, social, infraestrutura e gestão, etc. Já as políticas sociais, são políticas públicas que têm como objetivo viabilizar o acesso aos direitos sociais estabelecidos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

Neste trabalho, abordo a política social baseada na concepção crítico-dialética, por isso, elas são analisadas

Como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo nos seus grandes ciclos de expansão e estagnação, ou seja, problematiza-se o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no contexto da acumulação capitalista e da luta de classes, com a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidades. A condição histórica e social da política social deve ser extraída do movimento da sociedade burguesa, em geral e também nas manifestações particulares nos Estados nacionais (BEHRING, 2009, 304).

Entretanto, falar de política social exige discutir a “[...]interação de um conjunto muito rico de determinações econômicas, políticas e culturais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 25) que marcam o seu processo de formulação e implementação, pois é característico das políticas sociais trazerem em seu contexto de decisão e concepção as tensões sociais existentes no período em que foram propostas. Isso ocorre por causa dos interesses distintos dos diversos atores que fazem parte desse processo. No próximo capítulo, quando falo sobre a trajetória da educação superior e da assistência estudantil no Brasil, é possível identificar as mudanças que a política de assistência estudantil sofre a partir dos contextos social, político e econômico em que está inserida. Outro ponto que é importante compreender é que, para que as políticas sociais sejam executadas, é preciso que existam recursos financeiros, portanto a política econômica adotada pelo Estado/governo influencia diretamente na execução das políticas sociais.

As políticas sociais são, portanto, consequências ou respostas às expressões da “questão social” em suas múltiplas faces que, por sua vez, são resultado da exploração do capital sobre a força de trabalho. Nesse sentido, Iamamoto (2012, p. 27) explica que a questão social é “apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista

madura, que tem uma raiz comum: a produção social, enquanto apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

Considerando o que explanei até agora, é possível entender que as desigualdades existentes na sociedade, geradas pelo modo de produção capitalista, fazem com que uma grande parcela da população brasileira não tenha condições financeiras suficientes para frequentar uma instituição de ensino superior e fazer um curso de graduação, pois isso implica em gastos com transporte, alimentação, material de estudo, etc. Diante desse problema, que demorou décadas para ser considerado relevante para entrar na agenda do governo, foi elaborado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), política social para reduzir os efeitos dessas desigualdades e facilitar a permanência de pessoas pobres na graduação.

Entender o que é uma política social e qual o seu papel na sociedade capitalista é primordial para a discussão central deste trabalho, pois é preciso assimilar que a assistência estudantil e outras políticas sociais só são necessárias devido ao modo de produção em que vivemos. No item seguinte falo sobre o surgimento das políticas sociais para que seja possível identificar as mudanças que sofreram ao longo do tempo.

3.2.1 Origem e trajetória das políticas sociais

De acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 47), não é possível dizer com certeza em que período específico as primeiras tentativas cognoscíveis de políticas sociais surgiram, mas como processo social, elas começaram a se desenhar em fins do século XIX, na Europa, com a convergência “dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.47).

Na segunda metade do século XIX, os trabalhadores começaram a reagir à exploração extrema a que eram submetidos pelos capitalistas. Assim, a luta de classes irrompe com a resistência dos trabalhadores através de manifestações sobre a jornada de trabalho e o salário, que deveria ser suficiente para garantir “os meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 54).

Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 55), a Revolução Industrial possibilitou a “geração de uma consciência coletiva dos trabalhadores enquanto classe”. A partir do momento em que os trabalhadores começaram a se rebelar e não aceitar pacificamente a exploração desmedida a que eram submetidos, a classe burguesa, detentora dos meios de produção, precisou criar formas de lidar com a pressão, que variaram desde a solicitação ao Estado que

reprimisse tais manifestações, até algumas concessões nas legislações fabris. O Estado, detentor da força, atuava sob a orientação do capital, apesar de ter uma soberania relativa, reprimindo os trabalhadores e iniciando a normatização das relações trabalhistas.

A luta em torno da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado são, portanto, as primeiras expressões contundentes da questão social, já repleta naquele momento de ricas e múltiplas determinações. [...]Começa a ocorrer o deslocamento do problema da desigualdade e da exploração como questão social, a ser tratada no âmbito estatal e pelo direito formal, que discute a igualdade de oportunidades, em detrimento da igualdade de condições (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 55).

Com o advento do liberalismo, na metade do século XIX até a terceira década do século XX, imperou a máxima do trabalho como mercadoria que é regulada pelo mercado. Para o liberalismo, o desenvolvimento de uma nação significava crescimento econômico e, para alcançá-lo, a liberdade individual era essencial, assim, cada indivíduo poderia buscar por seus próprios meios alcançar riqueza e prosperidade colocando em primeiro lugar os seus interesses. A consequência da busca desses interesses individuais seria o alcance do interesse coletivo, juntamente com a riqueza nacional (CARDOSO, 2008).

A lógica liberal funda-se na procura do interesse próprio pelos indivíduos, portanto, seu desejo supostamente *natural* de melhorar as condições de existência, tende a maximizar o bem-estar coletivo. Os indivíduos, nessa perspectiva, são conduzidos por uma mão invisível – o mercado – a promoverem fim que não fazia parte de sua intenção inicial. A '*loucura das leis humanas*' não pode interferir nas leis *naturais* da economia, donde o Estado deve apenas fornecer a base legal, para que o mercado livre possa maximizar os '*benefícios aos homens*'. Trata-se, portanto, de um *Estado mínimo*, sob forte controle dos indivíduos que compõem a sociedade civil (BEHRING, 2009, p. 5).

Durante a segunda metade do século XIX e o início do século XX, as bases materiais e abstratas que davam suporte aos pressupostos liberais foram se extenuando como consequência de alguns processos políticos e econômicos, com ênfase no crescimento do movimento operário, que começou a ocupar espaços políticos de destaque, compelindo a burguesia a ceder em alguns pontos e a reconhecer direitos de cidadania política e social, e para o processo de acumulação e domínio do capital, que contrariou a máxima liberal de que o indivíduo empreendedor é guiado por sentimentos éticos e morais. A partir disso, o mercado foi dominado por monopólios e a formação de empresas passou a necessitar de muito investimento, dinheiro que era emprestado pelos bancos, fazendo assim uma integração entre capital financeiro e industrial (BEHRING, 2009).

Nas primeiras décadas do século XX, esse sistema prevaleceu e, aparentemente, funcionou para o propósito de acumulação de capital por parte da burguesia, porém, em razão de a classe trabalhadora perceber salários tão baixos, teve seu poder de consumo reduzido, em contrapartida, a produção industrial cresceu e foi se acumulando, resultando em um mercado saturado e falta de consumidores para os produtos. Esse fenômeno iniciou-se nos Estados Unidos, mas logo se espalhou pelo mundo em decorrência da importância da economia americana. Foi em outubro de 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, quando ações de centenas de bancos e empresas praticamente perderam o valor, que a crise chegou ao auge. Desemprego e redução da atividade produtiva no mundo todo, em países que mantinham relações econômicas com os Estados Unidos, caracterizaram o período que ficou conhecido como a Grande Depressão (CARDOSO, 2008).

Para Behring (2009), foi a partir do momento que a crise se instalou que as elites político-econômicas passaram a admitir os limites do mercado, “deixando-se à mercê dos seus movimentos tomados como naturais” (BEHRING, 2009, p. 306), e a questionar a veracidade dos pressupostos liberais.

A situação de dificuldades econômicas e sociais se agravou e o mercado não conseguiu dar resposta ao problema. Nesse momento, “fez-se mister autorizar a atuação anticíclica do Estado e de mecanismos de proteção social a fim de amortecer os efeitos da crise e inverter a espiral recessionista” (BENTO, 2003, p. 6 *apud* CARDOSO, 2008, p. 43).

Esse cenário foi palco para a ascensão de governos intervencionistas que pretendiam estabilizar a economia e amenizar a situação de desemprego. Nos Estados Unidos, o governo de Roosevelt adotou um plano econômico, o *New Deal*, que promovia obras públicas para a criação de empregos e a concessão de empréstimos para reaquecer a economia. Também foram criados programas de assistência, como o seguro-desemprego, que ainda não existiam (CARDOSO, 2008).

A intervenção contínua do Estado na economia, como um ator importante para equilibrar os processos e evitar grandes crises, foi defendida principalmente por John Maynard Keynes. Para ele, um dos maiores problemas do capitalismo era o desemprego, pois tal situação prejudicava o consumo, e o Estado deveria atuar na absorção da mão de obra excedente, garantindo a capacidade de consumo dos trabalhadores mesmo em períodos de crise. Além disso, o Estado também interviria criando políticas fiscais para tributar grandes fortunas e heranças, o que aliado a uma política de crédito público a juros baixos dificultaria a especulação, fazendo com que a figura do capitalista que vive de renda desaparecesse. (CARDOSO, 2008)

Segundo Behring e Boschetti (2011), as respostas dadas pelo Estado às demandas da classe operária no final do século XIX, que se resumiram em repressão e na transformação de algumas reivindicações em lei para promover poucas melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, não atingiram a essência do problema, o modo de produção capitalista. O mesmo aconteceu com as reformas sociais do período do pós-Segunda Guerra. Nessa perspectiva

[...] as primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre Estado liberal e Estado social. Em outras palavras, não existe polarização irreconciliável entre Estado liberal e Estado social, ou, de outro modo, não houve ruptura radical entre o Estado liberal predominante no século XIX e o Estado social capitalista do século XX. Houve, sim, uma mudança profunda na perspectiva do Estado, que abrandou seus princípios liberais e incorporou orientações social-democratas num novo contexto socioeconômico e da luta de classes, assumindo um caráter mais social, com investimento em políticas sociais (Pisón, 1998). Não se trata, então, de estabelecer uma linha evolutiva linear entre o Estado liberal e o Estado social, mas sim de chamar a atenção para o fato de que ambos têm um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo (BEHRING; BOSCHETT, 2011, p. 63).

A partir do modelo proposto por Keynes, o Estado intervencionista assumiu dois modelos: o Estado de Bem-Estar Social, que foi implementado nos países que já possuíam um processo de industrialização avançado e com governos democráticos; e o modelo desenvolvimentista, que se instalou nos países que ainda estavam no processo de industrialização, buscando meios de consolidar o seu desenvolvimento. No Brasil, prevaleceu o modelo desenvolvimentista.

Bresser-Pereira (2016) explica que o Estado desenvolvimentista interfere de forma comedida no mercado, especialmente no setor não-competitivo da economia, adotando uma política macroeconômica ativa. Sendo assim, é um Estado misto que possui uma coalizão de classes desenvolvimentistas, formadas por empresários, trabalhadores, burocracia pública e setores da antiga classe dominante, que detêm o poder, já o Estado de Bem-Estar Social é um modelo de Estado que promove benefícios sociais e intervém na economia e nas relações sociais como forma de garantir as mínimas condições de existência aos cidadãos, enquanto dá estrutura para a manutenção do desenvolvimento do mercado.

Conforme Behring e Boschetti (2011), o surgimento das políticas sociais no Brasil não ocorreu no mesmo período histórico em que se deu nos países de capitalismo central, graças às particularidades de sua formação sócio-histórica. Dentre elas, destacam-se o modo de colonização do país, entre os séculos XVI e XIX, que se voltou para a acumulação do capital dos países centrais, estabelecendo uma relação de subordinação e dependência em relação ao mercado mundial; o escravismo, que influenciou negativamente a ética, as ideias, os valores, a

cultura, a estética e os ritmos de mudança; e o “maior exemplo desse peso, é a condição do trabalho nas relações sociais e no ambiente cultural brasileiros, carregados até hoje de desqualificação, a qual é definidora da relação entre capital e trabalho no país” (IANNI, 1989, p. 69-70 *apud* BEHRING; BOSCHETT, 2011, p. 72).

As autoras esclarecem ainda que o capitalismo no Brasil só é impulsionado a partir da criação do Estado nacional, enfatizando a importância da “ruptura com a homogeneidade da aristocracia agrária, ao lado do surgimento de novos agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho na direção da construção de uma nova sociedade nacional” (BEHRING; BOSCHETT, 2011, p. 73). Todavia, nesse processo, não há nenhuma preocupação das elites econômico-políticas com a defesa dos direitos dos cidadãos, fato importante para pensar o formato da política social brasileira.

Apenas na primeira década do século XX, com o início das lutas dos trabalhadores e as primeiras regulamentações do mundo do trabalho, a questão social passa a ser uma questão política, apesar de suas expressões, como a pobreza e a injustiça, existirem bem antes desse período (BEHRING; BOSCHETT, 2011, p. 78).

Com as mudanças nas relações de trabalho no início do século XX, com a “superação” do escravismo para o trabalho assalariado, os operários começaram a buscar formas de se organizar, até porque a burguesia que ascendia procurava regular de todas as formas a vida da população, inclusive suas vidas pessoais. A despeito das reivindicações dos trabalhadores, os principais direitos trabalhistas são fruto do governo extremamente populista de Getúlio Vargas, que buscou se legitimar por meio de sua instituição.

É interessante notar que a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominante. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicações dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca da legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis – como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos de ditadura (1937-1945 e 1964-1984), que as instituem como tutela e favor: nada mais simbólico que a figura de Vargas como “pai dos pobres”, nos anos de 1930 (BEHRING; BOSCHETT, 2011, p. 79).

Mesmo com as transformações advindas do novo modelo de produção, o trabalho no Brasil sempre foi marcado por condições difíceis, o que para Behring e Boschetti (2011, p. 79) também se relaciona com contorno instável, limitado e fragmentado que marca a política social do Brasil:

Se a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social.

Para Bacelar (2003), no período de 1920-1980, o que caracterizava o Brasil era o seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. O Estado tinha um papel de promotor do desenvolvimento e não de transformador das relações sociais, tendo como principal objetivo consolidar o processo de industrialização. Naquele momento, as políticas públicas implementadas refletiam exatamente isso, o perfil de um Estado que não precisava se legitimar, por isso, não se importava em discutir ou debater as suas decisões com a sociedade civil. Era um Estado executor, não um Estado regulador.

As políticas regionais e sociais, naquele momento, não recebiam a devida importância, tendo um corte predominantemente compensatório, já que o foco era a política industrial. O Estado brasileiro fez grandes investimentos no setor estatal produtivo, investiu em portos, rodovias, telecomunicações e na indústria de base, todos os investimentos com retorno mais lento, em longo prazo, para que as empresas privadas pudessem ter as melhores condições de investir no país nas áreas que têm retorno mais rápido. Enquanto isso, o Estado investiu pouco em segurança, serviços sociais e justiça (BACELAR, 2003).

De acordo Behring e Boschetti (2011), fazendo referência à pesquisa de Draibe (1990), os anos entre 1930 e 1943 podem ser considerados os anos iniciais da política social brasileira. Em relação às questões trabalhistas,

[...] o Brasil seguiu a referência de coberturas de riscos ocorridas nos países desenvolvidos, numa sequência que parte da regulação dos acidentes de trabalho, passa pelas aposentadorias e pensões e segue com auxílios doença, maternidade, família e seguro-desemprego (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 106).

Em 1930, criou-se o Ministério do Trabalho e, em 1932, a Carteira de Trabalho, que se tornou um documento da cidadania, pois quem tinha emprego registrado na carteira era possuidor de alguns direitos exclusivos. Isso demonstrava que o Estado social no Brasil se desenvolvia de forma corporativista e fragmentada, longe da universalização de inspiração beveridgiana⁷. Nesse mesmo ano, também foram criados o Ministério da Educação e Saúde

⁷ O Plano Beveridge foi formulado na Inglaterra, em 1942, e propôs a fundação do *Welfare State*. Nesse sistema, os direitos são de caráter universal, independente das condições econômicas ou de trabalho, garantindo os mínimos sociais a todos que necessitassem. O financiamento é oriundo dos impostos fiscais e a gestão é estatal. Os princípios do sistema beveridgiano são a unificação institucional e a uniformização dos benefícios (BOSCHETTI, 2011).

Pública, o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo de Ensino Comercial (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Até a década de 1930, não existia uma política nacional de saúde ligada aos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) para os quem tinha acesso a eles foi quando o Estado começou a intervir nas áreas da saúde pública e medicina previdenciária. O Departamento Nacional de Saúde, criado em 1937, conduzia a saúde pública por meio de campanhas sanitárias. Já o atendimento médico-hospitalar se desenvolveu no âmbito privado e filantrópico (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

No que diz respeito à assistência social, Draibe e Aureliano (1989 *apud* BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 107), “consideram que é difícil estabelecer com precisão o âmbito específico dessa política no Brasil devido ao caráter fragmentado, diverso, desorganizado, indefinido e instável das suas configurações”. Ponderam, porém, que, em 1942, a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁸ deu início a uma centralização no âmbito federal, que tinha características de tutela, favor e clientelismo na relação entre o Estado e a sociedade. A LBA se consolida como articuladora da política social brasileira, “com uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mas sem perder essa marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro-damismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 108), tais características começam a se modificar com a Constituição de 1988. O Código de Menores foi o desdobramento da política social na área da infância e juventude, apesar de pretender, na letra da lei, oferecer proteção às crianças e aos jovens, tinha caráter coercitivo e punitivo – resultado da falta de recursos e da própria cultura da época – que atingiu os pobres e marginais. Apenas em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, surgem outras perspectivas sobre como lidar com esse público (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Na Era Vargas, o Estado fez intervenções para regular as relações entre capital x trabalho, o que culminou com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), promulgada em 1943. A CLT, inspirada na *Carta del Lavoro*, da Era fascista de Mussolini,⁹ reconheceu categorias de trabalhadores pelo Estado e atrelou a organização sindical ao Ministério do Trabalho. “Estava, então, desenhada a arquitetura formal-legal da relação do Estado com a sociedade civil, o que marcou profundamente o período subsequente de expansão fragmentada e seletiva das políticas sociais, que segue até 1964” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

⁸ Instituição criada para atender às famílias dos soldados que, convocados para a Segunda Guerra Mundial, era coordenada por Darci Vargas, primeira-dama.

⁹ Político italiano que liderou a Itália de 1922 a 1943 e é considerado um dos fundadores do fascismo.

Depois de 15 anos no poder, em 1945, Getúlio Vargas foi deposto pelo alto comando do exército por conta do intenso desgaste de seu governo durante os anos anteriores, o que se deu por seu posicionamento ao lado dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, mas principalmente pelo enfraquecimento do regime e pela ineficácia em coordenar as ações burguesas, que, após o processo de modernização conservadora, estavam mais heterogêneas e diferenciadas, e a nova condição dos trabalhadores do campo e da cidade e suas lutas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Os anos de 1946 a 1964 foram marcados por uma grande disputa de projetos e pelo acirramento da luta de classes. A burguesia brasileira estava dividida e isso se manifestou nas suas organizações político-partidárias, divididas entre União Democrática Nacional (UDN), que representava a burguesia industrial e financeira e defendia um projeto de desenvolvimento aliado ao capital financeiro; o Partido Social Democrático (PSD), que congregava os setores agrários mais tradicionais e alguns industriais que não se identificavam com a UDN, mas que pontualmente se aliavam a ele e, quando convinha com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o que tornou o PSD um partido de centro; e o PTB, que reunia industriais e segmentos operários e populares e tinha um projeto nacionalista de desenvolvimento inspirado na liderança populista e carismática de Vargas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

O cenário apontado pelas autoras, juntamente com a proposta desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, eleito em 1955 para fazer o Brasil crescer 50 anos em 5, intensificou a luta de classes, pois proporcionou o crescimento do número de trabalhadores, ocasionando sua organização política e o desenvolvimento de uma consciência de classe. Face à ausência de reforma agrária e a imensa concentração de terra, no mesmo período, as tensões no campo também cresceram com a organização das Ligas Camponesas. Entre as camadas médias urbanas, a tensão também cresceu, especialmente entre os estudantes universitários que lutavam pela ampliação do ensino público superior (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Pois bem, nesse cenário complexo, como fica a política social? Pode-se afirmar que sua expansão foi lenta e seletiva, marcada por alguns aperfeiçoamentos institucionais, a exemplo da separação entre os Ministérios da Saúde e da Educação em 1953, e da criação de novos IAPs. A disputa de projetos implicou uma certa paralisia no campo da política social no contexto da ordem democrática limitada (Santos, 1987), tanto que as propostas que já estavam em pauta desde o final da ditadura Vargas, a exemplo da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) e da previdência rural, só foram aprovadas no Congresso em 1960 e 1963, respectivamente. A instabilidade institucional do período [...] dificultou consensos em torno de um projeto nacional, em que se incluía o desenho da política social. Assim, esse período ficou marcado pela expansão lenta dos direitos, que se mantiveram ainda no formato corporativista e fragmentado da era Vargas. [...] O golpe militar de 1964 instaurou uma ditadura que durou 20 anos e impulsionou um novo momento de modernização conservadora no

Brasil, com importantes consequências para a política social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 110-111).

Nesse período, estudantes e professores lutaram pela ampliação do ensino público superior e pela adoção do modelo de universidades em vez do modelo de escolas isoladas. A Constituição Federal de 1970 elenca a educação como um direito de todos, determinando que em todos os níveis de ensino os estudantes pobres tenham assistência para possibilitar eficiência escolar, o que demonstra a importância da participação popular nas conquistas e melhorias na área das políticas públicas.

Enquanto o Estado social conciliou as relações sociais capitalistas na fase monopolista, no período após a década de 1970, cresceram as ideias neoliberais que ganharam espaço durante a recessão que se instalou entre os anos de 1969 e 1973, resultando em baixo crescimento e em altos índices de inflação. Para os neoliberais, a crise era consequência do grande poder dos sindicatos e do movimento operário, que reduziram as bases da acumulação, e do aumento de gastos sociais do Estado, que era considerado ruim para a economia. A intervenção estatal na regulação das relações trabalhistas também é considerada ruim, pois, segundo os neoliberais, impede o crescimento econômico e a geração de empregos; e a proteção social, por meio das políticas redistributivas, atrapalha o desenvolvimento da economia porque aumenta o consumo e diminui a poupança da população (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Esses argumentos foram a justificativa utilizada pelos neoliberais para defender que o Estado não devia interferir na regulação da economia, além de definir a estabilidade monetária como a meta mais importante para o país, o que só poderia acontecer com a redução dos gastos com políticas sociais e preservação de uma taxa de desemprego “natural”, aliado a reformas fiscais, que reduziriam os impostos para altos rendimentos. Segundo Anderson (1995) e Navarro (1998), ambos citados por Behring e Boschetti (2011), o neoliberalismo se tornou hegemônico apenas no final da década de 1970, quando países europeus e os Estados Unidos assumiram seus princípios nos programas de governo.

De acordo com Behring e Boschetti (2011), a supremacia neoliberal nos países capitalistas centrais, na década de 1980, não foi suficiente para resolver a crise e reverter a recessão, como defendiam os liberais. Entretanto, as medidas tomadas foram desastrosas para as condições de vida dos trabalhadores, pois causaram “aumento de desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão de obra e redução de gastos com as políticas sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 127). Com base nos estudos de Navarro (1998) e Murard (1993), as autoras concluem que a forma de financiamento e os gastos públicos no período de hegemonia neoliberal vêm produzindo

aumento de impostos para a classe trabalhadora e diminuindo os investimentos em políticas sociais, sem ter possibilitado a retomada do crescimento econômico. Essa situação agrava as desigualdades sociais e a concentração de riqueza socialmente produzida.

Enquanto no cenário mundial a reação burguesa à crise do capitalismo, que teve início no final dos anos 1960 já começou, no Brasil, no contexto pós-ditadura de 1964, vivia-se o Milagre Brasileiro. A produção em massa de automóveis e eletrodomésticos, tendo o fordismo como modelo, já tinha começado a acontecer desde 1955, com o Plano de Metas, mas se tornou mais intensa na ditadura militar, contudo o investimento no desenvolvimento econômico não vem acompanhado do pacto social-democrata e dos consensos dos anos de crescimento, como ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, e a redistribuição dos ganhos de produtividade e trabalho continuou restrita. Ainda assim, o mercado interno foi um pouco ampliado e a população brasileira sonhou com melhores condições de vida. Nesse contexto, a burguesia brasileira atraiu capitais estrangeiros para o Brasil e o Estado conduziu um processo de substituição de importações, o que proporcionou o crescimento do bolo, mas sem a intenção de dividi-lo. Enquanto isso, a cobertura da política social era ampliada, mas de forma tecnocrática e conservadora, reafirmando a situação de ampliação de direitos sociais, enquanto se restringiam os direitos civis e políticos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Esse crescimento, no entanto, não possuía condições de se manter por um longo período, considerando os limites do mercado interno, a crise internacional e as contradições que o desenvolvimento autocrático-burguês acarretava, uma delas era a grande concentração operária. Desse modo,

[...] a ditadura militar reeditou a modernização conservadora como via de aprofundamento das relações sociais capitalistas no Brasil, agora de natureza claramente monopolista (Neto, 1991), reconfigurando nesse processo a questão social, que a passa a ser enfrentada num *mix* de repressão e assistência, tendo em vista manter sob controle as forças do trabalho que despontavam. Nesse quadro, houve forte incremento da política social brasileira (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 136).

Em 1966, a Previdência Social é centralizada no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o que afastou os trabalhadores da gestão previdenciária, tornando-a uma questão técnica e atuarial. Os acidentes de trabalho passaram a ser gerenciados pelo INPS, em 1967; a Previdência passou a atender os trabalhadores rurais por intermédio do Funrural, em 1971; as empregadas domésticas, em 1972, os jogadores de futebol e autônomos, em 1973; e os ambulantes, em 1978. Também foi criada a Renda Mensal Vitalícia para idosos pobres que contribuíram pelo menos um ano para a Previdência (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, que incorporou a LBA, a Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (Funabem), a Central de Medicamentos (CEME) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev). Após uma reforma administrativa, esse sistema se tornou no Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS), em 1977, que era composto também pelo INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica (Inamps) e o Instituto Nacional de Administração da Previdência Social (Iapas). Outra política que foi impulsionada no período de ditadura foi a de habitação, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), que, na verdade, foi uma forma de fomentar a economia por meio do investimento na construção civil com a construção de casas populares, estratégia tipicamente keynesiana. Enquanto investia nas políticas públicas, mesmo com acesso restrito, a ditadura militar também propiciou o crescimento da saúde, previdência e educação privadas para quem podia pagar (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

De acordo com Behring e Boschetti (2011), a partir de 1974, o projeto de modernização conservadora do regime começa a enfraquecer e os anos seguintes são marcados pela sua abertura lenta e gradual, que levou a um processo de transição democrática controlado pelas elites para não possibilitar que a vontade popular se constituísse, o que era possível devido ao aprofundamento das questões sociais e a quantidade de demandas repressadas na ditadura.

Em termos econômicos, os anos de 1980 são conhecidos como a década perdida, mas também reconhecidos como um período de conquistas democráticas, principalmente por causa da promulgação da Constituição de 1988 e a retomada de um Estado democrático. A primeira eleição direta para presidente, em 1989, trouxe dois candidatos com projetos distintos, Lula e Collor foram para o segundo turno, demonstrando as tensões existentes entre as classes sociais da época. A vitória de Fernando Collor de Mello demonstrou, mais uma vez, a organização da elite para fazer prevalecer os seus interesses. Behring e Boschetti (2011, p. 142-143) citam Sader (1990) para falar sobre o resultado da eleição:

as classes dominantes saíam vitoriosas eleitoralmente do pleito, tendo sofrido um enorme susto e percebido que não dispunham de alternativas partidárias para reproduzir seu poder (1990:65), e “nos braços de um político que se coloca no lugar de uma dominação organizada em um partido político, com programa, tática, alianças relativamente claras, filiados” (1990:73). Dessa forma, além da crise econômica que se arrastava, configurou-se uma crise política, delineada pelo avanço do movimento sindical e popular, colocando-se como alternativa de poder, combinando-se explosivamente à fragmentação da burguesia brasileira, num período grávido de possibilidades de aprofundamento da democracia política e econômica, mas também repleto de tendência regressivas e conservadoras ainda fortes e arraigadas na sociedade brasileira, mesmo depois de tão intenso acúmulo de forças pelos trabalhadores e movimentos populares (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 136).

Durante a década de 1990, iniciaram-se as “reformas”, não no sentido social-democrata, mas como uma modernização conservadora, que buscaram inserir o Estado brasileiro à lógica do capital. Naquele momento, os problemas estatais eram considerados a principal causa da crise econômica que se instalou no início de 1980 e a solução encontrada foram as tais reformas no Estado que focaram, principalmente, em privatizações, na previdência e na negação das conquistas advindas da CF/88 (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Aqui, aparece mais uma semelhança com os acontecimentos ocorridos nos últimos três ou quatro anos. O governo de Michel Temer, de 2016 a 2018, iniciou reformas que beneficiaram, principalmente, para não dizer exclusivamente, empresários, como a reforma trabalhista (mais uma vez é fundamental lembrar que tal governo é o resultado de um processo de *impeachment* à presidenta eleita em 2014, não sendo considerado por muitos brasileiros como governo legítimo); e o presidente Bolsonaro, que começou seu mandato em 2019 já preparando a reforma da Previdência Social e a privatização de estatais. Enquanto isso, há uma retração no investimento em políticas sociais.

Ainda no contexto da “reforma” da década de 1990, Boschetti e Behring (2011) relembram que houve uma separação entre a formulação e a execução das políticas públicas. A formulação continuou a ser feita pelos técnicos do Estado, mas a sua execução foi delegada a agências autônomas. No período, o Estado não encontrou grande resistência dos movimentos sociais, uma vez que estavam desarticulados e pulverizados em face do desemprego e da precarização das relações trabalhistas e dos direitos.

A ‘reforma’, tal como foi conduzida, acabou tendo um impacto pífio em termos de aumentar a capacidade de implementação eficiente de políticas públicas, considerando sua relação com a política econômica e o *boom* da dívida pública. Houve uma forte tendência de desresponsabilização pela política social – em nome da qual se faria a ‘reforma’ -, acompanhada do desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social. Isso ocorreu *vis-a-vis* o crescimento da demanda social, associado ao aumento do desemprego e da pobreza, aprofundados pela macroeconomia do Plano Real. Isso significou uma ausência de política social? Claro que não, mas as formulações de política social foram capturadas por uma lógica de adaptação ao novo contexto. Daí decorre o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais – privatização, focalização/seletividade e descentralização (Draibe, 1993) -, o qual tendeu a se expandir através do ‘Programa de Publicização’ [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 155).

Tanto no período referido no texto de Behring e Boschetti, quanto na atualidade, vemos um cenário de diminuição de direitos, sob o argumento de que o Estado não tem mais como arcar com todos os custos existentes e de que a redução de direitos trabalhistas desonera a receita dos empresários, o que, segundo os que defendem essa postura - governantes,

empresários e cidadãos – possibilita a contratação de mais pessoas, gerando empregos. As políticas sociais estão mais restritivas e focalizadas buscando apenas atenuar as necessidades dos mais vulneráveis aos efeitos do capital.

A seletividade das políticas sociais é uma realidade constante em minha atuação profissional. A demanda por assistência estudantil, especialmente por auxílios em pecúnia, é enorme, entretanto a limitação orçamentária leva os assistentes sociais a fazerem um processo seletivo para identificar os mais pobres entre todos os pobres. Além disso, o valor dos auxílios concedidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica nem sempre atende às suas necessidades reais, motivo pelo qual ele é concebido como um subsídio.

Com isso, compreende-se o modo como a política social foi gestada no Brasil e identifico como suas principais características a focalização e a seletividade. Ademais, considerando o movimento dialético existente no âmbito das políticas públicas, entendo que a assistência estudantil pode ser vista, por um lado, como um direito social que foi conquistado historicamente pelos estudantes. Por outro, como um subsídio para sustentar o modelo de educação produtivista que visa suprir as demandas do mercado.

Na próxima seção, discutido a forma como a assistência estudantil, enquanto política pública, desenvolveu-se e ganhou espaço à medida que a política de educação superior foi se modificando e possibilitando o acesso de jovens mais pobres às universidades e outras instituições de ensino superior, objetivando conhecer o seu contexto de elaboração e implementação.

3.3 A trajetória do ensino superior e da assistência estudantil no Brasil

Em virtude do seu modo de colonização, o Brasil inaugura seu processo de formação econômica como uma colônia primária exportadora e escravocrata que basicamente atendia aos interesses da metrópole exportando toda a riqueza produzida para o continente europeu. Tal modelo econômico não exigiu de Portugal, país de quem o Brasil era colônia, fomento na educação brasileira, especialmente na educação superior.

Somente a partir da vinda da família real para o Brasil, em 1808, surgiu a necessidade e o interesse de instituir o ensino superior no país, visto que os bloqueios de Napoleão Bonaparte impediam o deslocamento dos fidalgos para estudar na Europa. Assim, notamos que, mais uma vez, as mudanças ocorreram para atender aos interesses da metrópole.

Datando do início do século XIX, as primeiras Escolas Superiores eram isoladas e independentes entre si, de cunho profissionalizante e elitista. Segundo Martins (2002), a

independência política, em 1822, não ocasionou nenhuma mudança no sistema de ensino superior no país, que se desenvolveu precária e lentamente até a Proclamação da República, em 1889, pois a elite da época não vislumbrava vantagens em sua expansão ou diversificação. O autor aponta que, entre 1808 e 1882, existiram 24 projetos de criação de universidades, mas nenhum foi aprovado.

Ressalto que as instituições de ensino fundadas depois da chegada da família real tiveram como objetivo formar pessoas para o mercado de trabalho, que tinha se modificado na época exatamente por causa da abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior, e não fomentar a educação e a cultura no país de forma ampla. Durante todo esse período, a criação de novas universidades ou novos cursos era delegada exclusivamente ao Estado e encontrava limitações no âmbito econômico e no quesito decisão política.

Até o final do século XIX, existiam 24 instituições de ensino superior no país, com cerca de dez mil estudantes. Com o advento da Constituição da República de 1891, abriu-se a possibilidade de entidades privadas ofertarem esse grau de ensino, assim, novas iniciativas surgiram por parte das elites locais e confessionais católicas. Um exemplo foi a fundação da atual Universidade Mackenzie, confessional presbiteriana, em São Paulo, que rompeu com o sistema de ensino subordinado ao governo central. Nos próximos trinta anos, o ensino superior apresentaria uma expansão considerável, passando de 24 escolas isoladas a 133, das quais 86 foram criadas na década de 1920 (MARTINS, 2002).

Nas décadas de 1910 e 1920, os debates sobre a importância da educação na construção e desenvolvimento da sociedade brasileira já se evidenciavam, mas foi na década de 1930 que as primeiras mudanças para tratar de educação em âmbito nacional foram realizadas. No que diz respeito a ações de apoio a estudantes pobres, não encontrei em minha pesquisa nenhuma iniciativa documentada até o ano de 1928.

Refletindo sobre essa ausência na literatura, questiono-me se isso é resultado do fato de que pobres não tinham nenhuma possibilidade de acessar esse grau de ensino, pois sabemos que as escolas superiores eram direcionadas à elite, ou se, uma vez que uma pessoa de classe subalterna conseguisse ingressar em um curso superior, ela precisaria encontrar sozinha uma maneira de permanecer e obter êxito em seu percurso acadêmico.

De acordo com Imperatori (2017), tomando por referência Costa (2010), a primeira manifestação com o objetivo de apoiar os estudantes universitários data de 1928. O Decreto nº 5.612, de 26 de dezembro de 1928, autoriza o governo a criar, em Paris, a Casa do Estudante Brasileiro, tendo por fim facilitar a vida material dos estudantes brasileiros na Capital francesa.

O decreto estabelece um crédito de mil contos papel (1.000:000\$000) para a construção do edifício na *CitéUniversitaire*, situada em Paris.

Muitos trabalhos acadêmicos falam sobre a Casa do Estudante Brasileiro em Paris como a primeira ação de assistência estudantil registrada, mas não encontrei em nenhum dos trabalhos pesquisados informações sobre quem eram os estudantes que iam a Paris estudar e se necessitavam de moradia, ou sobre como era possível desfrutar dessa iniciativa governamental. Diante da conjuntura daquele período e por ser o ensino superior muito restrito, especialmente na Europa, conjeturo que essa iniciativa de assistência estudantil acabou se destinando aos filhos da elite brasileira, com, talvez, raras exceções.

Em 1930, um movimento político emergiu com o intuito de destituir Washington Luís (1926-1930) da Presidência da República e passar o posto a Getúlio Vargas. O dissídio começou quando, em vez de apoiar a candidatura de um político mineiro para a presidência, Washington Luís apoiou o paulista Júlio Prestes, contrariando o revezamento no poder existente entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, conhecida como a política do café-com-leite.

Os presidentes dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba se aliaram com parcelas do movimento tenentista¹⁰ e com as oposições de outros governos estaduais, formando a Aliança Liberal e lançando a candidatura de Getúlio Vargas à presidência e João Pessoa à vice-presidência. A eleição ocorreu em 1º de março de 1930 com a vitória de Júlio Prestes. Em 26 de julho, os opositores resolveram se armar e levar Getúlio Vargas ao poder com o apoio dos generais do exército. Uma junta provisória militar depôs Washington Luís e assumiu o comando do país, em 24 de outubro de 1930. Assim que Getúlio Vargas chegou ao Rio de Janeiro com as tropas, em 3 de novembro de 1930, a junta provisória lhe repassou o poder, dando início ao Governo Provisório de Getúlio Vargas (RODRIGUES, 2018).

Além do golpe de 1930, o Brasil sofreu novo golpe, dessa vez planejado pelo próprio Vargas, em 10 de novembro de 1937. Diversas articulações, principalmente com o exército, foram sendo feitas no decorrer de 1935 e 1936 para que o presidente se mantivesse no poder. No entanto, o que culminou na declaração do estado de guerra, em 1937, foi a divulgação de um documento falso, conhecido como Plano Cohen,¹¹ que previa uma nova ofensiva

¹⁰ O tenentismo foi um movimento político dos militares brasileiros, no período de 1920 a 1930, que tinha como objetivo recuperar o poder dos militares, perdido com o fim da República Velha, e realizar outras propostas como o voto secreto, fim da corrupção, Estado mais forte, dentre outros. Recebeu esse nome porque a maioria dos participantes possuía a patente de tenente.

¹¹ Documento divulgado pelo governo brasileiro, em setembro de 1937, atribuído à Internacional Comunista, contendo um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas. Anos mais tarde, ficaria comprovado que o documento foi forjado com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937”.

comunista. Para defender o país do comunismo, Vargas pediu ao Congresso o retorno do estado de guerra, o que lhe deu oportunidade de fechar o Congresso Nacional e promulgar uma nova Constituição. Foi o início do período ditatorial denominado Estado Novo.

É impossível falar sobre tais circunstâncias do passado brasileiro e não fazer nenhuma referência aos acontecimentos políticos do ano de 2016 quando a então presidente eleita, Dilma Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores, foi alvo de acusações de pedaladas fiscais.¹² Para Medeiros e Fonseca (2016 *apud* MAZZA, 2018, p. 74-75):

Do ponto de vista da democracia representativa, o Golpe de 2016 não se justifica pelas pedaladas fiscais da Presidente Dilma Rousseff, cujo processo ainda não reuniu provas suficientes e nem conseguiu provar a improbidade administrativa ou o crime doloso que levariam a um impeachment. Também não se sustenta na bandeira de “fim da corrupção na política” incitado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A comoção nacional que tomou as ruas das principais cidades do país, paramentadas de verde e amarelo, teve como alvo fermentar o ódio contra o Partido dos Trabalhadores e contou com a cooptação da grande mídia e o apoio de estratos conservadores da população, tais como: as bancadas da bíblia, do boi e da bala ().

É inegável que “O Golpe de 2016 foi uma resposta à incapacidade das elites econômicas e políticas brasileiras se manterem no poder por meio da democracia representativa do voto popular. Elas perduram por meio de golpes de Estado” (MAZZA, 2018, p. 75). A meu ver, todo esse processo já vinha sendo pensado pelos extratos da sociedade que estavam incomodados com o quarto mandato do Partido dos Trabalhadores, com uma mulher no cargo mais importante do país, e com as melhorias - mínimas, diga-se de passagem - que os mais pobres tiveram durante esses governos.

Não vai aqui nenhuma defesa cega dos governos de Lula e Dilma, pelo contrário, comungo o pensamento dos que, paralelamente aos investimentos em políticas sociais, dentre os quais os em educação, também investiram no agronegócio e na educação superior privada, entre outras áreas. Entendo como as maiores falhas dos governos petistas não terem feito, ou pelo menos tentado fazer, reformas de base no Brasil, além de terem dado continuidade aos esquemas de corrupção - que já existiam antes de estarem no poder - sendo responsáveis pelo desvio de tanto dinheiro público.

Vargas utilizou a justificativa de “defender” o país do comunismo para dar o golpe de 1937, os políticos, a mídia e, até o Judiciário, utilizaram a bandeira da “guerra contra a corrupção” para orquestrar o *impeachment* de Dilma em 2016. Isso foi um duro golpe na

¹² Pedalada fiscal é uma manobra contábil feita pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais e demonstrar um equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>. Acesso em: 24 fev. 2019.

democracia do país e nos levou a um estado de exceção, com um governo ilegítimo que tinha alto índice de repressão, mas que conseguiu fazer mudanças importantes na legislação brasileira no pouco tempo em que esteve no poder. Entre essas alterações, a reforma trabalhista que retirou direitos historicamente conquistados.

Retomando a discussão sobre a trajetória da educação na década de 1930, o cenário político foi palco de debates permanentes sobre a construção de nacionalidade e a importância dos processos educacionais para o desenvolvimento do país era reconhecida tanto pelos grupos mais conservadores quanto pelos mais progressistas.

De acordo com Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), tinha-se uma concepção salvacionista de que uma reforma da sociedade só era possível com uma reforma da educação e do ensino. Isso, associado às condições existentes no primeiro governo de Vargas, salienta a importância de “criação” de cidadãos e reprodução/modernização das “elites” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011) junto com a concepção da função da escola no trato com a “questão social”: a educação rural para conter a migração do campo para a cidade e a formação técnico-profissional de trabalhadores visando solucionar o problema das agitações urbanas.

A educação foi usada, novamente, para garantir os interesses das classes dominantes, à medida que regulava a vida das camadas populares e formava trabalhadores para atender às necessidades da nova ordem econômica que estava se estabelecendo. As indústrias nacionais precisavam ser incentivadas e, para isso, necessitavam de mão de obra qualificada.

Durante o Governo Provisório, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, o que dava à União o poder de direcionar o ensino em todos os níveis e adaptar a educação para criar um ensino favorável à modernização que tanto se desejava. Até aquele momento nunca havia sido possível ter uma estrutura de ensino integrado, que perpassasse todos os níveis, pois inexistia uma política de educação que definisse diretrizes gerais (SHIROMA, MORAES; EVANGELISTA, 2011).

A publicação de uma série de decretos referentes à educação efetuou as chamadas Reformas Francisco Campos.¹³ Destaco, a seguir, apenas os decretos relevantes para a organização do ensino superior.

O Decreto nº19.850, de 11 de abril de 1931, instituiu o Conselho Nacional de Educação como um órgão consultivo do ministro da Educação e Saúde Pública.

O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização técnica e administrativa das universidades e dos institutos federais, traz informações sobre a gestão, o

¹³ Primeiro titular do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.

corpo docente e o corpo discente, além de instituir o regime universitário, é o mais importante para este trabalho. No artigo 106 desse decreto, podemos encontrar ações direcionadas aos estudantes que não tinham condições de pagar as taxas escolares e, no artigo 108, as medidas de providência e beneficência em relação ao corpo discente

Art. 106. Aos estudantes que não puderem satisfazer as taxas escolares para o prosseguimento dos cursos universitários, poderá ser autorizada a matrícula, independente do pagamento das mesmas, mas com a obrigação de indenização posterior.

§ 1º Os estudantes beneficiados por esta providência não poderão ser em número superiora 10% dos alumnos matriculados.

§ 2º As indenizações, de que trata este artigo, serão escripturadas e constituem um compromisso de honra, a ser resgatado, posteriormente, de accôrdo com os recursos do beneficiado.

§ 3º Caberá ao directorio indicar ao conselho technico-administrativo quaes os alumnos do respectivo instituto necessitados do auxílio instituido neste artigo.

Art. 108. Para effectivar medidas de providencia e beneficencia, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitarios e o Centro Universitario de Estudantes, afim de que naquellas medidas seja obedecido rigoroso criterio de justiça e de oportunidade.

Paragraphounico. A secção de previdencia e de beneficencia da Sociedade de Professores organizará, de accôrdo com o Centro Universitario de Estudos, o serviço de assistenciamedica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior (BRASIL, 1931).

Tais medidas podem ser consideradas ações de assistência estudantil e demonstram como essa política foi se construindo ao longo do tempo, especialmente no âmbito da educação superior. Um aspecto interessante é a limitação de 10% dos alunos matriculados para serem beneficiados com a isenção das taxas escolares, o que pode ser comparado com a realidade atual, que também limita o acesso à assistência por conta do orçamento restrito, dificultando a manutenção de vários estudantes nas universidades ou institutos federais.

Destaco ainda a necessidade de devolução do dinheiro no futuro, parágrafo 2º, assinalado inclusive como um compromisso de honra. Hoje, temos o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), pelo qual o estudante, que não obteve êxito no processo seletivo de uma instituição pública e não tem condições de pagar as mensalidades de uma faculdade particular, submete-se a um financiamento estudantil e responsabiliza-se por começar a pagar a dívida após o fim de seu curso. É claro que os valores não podem ser comparados, pois nas instituições públicas federais as quais se refere o decreto eram cobradas apenas taxas escolares, enquanto o FIES se volta a uma dívida muito maior, dando aos estudantes muito mais dificuldade para pagar, seja pelo valor final do montante, ou pela não colocação no mercado de trabalho ou ainda pela inserção no mercado de trabalho em condições precárias.

A assistência médica e hospitalar aos discentes assinalada no parágrafo único do artigo 108 também é uma prática atual. As equipes que ofertam os serviços de assistência ao educando nas instituições de ensino estão cada vez mais completas, podendo contar com médico, dentista, enfermeiro, técnico em enfermagem, nutricionista, psicólogo e assistente social. O objetivo é compreender o estudante em sua totalidade, buscando oferecer serviços que contribuam para sua permanência e êxito na instituição.

O Decreto nº 19.851/31 definiu também a criação da “Caixa do Professorado Universitário” que tinha, entre outros objetivos, dar assistência aos estudantes reconhecidamente pobres que fossem recomendados pela sua aplicação e inteligência (BRASIL, 1931).

O Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, é o último das Reformas Francisco Campos a tratar sobre ensino superior. Ele dispunha especificamente sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro, que congregou os seguintes institutos de ensino superior em unidade universitária: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola Politécnica, Escola de Minas, Faculdade de Educação, Ciências e Letras, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Escola Nacional de Belas Artes e o Instituto Nacional de Música. O decreto trata ainda sobre a administração da universidade e outras especificidades.

Foram elencadas algumas iniciativas governamentais que tinham o propósito de oferecer aos estudantes economicamente desfavorecidos a oportunidade de ingressar—dispensa das taxas escolares— e se manter na universidade, porém é possível identificar que a assistência aos estudantes pobres era prestada sob forma de benesse e com o espírito paternalista, não possuindo nenhuma intenção de reparo histórico com as camadas sociais postas à margem por tanto tempo.

Outro aspecto relevante era a necessidade de que os estudantes amparados pelas ações de providência e beneficência fossem recomendados por sua aplicação e inteligência, revelando o caráter meritocrático dos benefícios concedidos. Ora, diante das dificuldades que aqueles indivíduos provavelmente enfrentaram no curso de suas vidas, é quase certo que muitos apresentassem *déficit* de aprendizado decorrente da falta de condições minimamente adequadas para viver e estudar, mesmo quando estavam no ensino básico.

No início da década de 1930, deu-se a abertura da Casa do Estudante do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, que oferecia auxílio aos estudantes com mais dificuldades econômicas. A casa era acoplada a um restaurante popular que recebeu generosas doações do Governo Federal durante a Era Vargas (DUTRA; SANTOS, 2017). Nesse período, as ações de assistência estudantil consistiam, principalmente, em programas de moradia e alimentação.

A Constituição Federal de 1934, em seu artigo 149, traz a educação como direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Na alínea b do parágrafo único do artigo 150, o documento fala sobre uma “tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível”, ou seja, abre a possibilidade para o ensino posterior ao primário ser gratuito, mas não determina que seja obrigatoriamente. Já no artigo 157, parágrafo segundo, determina que uma parte dos fundos de educação de que trata o *caput* do artigo seja destinada aos alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas.¹⁴

Foi a Casa do Estudante do Brasil que realizou, com o apoio do Ministério da Educação, o 1º Conselho Nacional de Estudantes, em agosto de 1937. O resultado foi a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que pretendia organizar os estudantes para participar da vida política do país e lutar por melhorias. A entidade foi protagonista nos debates sobre a necessidade de implantação de uma política de assistência estudantil.

Em 1945, o Estado Novo chegou ao fim e já no ano seguinte uma nova Constituição Federal foi promulgada. De caráter liberal, a Constituição de 1946 traz a educação como um direito de todos, devendo ser ofertada pela escola e pela família - no lar - inspirando-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. No artigo 167, a Carta define que “o ensino de diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular”, tornando obrigatória a oferta de todos os níveis de ensino pelo poder público. Com relação à assistência ao estudante, a Constituição de 1946 prevê, em seu artigo 172, que todos os níveis de ensino terão serviços de assistência educacional para assegurar aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Com o intuito de promover uma reforma geral da educação nacional que estivesse de acordo com os princípios constitucionais, o então ministro da Educação, Clemente Mariano, instituiu uma comissão de especialistas, que tinha Lourenço Filho como presidente. Em 1948, a comissão enviou uma proposta ao Congresso Nacional, o que iniciou um longo debate e luta ideológica sobre os rumos da educação brasileira, que persistiu até 1961 quando foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro daquele ano, tendo como vitoriosas as forças conservadoras e privatistas e com prejuízos quanto à distribuição dos recursos públicos—já que prevê o financiamento também a estabelecimentos de ensino privados – e o aumento das oportunidades educacionais (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

¹⁴ Temporada que se passa fora da terra, a banhos, no campo ou viajando, para descansar dos trabalhos habituais. Fonte: Dicionário Aurélio online.

Contra os segmentos privatistas e conservadores, surgiu o Movimento em Defesa da Escola Pública, que congregou nomes como Florestan Fernandes, Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e outros. Ainda assim, o Legislativo brasileiro aprovou uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que atendia tanto aos interesses da iniciativa privada, prevendo ajuda financeira a essas instituições, quanto aos da Igreja (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

Shiroma, Moraes e Evangelista (2011) chamam a atenção para o cenário mundial em que esse embate ocorreu. A Guerra Fria, agravada com a vitória de Fidel Castro em Cuba, em 1959, propiciava o clima de radicalização ideológica no país, mas também foram anos de forte ebulição cultural e política. Uma crise econômica, resultado da redução de investimentos, da diminuição da entrada do capital externo, da queda da taxa de lucro e do crescimento da inflação, contrastava o crescimento da organização de sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, o surgimento das Ligas Camponesas, o fortalecimento da UNE e a organização de militares subalternos. As mobilizações populares pleiteavam reformas estruturais, como reforma agrária, na economia, na educação.

A despeito de toda mobilização, o regime militar asfixiou qualquer coisa que atrapalhasse o processo vigente no país. O Poder Executivo controlava sindicatos, universidades e meios de comunicação. A dissolução das organizações estudantis e de trabalhadores foi um dos recursos do Estado para manter o controle. Dessa forma, conseguiram conter a crise econômica, ocultaram a movimentação política e firmaram os caminhos para o capital multinacional (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

As diretrizes educacionais do país foram discutidas e elaboradas com as orientações de agências internacionais e por outras organizações que reuniam intelectuais brasileiros favoráveis ao regime militar, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES/IBAD) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL). A Pontifícia Universidade Católica (PUC) do RIO e o IPES promoveram debates que resultaram na publicação “A educação que nos convém”, em 1969, que sintetizava as aspirações de empresários e intelectuais, aliados ao regime, sobre a educação (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2011).

Desse modo, podemos afirmar que, nas décadas de 1960 e 1970, o ensino favoreceu as necessidades do novo regime, formando capital humano e estreitando os laços entre educação e mercado de trabalho. Para garantir o controle político e ideológico sobre todos os níveis de educação, algumas leis e decretos-lei foram implementados. Aqui são apontados os mais relevantes para a temática central de nossa pesquisa:

1. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964 – regulamentou a participação estudantil. Destaque para a alínea “e” do artigo 1º, que diz ser uma das finalidades dos órgãos de representação estudantil “manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos”; e para o artigo 14: “É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”. O primeiro faz referência à prestação de assistência aos estudantes carentes, que remete a uma espécie de terceirização da assistência estudantil, retirando do governo a responsabilidade de prover as condições de permanência e êxito desses estudantes. Já o artigo 14 traz explicitamente o carácter repressor e controlador do governo ditatorial.
2. Decreto nº 56.634, de 14 de janeiro de 1966 – suspende as atividades da União Nacional dos Estudantes por seis meses. O decreto não traz informações mais detalhadas sobre a suspensão apenas informa que o Ministério Público Federal fará a dissolução judicial da sociedade.
3. Decreto lei nº 53, de 18 de novembro de 1966 – determina a reorganização das universidades.
4. Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967 – reestrutura a organização da representação estudantil, permitindo que reitores e diretores enquadrem as organizações na legislação que lhes cabe.
5. Decreto nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 – estabelece normas de funcionamento e organização do ensino superior.
6. Decreto lei nº 477, de fevereiro de 1969 – define infrações disciplinares cometidas por professores, estudantes, empregados e funcionários dos estabelecimentos de ensino público ou privado, proibindo manifestações de cunho político nas universidades.

Durante esse processo, a Constituição de 1967 foi promulgada. Em seu texto, a educação continua como um direito de todos, mas não é definido nenhum percentual que o governo deva destinar à educação; determina que a iniciativa privada é livre para ofertar ensino e deverá contar com apoio técnico e financeiro dos poderes públicos. No § 2º do artigo 169, a Carta determina que “Cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1967).

Ao mesmo tempo em que a Constituição de 1967 determina que o ensino deverá ser ofertado pelas três esferas de governo, também afirma que a iniciativa privada será apoiada, inclusive financeiramente. Ora, se a educação é um direito de todos, o recurso disponível pelo governo deveria ser investido na educação pública para garantir esse acesso, mas os embates e as forças advindas do capital não consideraram – e continuam não considerando - essa condição interessante.

Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), a política educacional do regime militar buscou atender dois objetivos principais que influenciariam na política de desenvolvimento econômico: assegurar o aumento da oferta do ensino fundamental, garantindo formação e qualificação mínima para inserir grande parcela das classes trabalhadoras em uma parte do processo produtivo não muito exigente e formar mão de obra qualificada para os postos mais altos da administração pública e da indústria para favorecer o processo de importação tecnológica e modernização do país. O educador e o educando, vistos como capital humano, deveriam receber investimento para estar aptos a produzir lucros individual e social. Em todos os níveis educacionais buscava-se moldar os estudantes e trabalhadores para que atendessem aos interesses do regime.

O final de janeiro [1968] assiste aos protestos dos estudantes do restaurante [universitário] Calabouço que se manifestam através de uma pequena passeata, reivindicando melhorias de condições de higiene e funcionamento do mesmo, sendo reprimidos a tiros pela polícia no centro do Rio de Janeiro. No dia 28 de março morre Edson Luís durante o choque da Polícia Militar (PM) com os integrantes da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) que organizam uma manifestação contrária ao aumento do preço da refeição, considerado abusivo, e pela conclusão das obras do restaurante (VALLE, 2008, p. 82).

No período de 1945 a 1968, o movimento estudantil e de jovens professores ganhou destaque na luta pelo ensino público, pelo modelo de universidades, em vez de escolas isoladas, e pela reivindicação da eliminação do setor privado de educação. Diversas críticas à estrutura das universidades foram feitas, dentre elas, a sua elitização, à medida que se estreitavam as portas para as camadas populares e abriam as mesmas portas para a elite. Na mesma época, houve um grande aumento no número de matrículas nas universidades, públicas e privadas.

No período 1940-1960 a população do país passou de 41,2 milhões para 70 milhões (crescimento de 70%), enquanto que as matrículas no ensino superior triplicaram. Em 1960, existiam 226.218 universitários (dos quais 93.202 eram do setor privado) e 28.728 excedentes (aprovados no vestibular para universidades públicas, mas não admitidos por falta de vagas)⁶. Já no ano 1969 os excedentes somavam 161.527. A pressão de demanda levou a uma expansão extraordinária no ensino superior no período 1960-1980, com o número de matrículas saltando de aproximadamente

200.000 para 1,4 milhão, $\frac{3}{4}$ partes do acréscimo atendidas pela iniciativa privada. (MARTINS, 2002, p. 2)

As mudanças que ocorreram na sociedade entre as décadas de 1940 e 1960 demandaram a ampliação das instituições de ensino superior e foi o setor privado, com sua continuada ampliação, que respondeu a essa carência. Para Teixeira (1989, p. 111), a expansão do ensino superior, no referido período,

[...]se fez ao correr das circunstâncias, sem plano de previsão, ou mesmo propósito deliberado. Além disso, não decorreu de ato legal determinado, nem refletiu o longo debate educacional que se iniciou na década de 20 e não mais se interrompeu até a votação da Lei de Diretrizes e Bases, em 1961.

Para Cunha (1983) e Ribeiro (2002), a expansão do ensino superior iniciou-se com as instituições públicas, ao término da Segunda Guerra Mundial. Alguns fatores, como a crescente onda de populismo, a urbanização e o acesso das mulheres à educação, contribuíram para o aumento do número de matrículas nos cursos de graduação. De 1954 a 1964, ocorreu a federalização das escolas isoladas estaduais, municipais e particulares, criando-se as universidades federais, o que ocasionou a participação do ensino público em 81% das matrículas na educação superior. Ainda assim, enquanto o ensino superior público aumentou seu número de matrículas em 480,3%, o setor privado cresceu 843,7%, de forma que o ensino particular assumiu 63% das matrículas no ensino superior ao final da década de 1970 (GOMES, 2010).

É possível identificar-se que, já nesse período, os investidores e empresários capitalistas viram a educação como um ótimo campo para a expansão de seus negócios, ocasionando a mercantilização de um direito social que era - e ainda é - restrito devido à incompatibilidade entre a demanda e a oferta de vagas.

A Lei nº 4.024, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 20 de dezembro de 1961, foi resultado desses anos de luta dos estudantes, intelectuais e trabalhadores e trouxe uma nova perspectiva jurídica para a assistência ao estudante. Nos artigos 90 e 91, a LDB institui a assistência social escolar como um direito a todos os que demandarem e não mais como uma ajuda (BRASIL, 1961). Entendo que, a partir desse momento, começou a mudança do olhar para a assistência estudantil, mas foi apenas na Constituição de 1967, de 24 de janeiro de 1967, que a igualdade de oportunidades foi mencionada no artigo 168: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade [...]”, no § 2º do mesmo artigo, é determinado que os sistemas de ensino tenham serviços de assistência

estudantil para assegurar a eficiência escolar dos estudantes necessitados. O texto constitucional representou um avanço para a educação, mas dadas as tensões entre o movimento estudantil e a ditadura militar, essa assistência acabou não se efetivando (BRANDÃO, 2017, p. 65).

Com o golpe militar de 1964 e a instalação da ditadura militar, essas mobilizações foram repreendidas e desarticuladas em nome da segurança nacional e da obediência civil. A UNE passou a ser perseguida pela ditadura e a funcionar de forma clandestina, tendo sua sede na Praia do Flamengo incendiada. Através da Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, foi retirada a representatividade legal da entidade.

A desestruturação da UNE foi um dos motivos que desarticulou a luta por uma política de assistência estudantil que só voltou a ser foco das discussões no final da década de 1970, quando a UNE voltou a se reorganizar.

A Constituição de 1967, promulgada em 24 de janeiro do referido ano, estabelece a gratuidade do ensino médio e superior para os estudantes comprovadamente pobres (BRASIL, 1967). Em 1970, por meio do Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, foi criada a Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE) que pretendia ofertar uma política de assistência ao estudante em âmbito nacional.

Dentre outras coisas, o DAE cria bolsas de estudo e de trabalho. Nesse contexto, a forma como a assistência estudantil é compreendida começa a passar por mudanças no plano legal, pois apesar do que estabeleceu a Constituição de 1967, não houve avanços no campo da assistência estudantil à época. Mesmo com a criação da DAE, não encontrei na literatura referência a avanços no campo da assistência estudantil nesse período. Acredito que isso ocorreu, em parte, por conta do regime militar que não simpatizava com classe estudantil. Essa tentativa de sistematizar as ações de assistência ao estudante não perdurou e a DAE foi extinta pouco tempo depois. Busquei em vários artigos e outras produções científicas um motivo documentado para a extinção desse órgão, porém as referências que encontrei apenas indicam que ele foi desativado nos governos posteriores, sem explicitar o motivo e em qual governo exatamente.

Nesse período, também é importante registrar a redução dos investimentos públicos nas universidades, justificada pela contenção dos gastos em setores não diretamente produtivos (VALLE, 2008, p. 81).

O “milagre econômico” pelo qual o país passou na década de 1970, no governo de Médici, trouxe a necessidade de mão de obra qualificada para alavancar a economia. Nesse contexto, a educação passou a ser voltada para atender à demanda do mercado (SAVIANI, 2010). Um exemplo claro disso foi o Programa Bolsa de Trabalho, de 1972, que permitiu a

utilização de mão de obra dos estudantes a baixíssimo custo para beneficiar a reprodução do capital. Identifiquei um assistencialismo produtivista no qual os estudantes davam uma contrapartida, através do desenvolvimento de atividades, para serem contemplados com bolsas em forma de pecúnia.

Em meados dos anos de 1970, a crise econômica e a crise do capitalismo internacional – estagflação, aumento do preço do petróleo, crise fiscal do Estado - geraram pressão sobre o regime militar, enfraquecendo sua estrutura e o apoio político que recebia. Por isso, houve uma forte mudança no modo de conduzir as políticas sociais. Foram adotadas estratégias mais sutis de legitimação, as questões sociais passaram a ser vistas como questões políticas e o discurso da segurança nacional cedeu lugar à ênfase na integração social, o redistributivismo e ao apelo participacionista, tudo recomendado pelo Plano de Desenvolvimento Econômico (PND) dos governos militares (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

Com esse cenário, programas e ações foram desenvolvidos nas áreas mais pobres do país com o intuito de “utilizar” a educação como um meio de atenuar as desigualdades regionais e a pobreza que esse sistema econômico acarreta. Alguns desses projetos foram: o Programa de Extensão e Melhoria para o Meio Rural (EDURURAL), Programas de Ações Socioeducativas e Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano (PRODASEC) e do Meio Rural (PRONASEC), entre outros. Eram ações pulverizadas, ao contrário da política educacional unificada que o regime militar vinha desenvolvendo (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

A pressão sobre o regime militar continuava e se tornava mais forte. Vários movimentos da sociedade civil e da oposição se mobilizavam enfraquecendo o governo. Em 1979, o Ato Institucional nº5 (AI-5) foi revogado, impedindo que o Congresso fosse fechado e que os direitos civis fossem caçados. A eleição indireta de João Batista Figueiredo promoveu uma maior abertura política do país, mas a situação econômica continuava crítica e a inflação chegou a 200% ao ano. Apesar de as reformas políticas estarem sendo efetuadas, o regime continuava com terrorismo e a luta pela sua extinção se tornava mais forte. A sociedade e a oposição desejavam uma mudança no tipo de regime político, na economia e em todas as áreas, para que os processos fossem mais democráticos, permitindo a participação popular.

Em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado e agregou esquerdistas, artistas e intelectuais. O partido foi fundamental para a mobilização do Movimento Diretas Já, que iniciou nos últimos meses de 1983, mas teve seu ápice em 1984, quando seria votada a Emenda Dante de Oliveira, que estabeleceria as eleições diretas.

A emenda não foi aprovada e, nas eleições indiretas para a presidência, a oposição resolveu lançar Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice-presidente pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atualmente denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Com a vitória de Tancredo, o Brasil voltou a ter um presidente civil após anos de ditadura militar. Com a morte de Tancredo, Sarney assumiu a presidência para dar continuidade ao processo de redemocratização do país e iniciar o período conhecido como a “Nova República”.

Entretanto, a Nova República ou a Sexta República Brasileira, como também é denominado o período que se inicia com o fim do governo militar, permanece permeada pelos interesses das elites e forças políticas contraditórias, fazendo prevalecer os interesses da classe dominante pautada no conservadorismo.

Em meio às dificuldades econômicas herdadas ainda do governo militar, o Plano Cruzado, de 1986, teve êxito por um curto período e, em 1987, a crise econômica se instalou. Ao contrário das dificuldades econômicas enfrentadas no período da ditadura, que vislumbrava na democracia uma esperança, a crise na Nova República também era de desilusão e indefinição e o governo de Sarney perdia o apoio da sociedade. Além disso, ao final dos anos Sarney, os militares ainda possuíam poder e influência e, aos poucos, os líderes políticos que apoiavam o governo militar voltavam para o governo (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

Nesse intervalo de tempo, não houve um diálogo significativo com os movimentos sociais, inclusive com o movimento estudantil, ou avanços no campo da assistência estudantil, a não ser pela sanção da Lei nº 7.091, de 18 de abril de 1983, que altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar para a Fundação de Assistência ao Estudante e trata sobre assistência ao estudante, conforme o:

Art. 3º. A Fundação de Assistência ao Estudante, terá por finalidade assegurar os instrumentos e condições de assistência educacional nos níveis de formação pré-escolar e de 1º e 2º Graus, constituindo seus objetivos básicos:

- I - a melhoria de qualidade, a diminuição dos custos e a criação de melhores condições de acesso dos usuários ao material escolar e didático, à alimentação escolar e às bolsas de estudo e manutenção;
- II - a coordenação da política de assistência educacional, bem como o desenvolvimento de estudos visando a subsidiar a sua formulação;
- III - o apoio à administração dos serviços de assistência educacional dos sistemas de ensino (BRASIL, 1983).

A lei previa a oferta de assistência estudantil apenas para o ensino básico, não fazendo menção ao ensino superior. Em meio a um contexto de lutas, a trajetória da assistência

estudantil vai ganhando espaço ao lado da educação superior no Brasil para ser tornar um direito social.

No início da década de 80, quando se esgotou o regime autoritário, a universidade brasileira foi, ao mesmo tempo, protagonista ativa e beneficiária do movimento pela redemocratização do país. As entidades estudantis já haviam recuperado o espaço de atuação que lhes havia sido suprimido; os professores e funcionários técnico administrativos criaram suas próprias entidades sindicais, desenvolvendo uma atuação política sem precedentes; os programas de pós-graduação haviam atingido um padrão de ensino e de pesquisa que lhes permitia desenvolver uma crítica competente das políticas governamentais em diferentes campos [...] (CUNHA, 2000, p. 179).

Com a extinção da DAE,¹⁵ no final da década de 1980, as ações de assistência aos estudantes foram fragmentadas nas instituições de ensino e se tornaram escassas e pulverizadas. Junto a isso, a assistência estudantil foi marcada por relações clientelistas, assim como na assistência social, dificultando o seu processo de consolidação (BARBOSA, 2009 *apud* IMPERATORI, 2007, p. 38):

[...] observa que historicamente as atividades de assistência estudantil têm sido desenvolvidas pelas instituições a partir das demandas dos estudantes. A assistência desenvolvida na universidade, do ponto de vista de sua implementação técnica, expressa, por um lado, o descaso com a área social e revela-se, por outro, enquanto um campo onde prevalecem concepções paternalistas e clientelistas, traduzidas em práticas de ajuda e no uso indevido dos recursos públicos disponíveis.

Em 1987, pró-reitores, sub-reitores, decanos e profissionais responsáveis pelos assuntos estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior fundaram o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), abrindo um novo espaço de discussão sobre a temática. Pouco tempo depois, em 1989, motivados pelo movimento existente na área da educação, foi fundada a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), que se tornou a interlocutora oficial das universidades como o Governo Federal.

O FONAPRACE e a ANDIFES tornaram-se fundamentais para as discussões sobre a educação superior, trazendo elementos para justificar a importância da assistência estudantil como, por exemplo, pesquisas sobre o perfil dos estudantes das universidades brasileiras, que demonstraram a mudança do perfil socioeconômico do público que ingressava no ensino superior. Ademais, por terem um diálogo direto e constante com o MEC, estas instituições foram imprescindíveis para a regulamentação da assistência estudantil posteriormente.

¹⁵ Não foram encontrados nos trabalhos acadêmicos, livros e fonte na internet consultados para esta pesquisa os motivos que levaram a DAE a ser extinta.

Até aquele momento, as ações de assistência estudantil não possuíam um marco legal, e o investimento nessa área ficava a critério dos gestores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que se concentravam basicamente em programas de residência, restaurantes universitários e programas de bolsas estudantis. Desse modo, nos anos 1980, os investimentos na área foram escassos e não foi contemplado um crescimento significativo do ensino superior.

Ainda no contexto de luta pela redemocratização do país, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, vigente até os dias atuais. Conhecida como a Constituição Cidadã, o documento trouxe uma nova perspectiva sobre os direitos sociais e políticos dos brasileiros, reafirmando que a educação é um direito de todos e um dever do Estado.

É importante destacar que um dos princípios constitucionais é a garantia de igualdade de acesso e permanência na escola e de gratuidade do ensino público. Apesar disso, o Estado não é definido como o único promotor da educação, ampliando as possibilidades de investimento nessa área por parte da iniciativa privada, desde que tais instituições cumprissem o estabelecido pelo Estado (BRASIL, 1988).

Diante disso, mesmo com os avanços trazidos com a Constituição, a eleição de Fernando Collor de Mello e, posteriormente, de Fernando Henrique Cardoso propiciaram o avanço da hegemonia neoliberal no país, limitando o crescimento na área e marcando o período dos anos 1990 pela retração dos investimentos públicos nas políticas sociais e pela prevalência de propostas neoliberais com a ideia de um Estado mínimo (MARINHO, 2017). Tal cenário levou ao sucateamento das universidades federais e abriu espaço para o crescimento do ensino superior privado.

Não obstante esse contexto de redução das políticas de Estado, a discussão sobre uma legislação para definir a educação do Brasil era necessária e, após oito anos, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi sancionada, em 20 de dezembro de 1996.

Segundo Guedelho (2017, p. 23), a LDB de 1996 “expressa bem o lugar da assistência estudantil nos anos 1990”, destacando o artigo 71 que expressa que não serão consideradas despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino: subvenções a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural; e programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social (BRASIL, 1996). Dessa forma, “a LDB de 1996 contribuiu para a desresponsabilização do Estado com o financiamento da assistência estudantil nas universidades públicas” (MAGALHÃES, 2013, p. 66).

Para Guedelho (2017), apenas nos anos 2000, a assistência estudantil passou a ser reconhecida de forma legal. De acordo com Cavalheiro (2013, p. 36), Magalhães (2013, p. 60) e Oliveira (2016, p. 21), foram as articulações do FONAPRACE que possibilitaram a inserção da assistência estudantil como pauta no Plano Nacional de Educação em 2001. O resultado disso foi a Portaria Normativa MEC nº. 39, de 12 de dezembro de 2007, que fala sobre a assistência estudantil para estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior, legislação que antecedeu o Decreto nº 7.234, de 2019, de julho de 2010.

Em 2007, último mandato do presidente Lula, momento em que foi feito um grande investimento para fortalecer as políticas públicas sociais, foi regulamentado o Programa Nacional de Assistência Estudantil, com a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Foi nesse mesmo período em que também se deu a expansão e democratização do acesso ao nível superior.

O investimento feito na educação superior brasileira durante o governo do petista foi notório. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a criação de novas IFES no Brasil inteiro, inclusive nos interiores, permitiram que milhares de brasileiros tivessem acesso a um curso superior, técnico ou tecnológico. No mandato seguinte, da presidente Dilma Rousseff, entre os anos de 2011 a 2014, o investimento na educação também foi significativo e é possível demonstrar ações importantes para o fortalecimento da assistência estudantil.

Em 2013, a Portaria Ministerial do MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, instituiu o Programa Bolsa Permanência (PBP) que contempla estudantes de baixa renda matriculados em cursos superiores com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias, de instituições federais, com uma bolsa sem contrapartida de R\$ 400,00, válida por todo o curso; e estudantes indígenas e quilombolas, independente da carga horária do curso, com uma bolsa no valor de R\$ 900,00, também durante todo o curso (BRASIL, 2013).

Em 2014, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, instituiu o Plano Nacional de Educação para o período de 2014-2024 e estabeleceu, entre outras metas, a ampliação da política de assistência estudantil:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias:

[...]

12.5) ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação

superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico (BRASIL, 2014).

Atualmente, existem alguns projetos de lei (PL) relacionados à assistência estudantil tramitando na Câmara e no Senado, dentre eles, o do deputado federal Reginaldo Lopes, do Partido dos Trabalhadores (PT) de Minas Gerais, que acolheu a proposta elaborada pelo FONAPRACE, no período de 2013-2015, que estabelece a Política Nacional de Assistência Estudantil e determina quatro eixos centrais para as ações: assistência prioritária, a promoção e prevenção, apoio e acompanhamento, e inclusão e cidadania. Mais uma vez, o FONAPRACE mostrou seu compromisso em levantar a bandeira da assistência estudantil e apontar a necessidade de transformá-la em uma Política Nacional.

A deputada federal professora Dorinha, do partido Democratas de Tocantins, submeteu o PL 1434/2011, que em 7 de agosto de 2018, segundo informação do *site* oficial da Câmara, está pronto para pauta na Comissão de Educação. A proposta é criar o Fundo Nacional de Assistência ao Estudante de Nível Superior (FUNAES).

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 214/2010, do senador Paulo Paim do PT do Rio Grande do Sul, pretende instituir o Programa Bolsa Permanência Universitária, que concederá uma bolsa no valor de um salário mínimo a estudantes em situação de vulnerabilidade econômica matriculados em universidades públicas, privadas ou filantrópicas conveniadas. Em contrapartida, os estudantes realizarão estágio de vinte horas semanais. A informação do *site* oficial do Senado é que o projeto foi remetido à Câmara dos Deputados em 21 de outubro de 2015.

O PL 1.270/2015, do deputado federal Orlando Silva do Partido Comunista do Brasil (PC do B) de São Paulo, mantém o PNAES regulamentado por um decreto, mas traz algumas modificações, dentre elas, a inclusão dos estudantes de pós-graduação no público-alvo. Segundo o *site* da Câmara, o projeto foi recebido pela Comissão de Educação em 14 de junho de 2018.

A política de assistência estudantil precisa ser mais bem regulamentada para seu fortalecimento e reconhecimento como um direito. O fato de ser regulada por um decreto amplo e genérico, que define apenas os objetivos do programa e as áreas em que as ações devem ser desenvolvidas, acaba possibilitando que a relevância da assistência estudantil em cada instituição e a forma como ela deve ser executada fique a cargo dos gestores, não obedecendo

a uma padronização mínima, o que pode enfraquecê-la, principalmente na atual configuração política e econômica do país.

O reconhecimento da assistência estudantil como política social e como direito é recente, além de ser fruto de um processo histórico longo e permeado por interesses distintos. Foi durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva que se passou a investir, de forma mais incisiva, novamente nas áreas sociais. Foram implantadas políticas de expansão da educação superior e registrou-se um crescimento significativo no investimento em assistência estudantil, tanto no que diz respeito a recursos financeiros destinados diretamente às IFES, quanto na contratação de profissionais para a formação de equipes multidisciplinares para atendimento aos estudantes.

Atualmente, as instituições de ensino têm sofrido com as mudanças no cenário brasileiro de crise nas áreas política, social e econômica. Já é possível sentir o impacto por conta do contingenciamento de recursos, o que traz à tona a necessidade de organização e mobilização política por parte dos estudantes, profissionais da educação e de toda a sociedade brasileira.

3.3.1 Assistência estudantil e a democratização do acesso ao ensino superior

Nesta subseção, pretendo demonstrar como a democratização do acesso ao ensino superior, por meio do aumento do número de universidades, da inauguração de novos *campi*, da ampliação das vagas, da criação dos institutos federais, junto com o seu processo de interiorização, além do processo seletivo por intermédio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a Lei de Cotas, está relacionada ao processo de reconhecimento da assistência estudantil como política pública e direito social.

Para Boito Jr. e Berringer (2013), o período em que Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2016) estiveram presidentes do Brasil foi marcado por transformações na área política. Isso se deu, principalmente, porque a burguesia interna brasileira ascendeu politicamente, enquanto o capital financeiro internacional perdeu espaço, o que só foi possível devido à formação de uma frente política neodesenvolvimentista, heterogênea e cheia de contradições que, além dessa parcela da burguesia, englobou outros segmentos da sociedade, conforme dizem:

Tal frente reúne a grande burguesia interna brasileira que é a sua força dirigente, a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato. A frente incorpora também, aquele amplo e heterogêneo setor social que compreende desempregados, subempregados, trabalhadores por conta própria, camponeses em situação de penúria e outros [...] (BOITO JR.; BERRINGER, 2013, p. 31).

O neodesenvolvimentismo é o “desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal” (BOITO JR., BERRINGER, 2013, p. 32), que busca o crescimento econômico, mas sem romper com o capitalismo neoliberal. Nesse processo, novos elementos que afetaram as políticas social e econômica foram incorporados como, por exemplo:

[...]

(i) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; (ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juro subsidiada das grandes empresas nacionais; (iii) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; (iv) política econômica anticíclica-medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica (BOITO JR.; BERRINGER, 2013, p. 32).

Nota-se que os interesses da burguesia interna foram atendidos por essas gestões, mas as camadas populares também foram minimamente atendidas, principalmente por causa dos investimentos nas políticas públicas e pela recuperação do salário mínimo. Essa parcela da população também teve oportunidade de estar presente nos movimentos sindicais e em momentos consultivos, assumindo o papel de base social do Partido dos Trabalhadores, o que fortaleceu o processo de participação social. O sistema de produção não teve nenhum avanço, no sentido de que as classes continuaram –e continuam – divididas entre detentores dos meios de produção e vendedores da força de trabalho, mas ainda assim,

Esses assalariados ganham algo com o neodesenvolvimentismo. O crescimento econômico permitiu uma significativa recuperação do emprego e a política de reajuste do salário mínimo aumentou o poder aquisitivo da base da pirâmide social. As novas condições econômicas e políticas favoreceram muito a organização e a luta sindical, permitindo novas conquistas salariais dos trabalhadores em um evidente contraste com aquilo que ocorreu na década de 1990. (BOITO & MARCELINO, 2011). Os sindicatos de trabalhadores têm representantes seus, ao lado dos representantes do grande empresariado, em inúmeros organismos consultivos do governo. (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013, p. 32).

Nesse mesmo cenário, foi possível contemplar mudanças na Política de Educação Superior. O número de IFES aumentou consideravelmente, sendo que nos governos de Lula e de Dilma foram criadas 18 novas universidades e 173 novos *campi*, além da geração e implantação dos institutos federais, com mais de 360 *campi* pelo país.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, trouxe

grande expressividade para a expansão do ensino superior, promovendo a democratização do acesso a esse nível de ensino também às classes mais baixas. Segundo Costa (2009, p. 11),

O Reuni foi instituído pelo decreto 6.096 de 24 de abril de 2007 e tem como objetivo dar condições para que as universidades federais ampliem o acesso e garantam a permanência de estudantes na educação superior. O plano tem previsão de duração de cinco anos e pretende distribuir R\$ 2 bilhões de reais para as universidades melhorarem os cursos de graduação, a infra-estrutura física e os recursos humanos. O programa também enfatiza questões como a criação de cursos noturnos e as licenciaturas como meio de formar professores aptos para lecionar na educação básica.

O REUNI tem como objetivo “[...] criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação”, além de promover o “[...] melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p. 1). A meta global do programa é definida no primeiro parágrafo como sendo “[...] a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento [...]” (BRASIL, 2007, p. 1). O artigo 2º do decreto estabelece as seguintes diretrizes para o programa:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007, p. 1).

O programa prevê que as instituições que apresentarem seus planos de expansão e reestruturação receberão verbas para construção e readequação da infraestrutura e equipamentos, compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos e despesas de custeio e pessoal decorrentes do processo de reestruturação.

No inciso V, do artigo 2º do decreto que instituiu o REUNI, é determinada a ampliação da assistência estudantil e das políticas de inclusão como uma das diretrizes do programa. Isso, mais uma vez, demonstra o lugar que a política passa a ocupar na agenda governamental a partir dos anos 2000, sendo compreendida como fundamental para garantir a

permanência dos estudantes em condição de vulnerabilidade econômica nos cursos superiores - citada no objetivo do programa. Para isso, a pesquisa realizada pelo FONAPRACE, entre 2003 e 2004, que traçou o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação de 47 instituições de ensino superior brasileira, foi fundamental, pois demonstrou a necessidade de investir em assistência estudantil e de construir um programa que viabilize condições de moradia, transporte, alimentação, saúde e o atendimento a outras necessidades imprescindíveis para que os estudantes obtenham êxito em seu percurso acadêmico.

A última pesquisa feita pelo FONAPRACE, no período de 2018, foi realizada em 63 IFES, com uma amostra de mais de 420 mil discentes. Uma demonstração da mudança do perfil dos estudantes é a inserção de negros na universidade. Em 2003, 27.693 discentes declararam ser de cor preta, em 2014, esse número subiu para 92.240 e, na última pesquisa, com dados de 2018, são 143.599 estudantes negros.

Com relação à renda, na pesquisa do período de 1996 e 1997, 3,3% dos estudantes possuíam renda mensal familiar *per capita* de até meio salário mínimo, já em 2014 e 2015, a pesquisa mostra que 31,97% dos matriculados declararam ter esse rendimento, em 2018, o relatório mostra que 26,6% vivem com esse valor. Também cresceu o quantitativo de discentes com renda de meio a um salário mínimo, de 10,5%, em 1996, para 21,96%, em 2014, e 26,9%, em 2018. Desse modo, mais da metade dos estudantes (53,5%) vive com rendimento de até um salário mínimo. Já os estudantes com renda de um a um e meio salário mínimo reduziu de 30,5%, em 1996, para 12,26%, em 2014, mas aumentou para 16,6% em 2018. Vale lembrar que essa é a renda máxima determinada pelo PNAES para o seu público prioritário (FONAPRACE, 2016).¹⁶

O aumento da presença de estudantes negros e pobres nas universidades é resultado também da Lei de Cotas - Leinº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que reserva 50% das vagas por curso e turno para estudantes oriundos de escola pública, tanto com renda mensal de até um salário mínimo e meio, quanto para pessoas que tenham rendimentos familiares maiores que esse. A lei também determina que no percentual fixado para cada tipo de renda sejam reservadas vagas para os estudantes pretos, pardos e índios e, a partir de 2017, para deficientes, que serão definidas de acordo com a proporção existente dessas populações nos estados onde se localiza a instituição, segundo o último censo IBGE. Desse modo, um estado que possui mais negros, índios, pardos e deficientes terá mais vagas designadas para eles.

¹⁶ Para analisar o relatório da pesquisa. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>.

Outro instrumento que possibilitou a democratização do acesso ao ensino superior foi o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Embora aqui o investimento seja voltado às instituições privadas, tanto por causa das isenções de impostos que recebem ao aderir ao programa, quanto pela garantia de ter um público de estudantes provenientes de escolas públicas que custeia sua educação mediante o recebimento de bolsas governamentais integrais ou parciais. De acordo com Oliveira e Silva (2018), em 2005, foram investidos R\$167.943.871,00 e, em 2013, R\$823.878.666,00, o que representa 392,95% de incremento no programa.

Aqui, é possível identificar ações do governo que atendem às necessidades da classe trabalhadora, que precisa de subsídios para conseguir fazer um curso superior, e da indústria da educação, que está cada vez maior e, provavelmente, não teria “clientes” suficientes se não fossem os programas do governo. A educação tratada como mercadoria não é novidade, mas há uma ou duas décadas, o maior nicho do mercado era voltado à educação básica, com a criação desse programa, o ensino superior tornou-se um negócio ainda mais lucrativo.

Outro fator que possibilitou o crescimento do mercado de faculdades privadas e o ingresso de mais estudantes foi o aumento do crédito concedido pelo Fundo de Incentivo a Estudantes do Ensino Superior (FIES), Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que financia os custos de cursos de graduação para os estudantes, sendo necessário o pagamento após o término do curso. De acordo com Costa (2009, p. 10),

O FIES financia os cursos de graduação no Ensino Superior privado para estudantes que estejam regularmente matriculados e não possuam condições financeiras de arcar com os custos de sua formação. Para tanto, a instituição deve estar cadastrada no Programa e ter uma avaliação positiva no MEC. O Programa foi criado em 1999 através da Medida Provisória nº 1.827, para substituir o Programa de Crédito Educativo, sendo modificado em 2007.

As iniciativas referidas para promover o acesso a cursos de nível superior exigiram do governo ações para fomentar também a permanência, como o PNAES e o Programa Bolsa Permanência (PBP), criado por meio da Portaria do MEC nº 389, de 9 de maio de 2013. Esse novo programa se voltou para estudantes indígenas e quilombolas e para discentes de cursos de graduação com carga horária superior a cinco horas diárias e que possuam renda *per capita* mensal de até um salário mínimo e meio. Oliveira e Silva (2018) informam que, em 2015, o investimento no programa foi de mais de um bilhão de reais.

Em oposição ao que versa o PNAES, que é destinado a todos os estudantes, ainda que seja resguardada a prioridade dos que se encontram no corte de renda determinado, o bolsa

permanência traz alguns limitadores de acesso. O primeiro identificado é o corte de renda que exclui os demais estudantes que também ingressaram por meio da política de cotas; o segundo trata-se da delimitação da carga horária do curso. Não há nenhuma indicação dos motivos que levaram o MEC a fazer tal restrição, mas é sabido que poucos cursos atendem a tal exigência, tais como medicina, enfermagem, outros cursos na área da saúde e as engenharias.

Em 2016, o MEC informou às IFES, por meio do Ofício-Circular nº2/2016/DIPES/SESU-MEC, de 11 de maio de 2016, que novas inscrições de estudantes contemplados pelo critério de renda seriam suspensas, sendo possível apenas a inserção de indígenas e quilombolas no programa. A justificativa para tal medida foi a incompatibilidade da dotação orçamentária existente com o número de beneficiários do programa, sendo necessário equacionar essa relação. No mesmo documento, também é feita referência à quantia repassada às IFES, em 2016, para atender aos objetivos do PNAES, um bilhão de reais, justificando a redução do PBP por conta do grande investimento no PNAES.

Além dessa determinação, em 2018 e 2019, a gestão do programa tem estado permanentemente em um processo de fiscalização dos estudantes atendidos, exigindo dos profissionais que operacionalizam o programa um acompanhamento mais sistemático e a adoção de posturas mais severas em relação à manutenção ou desligamento de estudantes no programa. Como exemplo disso, no início de 2019, foi instalado um novo mecanismo de controle, conforme o teor do Ofício-Circular nº 1/2019/CGRE/DIPES/SESU/SESU-MEC, de 3 de janeiro de 2019:

1. Dirigimo-nos a Vossas Senhorias para encaminhar o incluso ‘Calendário Anual de Homologação de Bolsas’ do ano de 2019 e informar acerca da evolução realizada na funcionalidade “Homologar Bolsa” do Sistema de Gestão da Bolsa Permanência (SISBP).
2. A partir do lote de pagamento de bolsas do mês de janeiro de 2019, cuja abertura está prevista para o próximo dia 8.1.19, a homologação das bolsas permanência pelo Pró-Reitor será precedida de resposta a um questionário contendo 6 (seis) perguntas envolvendo a situação dos bolsistas perante o Programa de Bolsa Permanência.
3. Os assuntos envolvendo as perguntas são relacionados à documentação exigida do estudante para inscrição no programa, ao tempo de permanência do estudante no programa e à carga horária do curso no qual o estudante se encontra matriculado, entre outros, conforme consta do *print* anexo, referente à tela que será utilizada pelo Pró-Reitor no processo de homologação mensal das bolsas.
[...]
6. A opção ‘Homologar’ bolsas somente será habilitada após concluídas todas as respostas, que serão armazenadas no banco de dados do sistema juntamente com o nome e CPF do Pró-Reitor responsável pela homologação das bolsas (BRASIL, 2019).

Diante do exposto, foi possível entender como a democratização do acesso de camadas populares ao nível superior foi um ponto importante para a consolidação da assistência

estudantil como política pública e como um direito. Infelizmente, as restrições impostas pelo PBP são um exemplo da retração das políticas de assistência ao estudante, em contraste com a sua expansão e consolidação dos últimos dez anos. Além do trecho reproduzido, o ofício citado ainda faz referência às obrigações da instituição e de sua responsabilidade ao homologar o pagamento das bolsas dos estudantes, o que demonstra o aumentada fiscalização em torno do programa. O processo de acompanhamento e avaliação é extremamente necessário, entretanto a análise do contexto social, político e econômico do país, além das posturas assumidas pelo atual governo, que claramente é a favor da redução das políticas sociais, dá um caráter alarmante ao Ofício-Circular nº 1/2019/CGRE/DIPPES/SESU/SESU-MEC, deixando velada a advertência de responsabilização caso sejam encontrados erros.

Além do processo de democratização do acesso ao ensino superior, é preciso pensar em formas de garantir a permanência dos discentes em seus cursos, evitando a evasão que é um dos grandes problemas enfrentados pelas instituições públicas e privadas atualmente. Sem dúvida alguma, a assistência estudantil é um dos pilares para o enfrentamento dessa questão, mas é extremamente importante discutir um pouco mais a temática da permência e da evasão para encontrar estratégias e direcionar a política de assistência estudantil para o seu enfrentamento da melhor maneira possível.

Esse debate também é fundamental para compreender os motivos que contribuem para o sucesso no percurso acadêmico dos discentes e colaborar para a construção de uma assistência estudantil mais apropriada às suas necessidades, considerando que a PAE foi criada para ampliar as condições de permanência e êxito de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

De acordo com estudos realizados por Silva e Nogueira (2015), o acesso ao ensino superior é normalmente tratado em pesquisas acadêmicas e legislações como o ingresso em um curso desse nível de ensino, tornando esse conceito bastante limitado, uma vez que desconsidera a permanência e o desempenho acadêmico no curso, culminando com sua formação.

Vários estudos (CRUZ FILHO *et al.*, 2010; DUARTE, 2010; SILVA *et al.*, 2010 *apud* SILVA; NOGUEIRA, 2015) afirmam que se os estudantes mais pobres não tiverem suporte material, além de acompanhamento acadêmico e de sua realidade social, sua permanência poderá ser prejudicada. Por isso, o papel da assistência estudantil tem se mostrado cada vez mais relevante para contribuir com o sucesso desses discentes (SILVA; NOGUEIRA, 2015).

Outros estudos (NÉRES *et al.*, 2010; CUNHA; CARRILHO, 2005 *apud* SILVA; NOGUEIRA, 2015) apontam que as relações interpessoais podem ser o principal ponto de apoio

para estudantes que passem por algum momento de dificuldade durante o curso, sendo primordial para a sua manutenção na instituição. Vieira (2012, p. 224 *apud* SILVA; NOGUEIRA, 2015) relaciona a permanência ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, às práticas laboratoriais e a vivência proporcionada pelo ambiente universitário, mas também destaca a importância da assistência estudantil, inclusive como forma de combate às desigualdades sociais.

Ficou claro que não são apenas fatores de ordem material e econômica que interferem na permanência do estudante no ensino superior, a identificação com o curso, o bom relacionamento com o corpo docente e os demais profissionais da instituição, as perspectivas em relação ao futuro, a satisfação pessoal, etc. também são fatores extremamente importantes, por isso, é crucial que os discentes recebam um acompanhamento, principalmente aqueles que apresentarem dificuldades de qualquer ordem.

É a partir da concepção de que o estudante precisa, não apenas de suporte material, mas também de apoio psicopedagógico e social, que o PNAES prevê ações em diversas áreas, inclusive atenção à saúde, cultura, esporte, apoio pedagógico, dentre outros. Quando uma instituição possui uma equipe técnica completa, pode oferecer aos discentes um acompanhamento diferenciado, sendo capaz inclusive de se antecipar e identificar possíveis candidatos à evasão, mas isso exige um esforço contínuo que, normalmente, não consegue ser absorvido pelo número de profissionais disponíveis.

Quando o estudante deixa de frequentar o curso, por qualquer motivo, ele se evade, gerando vários problemas para a instituição, dentre eles, o alto investimento financeiro que fica sem retorno. De acordo com o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, “a evasão deve ser vista como um fenômeno complexo e não um problema comum, uma vez que compromete o efetivo direito à educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2014, p. 15). O documento norteou a elaboração do Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos estudantes do IFCE (PPE), para o período de 2017 a 2024, que contém o diagnóstico dos principais motivos que levam estudantes a saírem do curso antes de concluí-lo e propõe medidas de intervenção para combater esses problemas na instituição.

Dore *et al* (2014) também se referem à evasão como um problema complexo, além de multicausal e multifacetado, podendo estar relacionada a fatores pessoais, sociais e institucionais, resultando na saída provisória do estudante da escola ou o abandono permanente do sistema de ensino. Desse modo, é preciso aprofundamento teórico e empírico para que as instituições encontrem os melhores caminhos para sua redução, sendo que tais medidas

precisam, necessariamente, envolver os sistemas educacionais, as instituições escolares e as políticas públicas. Estudos da Comissão Especial para Estudo da Evasão (1996) compreenderam que:

a saída definitiva do aluno de seu curso de origem sem concluí-lo é considerada evasão de curso e a evasão de instituição é entendida como o desligamento da instituição na qual o estudante estava matriculado. Por outro lado, a retenção consiste na não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da propensão em relação à evasão (IFCE, 2017, p.9).

Além disso, a comissão identificou três principais áreas das causas de evasão: questões relacionadas aos próprios estudantes, questões socioculturais e econômicas e questões relacionadas às instituições de ensino. No quadro a seguir elenco alguns exemplos de motivos, em cada área, que podem levar os estudantes à evasão de acordo com o Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE 2017-2024 (2017).

Quadro 2 – Exemplos de fatores que ocasionam a evasão dos estudantes do IFCE

FATORES INDIVIDUAIS	FATORES INTERNOS À INSTITUIÇÃO	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Dificuldade de adaptação à vida acadêmica por estar muito tempo ausente do sistema de ensino	Disciplinas com excesso de conteúdo.	Dificuldade de locomoção por falta ou insuficiência de transporte local e intermunicipal.
Dificuldade de conciliar estudo e trabalho ou com a rotina doméstica.	Alta complexidade do currículo de alguns cursos técnicos e de graduação.	Estudantes com condições socioeconômicas e familiares precárias.
Déficit de aprendizagem quanto ao conteúdo da educação básica que impacta no aprendizado.	Falta de articulação entre a teoria e a prática nos currículos.	Estudantes que têm filhos nem sempre possuem rede de apoio ou condições de pagar uma creche ou babá no horário de aula.
Interesse em outro curso ofertado pelo próprio IFCE ou outra instituição.	Cursos com estrutura física precária nos laboratórios.	Estudantes com dificuldades para estudar em casa, pois não possuem ambiente adequado.
Problemas pessoais, de saúde ou familiares.	Auxílios financeiros insuficientes para atender à demanda de todos os estudantes com perfil.	Alguns cursos têm um campo profissional bastante restrito, com poucas oportunidades.
Desmotivação com o curso por falta de aptidão, de perspectiva profissional ou por não acompanhar o conteúdo.	Não há fortalecimento de vínculo entre a instituição e a família	Não valorização da profissão de professor e de tecnólogo pela sociedade.

Fonte: Elaboração própria a partir do Plano de Permanência e êxito dos Estudantes do IFCE 2017-2024

Vários motivos foram listados como causadores da retenção e da evasão, tanto internos quanto externos à instituição, eles são citados pelos próprios discentes, professores, técnicos administrativos em educação e gestores que participaram desta pesquisa, corroborando o referencial teórico apresentado. Desse modo, cabe aos gestores e profissionais do IFCE e das demais instituições de ensino, juntamente com seu corpo docente, e quiçá com a comunidade externa, empresários e associações, buscarem formas de trabalhar as dificuldades apontadas pelos estudantes.

No capítulo a seguir apresento o Instituto Federal de Educação do Ceará e de que forma a assistência estudantil se desenvolveu na entidade até a instituição do PNAES. Além disso, discuto o processo de elaboração da Política de Assistência Estudantil do IFCE e do Regulamento de Auxílios Estudantis, abordando ainda a configuração atual do campus Maracanaú, o *lócus* da pesquisa empírica.

4 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

O presente capítulo tem como objetivo analisar de que forma ocorreu o processo de implementação e execução do PNAES no IFCE, considerando a perspectiva dos diversos atores envolvidos com a política de assistência estudantil. Para obter tal compreensão, é necessário entender a origem dos Institutos Federais, o fim para o qual foram criados e as transformações pelas quais passaram ao longo de mais de dez décadas de existência. Desse modo, este capítulo apresenta o IFCE, bem como o campus Maracanaú, onde foi realizada a pesquisa empírica, por fim, discuto de que forma a assistência estudantil era desenvolvida antes do PNAES e como se deu o processo de elaboração da Política de Assistência Estudantil do IFCE.

4.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Hoje, o IFCE é parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que possui, atualmente, 38 institutos federais em todos os estados do Brasil, além de dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), 25 escolas ligadas a Universidades, o colégio Dom Pedro II e uma Universidade Tecnológica. Essas instituições não aderiram aos institutos federais, mas também ofertam educação profissional em todos os níveis, por isso fazem parte da rede.

A constituição da EPT começou em 23 de setembro de 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, assinou o Decreto nº 7.566 criando dezenove escolas de aprendizes artífices que ofertariam ensino profissional primário e gratuito aos jovens pobres, formando mestres e contramestres. O decreto definia que os cursos ofertados por cada escola seriam definidos pela necessidade de cada estado e sugeria que fossem “consultadas, quando possível, as especialidades das indústrias locais” (BRASIL, 1909), demonstrando claramente a intenção de atender aos interesses do mercado. O trecho do decreto citado a seguir evidencia também o caráter regulador da educação, destacando que a inserção na escola afastará os jovens pobres dos perigos que a ociosidade oferece:

Considerando:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;

Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir

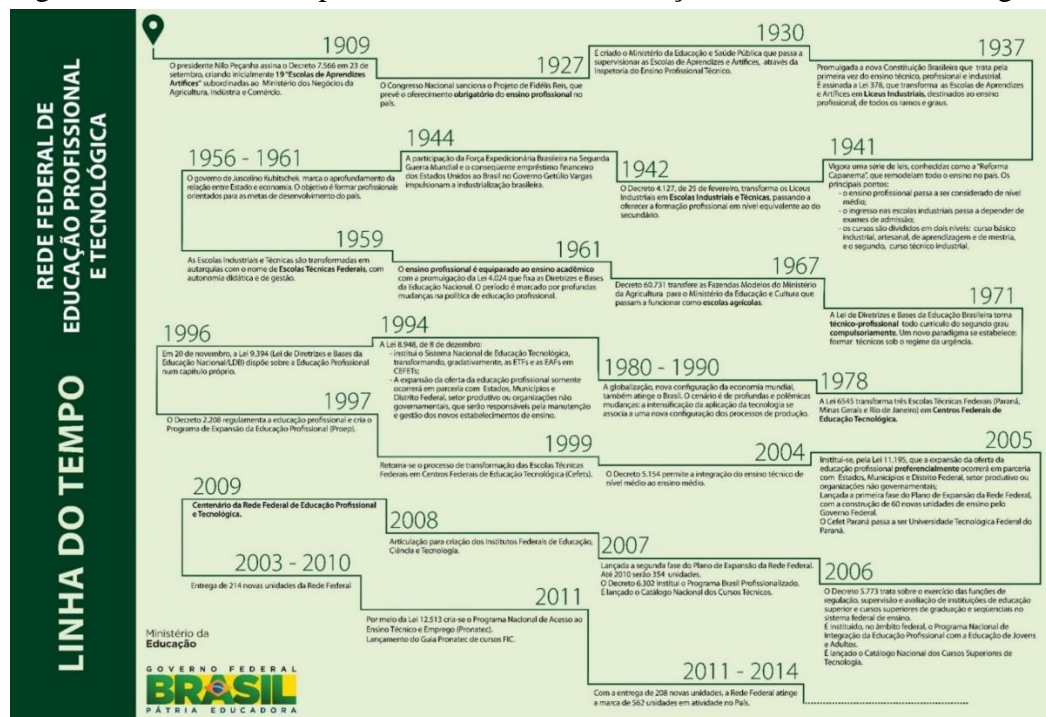
habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime;
Que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis á Nação [...] (BRASIL, 1909).

À medida que se modificavam os cenários políticos e econômicos do país, a instituição foi mudando para atender às exigências do momento. Em 1937, por meio da promulgação da Lei nº 378, de 13 de janeiro, transformou-se em Liceu Industrial de Fortaleza e, em 1941, passou a ser chamado de Liceu Industrial do Ceará. Um ano depois, em 1942, o Decreto nº 4.121, de 25 de fevereiro, transformou-o na Escola Industrial de Fortaleza. Foi em 1959, por força da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro, que a instituição recebeu o status de autarquia, ganhando autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar. Em 1965, a Lei nº 4.749, de 20 de agosto, promoveu uma nova mudança de nomenclatura para Escola Industrial Federal do Ceará, que três anos depois se tornou a Escola Técnica Federal do Ceará (DUMARESQ, 2014, p. 72).

Em 1999, o decreto sem número, de 22 de março, transforma a instituição no Centro Federal de Educação do Ceará (CEFET-CE), passando a ofertar cursos tecnológicos e articulando o tripé de ensino, pesquisa e extensão. Em 2004, o MEC reconheceu o CEFET-CE como uma instituição de ensino superior com cursos de graduação e pós-graduação, por meio do decreto nº5.225/2004. A última transformação sofrida pela instituição foi em 2008, quando foram criados os Intitutos Federais (DUMARESQ, 2014, p. 72).

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará é uma autarquia Federal do Poder Executivo, criada por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O IFCE tornou-se uma instituição de educação profissional análoga à universidade, devendo manter uma oferta de cursos técnicos de nível médio (50% de sua oferta) e de licenciaturas (20% de sua oferta), além de cursos de tecnologia, pós-graduação, realizar pesquisas e extensão (DUMARESQ, 2014, p. 72). A figura apresenta a linha do tempo da rede federal que demonstra claramente e de forma concisa essa metamorfose, inclusive com informações sobre os cenários de cada momento.

Figura 1 – Linha do Tempo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>

A natureza da instituição aponta para a pluralidade das modalidades de ensino, tornando complexa a proposta dos institutos federais, além de apontar na direção da formação integral do sujeito e possibilitar uma reflexão sobre os modelos de educação dualista vigente no Brasil, apesar de não pretender romper com esse modelo (BRANDÃO, 2017).

Os novos Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador [...]. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino [...]. Em síntese, esse novo desenho constituído traz como principal função a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional (BRASIL, 2010, p. 19-21).

É importante ressaltar que não se pode desvincular a proposta governamental das exigências do mercado, visto que a proposta político-financeira do Banco Mundial prevê, por exemplo, a criação de instituições de educação que tenham custos menores que as universidades, no que se refere aos cursos superiores técnicos, justificando que esses cursos por serem mais flexíveis são mais apropriados ao sistema reprodutivo (BRANDÃO, 2017).

Como um grande tomador de empréstimos do Banco Mundial (BIRD), por exemplo, o Brasil se submete a diversas condicionalidades impostas por esse organismo

internacional, que incluem ajustes estruturais que impactam em diversas áreas, dentre elas, a educação. Orientações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (apesar de serem organismos distintos, trabalham em conjunto) contribuem significativamente para definir os rumos da política educacional brasileira. Em 2017, um relatório do Banco Mundial denominado “Um Ajuste Justo: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil” afirma que os investimentos na educação superior (no ensino fundamental também, mas esse não é o nosso foco) foram excessivos e ineficientes e sugere que as universidades públicas passem a cobrar mensalidades porque:

[...] os níveis de gastos por aluno nas universidades públicas são de duas a cinco vezes maiores que o gasto por aluno em universidades privadas. [...] Além disso, embora os estudantes de universidades federais não paguem por sua educação, mais de 65% deles pertencem aos 40% mais ricos da população. Portanto, as despesas com universidades federais equivalem a um subsídio regressivo à parcela mais rica da população brasileira (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 13).

Entretanto, Druck, Filgueiras e Moreira (2018) elaboraram um estudo que analisa profundamente o documento do Banco Mundial e refutaram, com base em dados estatísticos, uma série de afirmações. Sobre as universidades públicas, enfatizo a comparação que os autores fizeram do valor investido, por matrícula, e em todos os níveis de educação, pelo Brasil e os 34 países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), no qual o Brasil é apontado como o último colocado da lista, com o valor aplicado de US\$ 3.439,49, muito semelhante ao do México, US\$ 3.347,41, e inferior ao do Chile US\$ 4.325,39, os dois países latino-americanos que integram a ODCE. Ademais, os autores consideram equivocada a comparação do valor por estudante de uma instituição privada ao de uma universidade pública, já que o

[...]BIRD compara/rebaixa a complexidade de uma Universidade Federal ao compará-la com uma Instituição de Ensino Privado que, na esmagadora maioria dos casos, se limita ao ensino: presencial e, também agora, ao novo filão de ganhar dinheiro que é a “Educação à Distância – EAD”; contando para isso com um corpo docente bem menos qualificado/titulado, mal remunerado e carregado de turmas para dar aulas. As Universidades Federais tem, como regra, além do ensino, atividades de pesquisa e extensão, hospitais universitários de alta complexidade, clínicas e laboratórios, museus, orquestras, teatros, cinemas, escritórios de assistência jurídica à população mais pobre etc.; contando para isso, com um corpo docente altamente qualificado/titulado e, na maior parte, trabalhando em tempo integral. Como consequência, dessa enorme diferença, não levada em consideração pelo BIRD, afirmar que as Universidades Federais têm um custo por estudante maior do que as Universidades Privadas não tem a menor credibilidade, se não se separar dos gastos totais realizados pelas primeiras, os gastos com todas as atividades (exceto o ensino) listadas acima. Além disso, tem que se abater o pagamento das aposentadorias e pensões que também fazem parte e compõem o orçamento das Universidades Federais. Apenas depois dessa operação de subtração é que se pode fazer uma comparação do custo por estudante entre os dois tipos de Instituição.

Estudo feito por Amaral (2017), para discussão no âmbito das Universidades Federais Brasileiras e da ANDIFES, evidencia que, depois de realizada a devida subtração mencionada acima, o custo médio anual do ensino, por aluno, nas Universidades Federais, para o ano de 2015, é de R\$ 13.875,00; menor do que a média da OCDE de R\$ 15. 772,00 (DRUCK; FILGUEIRAS; MOREIRA, 2018, p. 624-625).

O estudo citado demonstra, dentre outras coisas, que a visão e o posicionamento deste e outros organismos internacionais, em geral, tendem a ser voltados para atender às exigências do mercado financeiro, suplantando os interesses e as necessidades básicas da população em geral.

Com a mudança de nomenclatura, o IFCE mudou também sua missão, sua visão e os seus valores, eles vêm alinhados com a nova política de EPT do Brasil, que não pretendo discutir neste trabalho, pois a sua ênfase está na educação superior,¹⁷ que pretende formar cidadãos de acordo com as necessidades do mercado, ainda que isso não lhes dê nenhuma garantia de ingresso na vida profissional ou de ascensão social.

Para compreender a dinâmica institucional, conhecer esses princípios é muito importante, são eles:

MISSÃO: produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

VISÃO: Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

VALORES: Nas suas atividades, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental (IFCE, 2012, p.02).

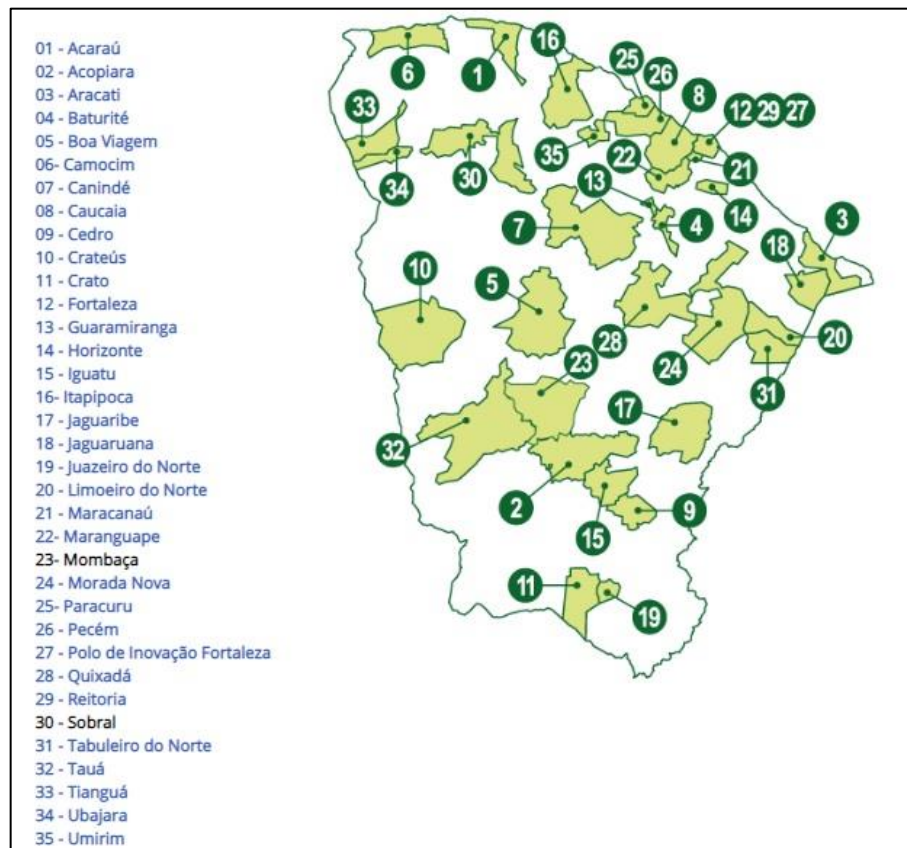
A missão e a visão institucional assumem o compromisso de contribuir para a formação integral do estudante enquanto cidadão, ofertando não apenas o conhecimento técnico e científico, mas o inserindo em um ambiente propício ao debate ético, político e cultural, além de ofertar a experiência acadêmica de maneira completa por meio do acesso ao ensino, à pesquisa e à extensão. A PAE-IFCE pode ser considerada uma ferramenta importante nesse processo, visto que seus objetivos e seus programas coadunam com a missão, a visão e os valores do IFCE.

A política de ampliação da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica do governo Lula, nos períodos de 2003 a 2006, e 2007 a 2010, e de 2011 a 2014, sob o comando

¹⁷ Para maiores informações sobre a Educação Profissional e Tecnológica consulte o site: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>.

da presidente Dilma Rousseff, dá a política de educação um novo significado, possibilitando o acesso ao ensino técnico, tecnológico e superior a pessoas de municípios do Interior que, historicamente, tiveram dificuldades para frequentar a escola, elevando os níveis de escolaridade da população. “Embora tenhamos críticas ao modo como se deu essa expansão e ao próprio discurso ideológico que cria expectativas de empregabilidade a partir da qualificação profissional, não negamos os avanços da educação profissional a partir deste período” (BRANDÃO, 2017, p. 30). Atualmente, o IFCE tem campus em todas as regiões do Ceará e atende aos mais diversos públicos, como demonstra a Figura 2.

Figura 2 – O IFCE no Ceará



Fonte: Site do IFCE. Disponível em: www.ifce.edu.br. Acesso em: 4 nov. 2019.

É difícil não fazer nenhuma crítica ao modo como se deu o processo de expansão que, aliás, continua acontecendo, visto que, em fevereiro de 2019, foi lançada a 33ª unidade do IFCE, no município de Mombaça, mas reconheço a importância desse processo, especialmente para os jovens do Interior, que antes desse processo tinham mais dificuldades em acessar esse nível de ensino, especialmente em uma instituição de ensino pública e reconhecida por sua qualidade. Entretanto, como todas as discussões deste trabalho têm sido feitas em torno da política de assistência estudantil, que tem como objetivo dar melhores condições de

permanência e êxito aos estudantes em situação de vulnerabilidade, mais uma vez, retomo a necessidade de fazer uma avaliação da política de expansão do ensino superior, de modo que seja possível identificar suas fragilidades e trabalhar o acesso não apenas na perspectiva do ingresso, mas também da permanência e no aprendizado dos indivíduos durante o seu percurso formativo.

Na próxima seção, mostro o IFCE Campus Maracanaú, local escolhido para a aplicação da pesquisa de campo.

4.2 O IFCE Campus Maracanaú

Nesta seção, apresento o IFCE campus Maracanaú, destacando algumas informações importantes sobre a região na qual está inserido e sobre a sua fundação.

Os institutos federais, em sua atual configuração, pretendem criar os *campi* para propiciar o desenvolvimento regional e local por meio da implementação do ensino, da pesquisa e da extensão, buscando desenvolver “soluções tecnológicas na promoção e desenvolvimento social e econômico da comunidade situada no entorno dessas instituições” (CRUZ, 2016, p. 94). Desse modo, o IFCE Campus Maracanaú foi fundado em 17 de novembro de 2007, na região metropolitana de Fortaleza e próximo ao maior distrito industrial do estado do Ceará, foi o primeiro campus da primeira fase de expansão dos institutos federais no estado.

De acordo com Cruz (2016) que faz referência a Araújo (2007), a instalação desse grande parque industrial é resultado do processo de industrialização do Ceará que promoveu políticas de incentivos fiscais para tornar o estado o III Polo Industrial do Nordeste. Esse empreendimento teve início no governo de Virgílio Távora, de 1963 a 1966, mas foi no Governo das Mudanças, período de 1987 a 2002, marcado pela ascensão política de um novo grupo político liderado por Tasso Jereissati,¹⁸ que se consolidou a incorporação do estado ao modelo de mundialização da produção, visando promover o desenvolvimento econômico e produtivo do Ceará.

No âmbito das políticas de incentivo fiscal, foram criados mecanismos para a liberação de recursos, com destaque para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), importante órgão que ofereceu vultosos investimentos financeiros na criação dos distritos industriais, do Porto do Pecém, entre outros empreendimentos. Ante essas condições favoráveis, Fortaleza descentralizou suas indústrias, em direção aos municípios da área de influência (CRUZ, 2016, p. 96).

¹⁸ Para compreender melhor esse período acessar: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/19-encontro-anual-da-anpocs/gt-18/gt16-15/7654-lindagondim-modelo/file>.

De acordo com Carvalho (2009), o I Distrito Industrial do Ceará (DIC) foi implantado em Maracanaú, em 1960, mas foi apenas em 1980, com o aumento do número de indústrias, que ele se consolidou, o que atraiu mão de obra e resultou na criação de conjuntos habitacionais para os trabalhadores. Outro estabelecimento que se instalou no município e contribuiu para seu desenvolvimento foi a Central de Abastecimento do Ceará (CEASA), que tem importância em todas as regiões do estado. O novo cenário do município demandou investimento em infraestrutura e outros equipamentos sociais.

Segundo informações disponíveis no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Maracanaú tem uma população estimada, em 2018, de 226.128 pessoas, enquanto no último censo, em 2010, a população era de 209.057 pessoas, isso demonstra como o município vem crescendo. Em 2016, o município possuía 3.715 empresas, das quais 3.557 eram atuantes, ou seja, em funcionamento, que ocupam 62.140 pessoas, das quais 57.586 são assalariadas com uma renda média de 2,1 salários mínimos.

O IFCE *Campus* Maracanaú está inserido nesse cenário econômico e oferta cursos que formam profissionais aptos a trabalhar no Distrito Industrial e em outras áreas. Os cursos técnicos presenciais ofertados são: automação industrial, informática, meio ambiente e rede de computadores; e os cursos superiores presenciais são de tecnólogo em manutenção industrial, licenciatura em química, bacharelado em engenharia ambiental e sanitária, bacharelado em ciência da computação, bacharelado em engenharia mecânica e engenharia de controle e automação (IFCE, 2016).

O campus Maracanaú possui uma estrutura física excelente, ampla e adequada aos cursos que oferta. São 34 salas de aula, 28 laboratórios,¹⁹ 20 salas administrativas, ginásio com quadra poliesportiva, academia, quadra de areia, campo de futebol e restaurante. A estrutura organizacional está dividida nos seguintes setores: direção geral, departamento de ensino, no qual estão inseridas a coordenação de assuntos estudantis e coordenação técnico-pedagógica, departamento de extensão, pesquisa e pós-graduação (DEPPI) e a diretoria de administração e planejamento de acordo com a informação.

A equipe de assistência estudantil é composta por duas assistentes sociais, um nutricionista, uma enfermeira, uma técnica em enfermagem e uma psicóloga, sendo atualmente coordenada por uma assistente social. É importante ressaltar que há uma integração muito boa

¹⁹ Os laboratórios estão divididos de acordo com o eixo de ensino a que estão ligados, que são: computação, indústria e química e meio ambiente. Para mais detalhes sobre cada laboratório acessar: <https://ifce.edu.br/maracanau/menu/labs>.

entre a equipe de assistência estudantil e a equipe técnico-pedagógica, o que resulta na promoção de várias atividades que possibilitam um acompanhamento sistemático dos discentes.

O fato de o campus ter sido o primeiro da expansão, portanto um dos mais antigos, sua relevância no município em que está inserido, a formação da equipe técnica de assistência estudantil e a utilização do Sistema Informatizado de Assistência Estudantil, desde a implantação para o processo de seleção de auxílios, foram os critérios utilizados para sua escolha como *locus* da investigação de campo.

Esta pesquisa foi realizada com uma amostra de estudantes dos cursos de bacharelado em engenharia ambiental e sanitária porque é o curso com o maior número de estudantes matriculados, o que tem mais auxílios concedidos e mais discentes cadastrados no SISAE. Foram selecionados estudantes matriculados nos últimos três semestres do curso em 2019.1, ou seja, 8º, 9º ou 10º semestre, que participaram do processo seletivo para o recebimento de auxílios do edital de 2019.1 e foram contemplados com pelo menos um dos seguintes auxílios: transporte, moradia e discentes mães e pais, além de já terem recebido auxílio por pelo menos três semestres anteriormente.

De acordo com dados coletados no SISAE em 1º de março de 2019, no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018, foram registradas 3058 inscrições para o processo de seleção dos auxílios estudantis do campus Maracanaú, das quais 1009 foram de discentes do curso de bacharelado em engenharia ambiental e sanitária. É importante ressaltar que o mesmo educando podia ter mais de uma inscrição, caso solicitasse mais de um auxílio, pois a cada solicitação de auxílio, o sistema gerava um número de inscrição. Isso significa que o número de inscrições é diferente do número de estudantes registrado.

Após a apresentação da instituição, discuto, na próxima seção, a assistência estudantil do IFCE, nos períodos anterior e posterior à regulamentação do PNAES, por meio do decreto nº 7.234/2010.

4.3 A política de assistência estudantil do IFCE

No IFCE, as ações de assistência estudantil começaram em 1966, na então Escola Industrial do Ceará, com o Programa Especial de Bolsa de Trabalho (PEBE), instituído pelo Decreto 57.870, de 25 de fevereiro do referido ano, que assegurou a concessão de bolsas de estudo a estudantes carentes de recursos para trabalhadores sindicalizados, seus filhos e outros dependentes (BRASIL, 1966). Nessa época, também já eram ofertados aos estudantes os

serviços médicos, odontológicos, a merenda escolar, o fardamento e os materiais de proteção (DUMARESQ, 2014).

À medida que surgiram demandas, outras ações foram sendo ofertadas. Até a década de 1980, as bolsas estudantis eram pagas somente com verba do Ministério do Trabalho, nesse período, foi criado o Programa Bolsa de Trabalho, no qual o discente recebia uma bolsa e como contrapartida realizava algumas atividades nas dependências da instituição, de preferência, nos laboratórios e oficinas. Além desse programa, também foram criados para estudantes em situação de vulnerabilidade social como transporte, medicamentos, óculos e material didático (DUMARESQ, 2014).

O Serviço Social foi criado em 1991, vinculado ao Serviço de Orientação Profissional e se tornou responsável pelo desenvolvimento das ações sociais que antes eram feitas por vários setores. As atividades relacionadas à assistência ao estudante passaram a ser de responsabilidade do setor, seguindo as diretrizes institucionais e o plano de trabalho somente Serviço Social. Com a criação do Departamento de Apoio e Extensão em 1994, instituiu-se o Serviço de Apoio ao Discente, que ofertava serviços de psicologia, médico-odontológico, os auxílios para estudantes em situação de vulnerabilidade e o Programa Bolsa de Trabalho. Ante a crescente demanda por assistência ao estudante e a necessidade de torná-la mais efetiva, em 1998, foi criada a Coordenação de Serviço Social, subordinada à Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (DIREC) do Campus Fortaleza (DUMARESQ, 2014).

A Coordenação de Serviço Social passou a ser responsável por todas as atividades da assistência estudantil que são custeadas pela ação orçamentária 2994 “Assistência ao Educando, a qual tem por finalidade o fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando” (DUMARESQ, 2014, p. 81). A autora relata ainda que, com a mudança de CEFET para IFCE, foram criadas as Pró-Reitorias e a assistência estudantil ficou subordinada à Pró-Reitoria de Extensão até o ano de 2012.

Com a expansão do IFCE e a inserção de mais estudantes economicamente vulneráveis na instituição e em todas as IFES do país, cresceu também a demanda por assistência estudantil, tornando necessária a contratação de mais profissionais, mediante a realização de concurso público. Em 2012, foi realizado um concurso que permitiu o ingresso de assistentes sociais, nutricionistas, enfermeiros, psicólogos e médicos, aumentando o número de profissionais da assistência estudantil da instituição.

A crescente demanda por assistência estudantil²⁰ por parte dos estudantes e o ingresso de vários profissionais ligados à assistência estudantil do IFCE intensificaram o debate sobre o tema e, em 2013, após a reivindicação de servidores durante a greve de 2012, viu-se a necessidade de criar a Diretoria Sistêmica de Assuntos Estudantis (DAE), subordinada à Reitoria. A DAE tem como objetivo planejar, coordenar e avaliar as ações de assistência em todos os *campi* do IFCE.

É importante ressaltar que a forma como ocorreu o processo de constituição da DAE não está em nenhum documento institucional, ao menos que tenha sido encontrado durante esta pesquisa, por isso, as informações contidas aqui são fruto da experiência profissional vivida na instituição. Um dos pontos que favoreceu a sua fundação DAE foi a luta dos profissionais ligados à Assistência Estudantil do IFCE, em especial, do coletivo de assistentes sociais que, durante a greve de 2012, colocou em suas reivindicações a criação de uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. A gestão, entretanto, não acatou a proposta justificando a possibilidade de criação de apenas mais uma Pró-Reitoria e, na oportunidade, decidiu que a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) era mais relevante.

A DAE foi fundada para atender às demandas relativas à assistência estudantil. Entretanto, sua gênese não se deu conforme a reivindicação dos profissionais, visto que não foi um processo democrático e participativo, mas uma ação apenas dos gestores da instituição. Ademais, a escolha da diretora, que não era uma profissional vinculada à assistência estudantil, mas uma professora pedagoga que não tinha, até então, nenhuma aproximação com a área, também foi um ponto negativo e que, inclusive, dificultou o reconhecimento da diretoria por parte dos profissionais. Outro aspecto que foi intensamente criticado pelos profissionais da área foi a inexistência de uma equipe multidisciplinar na diretoria. Na época de sua criação, a DAE contava apenas com a diretora e uma coordenadora, sendo as duas professoras da área de pedagogia.

Apenas em 2014, através de um processo de remoção, chegou a primeira profissional para compor a equipe técnica da DAE, uma assistente social. Atualmente, a DAE conta com uma equipe composta por diretora (psicóloga cedida pelo campus de Horizonte), duas assistentes sociais, uma técnica em assuntos educacionais, uma nutricionista e duas assistentes administrativas. Apesar do avanço, a equipe ainda está incompleta e é insuficiente para atender às demandas de suporte e acompanhamento de todos os *campi*.

²⁰ Esse aumento pode ser considerado fruto do processo de expansão do ensino superior e do ingresso de mais estudantes com renda per capita de até um salário mínimo e meio, teto estabelecido pelo PNAES, que aumentou, a partir de 2012, com a Lei de Cotas, nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Desde a criação da DAE, muitos avanços em relação à assistência estudantil podem ser observados, sendo um dos principais a criação e implantação da Política de Assistência Estudantil do IFCE (PAE IFCE) em 2015, que foi formulada por um grupo de trabalho que tinha representações das categorias profissionais da assistência estudantil e do corpo discente, passou pela aprovação dos diretores dos *campi* na reunião do Colégio de Dirigentes (COLDIR) e, por fim, foi aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP). A política tem como objetivo nortear os processos de trabalho relacionados aos discentes, com ênfase na operacionalização do PNAES, dando suporte aos *campi* através do monitoramento e acompanhamento das ações de assistência estudantil executadas pelas Coordenadorias de Assistência Estudantil de cada campus.

A Política de Assistência Estudantil do IFCE foi elaborada em consonância com o PNAES, de forma que seus objetivos, princípios e diretrizes convergem com os estabelecidos no programa em âmbito nacional. A PAE IFCE tem como princípios:

- I - respeito à liberdade e à dignidade humana;
- II - educação e assistência estudantil como um direito social e universal;
- III - participação ampliada dos sujeitos nos processos de construção dos programas e projetos institucionais;
- IV - valorização das condições de permanência, êxito e conclusão de curso dos estudantes do ensino técnico e superior, mediante serviços e/ou auxílios;
- V - equidade na prestação dos serviços educacionais, visando o acesso, a permanência e o êxito acadêmico (IFCE, 2015a, *online*).

Tais princípios foram pensados para deixar clara a posição da instituição e de seus profissionais a respeito do tipo de assistência que pretende ofertar aos discentes, garantindo, por exemplo, a participação destes nos processos de elaboração desse e de outros documentos norteadores da instituição. Tanto na elaboração da política quanto do Regulamento de Auxílios Estudantis (RAE), que regula a concessão dos auxílios em pecúnia previstos na política, a participação desses sujeitos foi primordial para alcançar sua realidade e as suas necessidades. Além dos princípios, a política traz as seguintes diretrizes norteadoras de sua execução:

- I - oferta de educação pública, gratuita, laica e de qualidade;
- II - criação de mecanismos de participação e controle social;
- III - participação do estudante por meio de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação dos planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;
- IV - promoção da intersetorialidade entre as diferentes políticas sociais;
- V - formação de espaços de diálogo entre família, escola e comunidade;
- VI - valorização de uma educação em saúde, em prol da qualidade de vida;
- VII - integralidade e qualidade nos serviços prestados pela instituição;
- VIII - incentivo às manifestações culturais no ensino, pesquisa e extensão;
- IX - combate a todas as formas de preconceito e discriminação;

X - promoção do acesso ao esporte, cultura e lazer nos diferentes níveis;
 XI - realização de avaliação e/ou pesquisa para subsidiar o planejamento e execução das ações (IFCE, 2015a, *online*).

Apresento ainda os objetivos da PAE-IFCE baseados no PNAES:

I - reduzir as desigualdades sociais;
 II - incentivar a participação da comunidade do IFCE em ações voltadas à sustentabilidade e à responsabilidade social;
 III - ampliar as condições de participação democrática, para formação e o exercício de cidadania visando à acessibilidade, à diversidade, ao pluralismo de ideias e à inclusão social;
 IV - promover o acesso universal à saúde, ancorado no princípio da integralidade, reunindo ações e serviços de acordo com a realidade local, de modo a fortalecer a educação em saúde;
 V - contribuir para a inserção do aluno no mundo do trabalho, enquanto ser social, político e técnico (IFCE, 2015a, *online*).

Durante a elaboração do documento, sentiu-se a necessidade de esclarecer de que forma a instituição viabilizaria o cumprimento desses objetivos, por isso, definiu-se que o IFCE atuaria:

I - realizando o mapeamento da realidade socioeconômica e acadêmica dos estudantes atendidos pela política a fim de direcionar suas ações;
 II - definindo estratégias para assegurar a igualdade de acesso, permanência e conclusão do curso;
 III - disponibilizando recurso específico para a Assistência Estudantil no orçamento institucional, buscando ampliá-lo para que o número de beneficiados seja crescente;
 IV - estimulando a criação e ampliação de programas e projetos voltados à Assistência Estudantil;
 V - promovendo a inclusão de pessoas com deficiência através de projetos e programas (IFCE, 2015a, *online*).

Para a execução da política é preciso que os *campi* disponham de uma equipe multidisciplinar, que trabalhe de maneira integrada, mas diante da realidade da época em que foi elaborada, com a insuficiência de profissionais, a política definiu uma equipe mínima que deve ser composta por pedagogo, assistente social, psicólogo, enfermeiro e nutricionista. Para que o campus tenha a equipe completa, ele deve ter, além dos profissionais da equipe mínima, educador físico, médico, odontólogo, assistente de alunos e técnico em assuntos educacionais. Como a maioria dos pedagogos está lotada na Coordenação Técnico Pedagógica (CTP), sendo que apenas o campus de Crateús possui um pedagogo na Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE), existe uma discussão entre os setores de assistência estudantil e ensino sobre este profissional constar ou não na equipe mínima de assistência estudantil. Diante dessa realidade,

recomenda-se que as equipes da CAE e CTP trabalhem em conjunto para garantir um melhor acompanhamento dos estudantes em todos os aspectos.

A PAE-IFCE é dividida em serviços e programas. São considerados serviços os atendimentos realizados pelos técnicos que compõem a equipe, tais como atendimento social, psicológico, médico, odontológico, e a distribuição de merenda escolar. Os programas são universais, com exceção do Programa de Auxílios em Pecúnia, e pretendem tratar temáticas transversais nas áreas de: I Trabalho, Educação e Cidadania, IISaúde, IIIAlimentação e Nutrição, IVCultura, Arte, Desporto e Lazer, e V Auxílios em forma de pecúnia, sendo o último destinado aos estudantes em situação de vulnerabilidade social que tenham uma renda familiar *per capite* até um salário mínimo e meio.

Na área de Trabalho, Educação e Cidadania, estão previstos o Programa de Incentivo à Participação Político-Acadêmica, o Programa de Orientação Profissional; o Programa de Inclusão Social, Diversidade e Acessibilidade e o Programa de Promoção à Saúde Mental; na área da Saúde, é desenvolvido o Programa de Assistência à Saúde Integral; no âmbito da área temática Cultura, Arte, Desporto e Lazer, são desenvolvidos o Programa de Incentivo à Arte e Cultura e o Programa de Incentivo ao Desporto e Lazer; na área de Alimentação, foi instituído o Programa de Alimentação e Nutrição e, na área de Auxílios em Pecúnia, o Programa de Auxílios.

Os serviços e os programas, com exceção do Programa de Auxílios em Pecúnia, são de caráter universal, podendo ser acessados por todos os estudantes da instituição. Busca-se por meio dos programas trabalhar com o estudante para uma formação integral, mediante a discussão de temas transversais, como direitos humanos, o mundo do trabalho, arte e cultura, cuidados com a saúde e a alimentação, etc. Já os serviços proporcionam ao discente um acolhimento inicial, acompanhamento e, se necessário, são feitos encaminhamentos aos serviços da rede socioassistencial dos municípios.

Além da PAE-IFCE, desde a criação da Diretoria de Assuntos Estudantis, houve outros avanços em termos de regulamentação para assistência estudantil do IFCE. Uma delas foi a criação do Regulamento de Moradia Estudantil, Resolução n° 54, de 14 de dezembro de 2015 (IFCE, 2015b). Infelizmente, não é possível afirmar que as mudanças efetuadas no plano teórico foram colocadas em prática nas moradias estudantis, pois o acompanhamento desse eixo da assistência estudantil é escasso, para não dizer inexistente. Talvez por existirem apenas três *campi* com moradias estudantis (Crato, Iguatu e Umirim), a visibilidade desse eixo da assistência ao estudante ainda é muito pequena.

Outro aspecto que tem se desenvolvido consideravelmente na instituição diz respeito à alimentação ofertada pelos *campi* aos estudantes. O documento da assistência estudantil do IFCE mais recente trata sobre o programa de alimentação, Resolução n° 56, de 28 de maio de 2018, buscando ofertar refeições e lanches saudáveis e funcionais e que estejam de acordo com as legislações nacionais sobre alimentação escolar. Uma das metas instituídas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2019 a 2023 define, inclusive, a estrutura das cozinhas da instituição para servir uma alimentação adequada.

Na próxima seção, apresento detalhadamente o RAE, explicando como se dá o processo de seleção e acompanhamento dos discentes beneficiários, para subsidiar a análise das falas no próximo capítulo.

Atualmente, o instituto possui 35 *campi*, incluindo a Reitoria, e compreende-se que ainda há muito para avançar na operacionalização dessa política no IFCE, principalmente quanto ao acompanhamento dos estudantes atendidos, mas algumas dificuldades, como a reduzida equipe e o contingenciamento de recursos, aspectos característicos de uma expansão que ocorreu de forma acelerada e sem os devidos investimentos, têm sido empecilhos para esse avanço.

4.3.1 O Regulamento de Auxílios Estudantis: o processo de seleção e acompanhamento dos estudantes beneficiários

O Programa de Auxílios em Pecúnia é o mais demandado pelos estudantes, o que, como já foi explicado, é consequência dos processos de inserção das camadas mais pobres nas IFES, por isso, a necessidade de avaliá-lo. Segundo o §1º, do artigo 19 da política de assistência estudantil do IFCE, ele “consiste em conceder aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica auxílios em forma de pecúnia com o objetivo de ampliar as condições de permanência, visando minimizar as desigualdades sociais” (IFCE, 2015a, *online*).

A concessão dos auxílios é regida pelo Regulamento de Auxílios Estudantis (RAE). Documento anterior à própria política, o RAE esmiúça o programa de auxílios trazendo a definição de cada auxílio, os procedimentos e regras para a concessão e acompanhamento dos discentes contemplados, como também estipular de que modo serão calculados os valores de cada auxílio e determinar seus percentuais. Segundo o artigo 8º do referido regulamento, os auxílios se dividem em: auxílios ao estudante em situação de vulnerabilidade e auxílios universais, como se explica:

§1º Os auxílios ao estudante em situação de vulnerabilidade social serão destinados aos discentes matriculados nas modalidades especificadas no art. 7º e têm o objetivo de garantir a igualdade das condições de permanência dos estudantes considerados vulneráveis, que se encontrem em situação de desproteção, insegurança, riscos relacionados à pobreza, ao pertencimento territorial, étnico-racial, cultural, em situações de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, que possam ser impeditivas do acesso aos direitos e serviços sociais básicos e aos bens materiais e culturais.

§2º Os auxílios universais serão destinados a discentes matriculados nas modalidades especificadas no art. 7º e têm o objetivo de contribuir para a formação integral do discente, para o aprimoramento de valores de cidadania, inclusão social, participação social e política, independentemente de sua condição socioeconômica (IFCE, 2019, p. 2).

Entendendo que o PNAES define como seu público prioritário os estudantes com renda per capita de até um salário mínimo e meio, durante a elaboração da PAE-IFCE e do RAE, definiu-se que uma parte do recurso destinado à assistência ao educando poderia ser destinada a atender todos os discentes, por isso, foi feita essa divisão. Os auxílios universais foram criados porque, muitas vezes, os estudantes que não estão dentro da faixa de renda exigida pelo programa até conseguem permanecer na instituição com seus recursos próprios, mas se limitando a assistir às aulas e participar de alguma atividade promovida pela própria instituição, não conseguindo participar de outras atividades acadêmicas de ensino, pesquisa ou expansão como congressos, feiras, simpósios, etc., que são consideradas essenciais para o processo de formação do discente, mas que costumam ser caras.

O artigo 9º do RAE define os auxílios voltados aos estudantes em situação de vulnerabilidade:

- I. Auxílio-moradia - subsidia despesas com locação ou sublocação de imóveis pelo período de 01 (um) ano, pago em 12 (doze) parcelas mensais. O auxílio-moradia deve atender, prioritariamente, estudantes oriundos de localidades fora da sede do Campus e dependentes financeiramente da família de origem;
- II. Auxílio-alimentação - subsidia despesas com alimentação pelo período de 01 (um) ano, pago em 12 (doze) parcelas mensais.
- III. Auxílio-transporte - subsidia despesas do trajeto residência/campus/residência, nos dias letivos, concedido pelo período de 01 (um) ano.
- IV. Auxílio-óculos - subsidia despesas para aquisição de óculos e/ou lentes para corrigir distorções ópticas, respeitando-se a periodicidade mínima de 01 (um) ano para nova solicitação.
- V. Auxílio didático-pedagógico - subsidia a aquisição de material de uso individual e intransferível, indispensável à aprendizagem de determinada disciplina, exceto equipamentos de proteção individual (EPI), livros, fotocópias, *banners*, material de consumo de laboratório ou de projetos de pesquisa.
- VI. Auxílio discentes mães/pais - subsidia despesas com filho (s) de até 12 (doze) anos de idade incompletos ou com deficiência, independentemente da idade, que estejam sob a guarda do estudante, pelo período de 01 (um) ano, pago em 12 (doze) parcelas mensais. Será permitida a concessão para até 02 (dois) filhos, de acordo com a disponibilidade orçamentária.
- VII. Auxílio-formação - visa ampliar a formação de discentes, por meio da vinculação a projetos nas áreas de ensino, pesquisa, extensão ou projetos sociais

e/ou culturais, que estejam relacionados ao seu curso, no período de 06 (seis) meses a 01 (um) ano, com recebimento de 06 (seis) a 12 (doze) parcelas, de acordo com o tempo previsto no projeto.

- VIII. Auxílio-emergencial - subsidia despesas de estudantes, em situações emergenciais, que geram agravamento das condições de vulnerabilidade já existentes. Será concedido 01 (uma) vez ao ano, respeitando-se o mesmo período para que seja feita nova solicitação, podendo ser pago em até 04 (quatro) parcelas, de acordo com o parecer social emitido pelo Assistente Social, após realização de entrevista e visita domiciliar (IFCE, 2019, p. 3-4).

Os auxílios voltados aos estudantes em situação de vulnerabilidade têm como objetivo suprir parte das demandas materiais que podem ser geradoras de processos de evasão, mas além do recurso financeiro, a ideia é que esse estudante possa ter um acompanhamento diferenciado pela equipe, para que dessa forma seu processo de aprendizagem seja facilitado e ele obtenha êxito, superando as adversidades de variados tipos e conseguindo se formar.

O Quadro 3 demonstra a quantidade de auxílios de vulnerabilidade concedidos até o início de novembro de 2019 no IFCE e especificamente no campus Maracanaú, dados coletados no SISAE em 6 de novembro de 2019.

Quadro 3 – Auxílios para estudantes em situação de vulnerabilidade concedidos em 2019 no IFCE e no campus Maracanaú

AUXÍLIOS PARA O ESTUDANTE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE		
AUXÍLIO	QUANTIDADE	
	IFCE	Campus Maracanaú
Moradia	1061	16
Alimentação	298	0
Transporte	2035	352
Óculos	100	13
Didático-pedagógico	6	0
Discentes mães e pais	226	10
Formação	322	43
Emergencial	24	0

Fonte: Elaboração própria com dados do SISAE (acesso em 6 de novembro de 2019)

É importante ressaltar que, durante o ano de 2019, o Governo Federal contingenciou²¹ 1,7 bilhão do orçamento das universidades e institutos federais de ensino (TENENTE, FIGUEIREDO, 2019), prejudicando o funcionamento da instituição, causando atraso nas folhas de pagamentos dos auxílios estudantis. Em 30 de setembro, o MEC anunciou a liberação de parte do recurso contingenciado, mas o recebimento desse dinheiro nos últimos meses do ano dificulta a execução orçamentária.

²¹ Bloqueio de parte da execução do orçamento por causa da previsão de arrecadação inferior aos gastos

Devido à restrição, o campus Maracanaú, por exemplo, não concedeu auxílios acadêmicos e de visitas técnicas, pois optou por priorizar os auxílios de vulnerabilidade e o programa de alimentação, que utiliza parte significativa do orçamento, conforme a fala de G-1:

Então, tá comprovado que o auxílio, o seu orçamento não acompanha proporcionalmente o quantitativo de crescimento dos alunos[...]. [...] Então em comum acordo nós decidimos aqui os dois auxílios principais, aliás são três, mas dois são mais prioritários, um é o programa alimentar, temos aqui um restaurante que atendemos, aproximadamente, por vez 600 alunos no almoço, e a noite como o aluno não tem acesso ao restaurante [...] nós temos uma merenda noturna de graça para o aluno. O outro programa, esse é também importantíssimo é o transporte [...] então além do programa do auxílio transporte, que basicamente muitos dos nossos alunos vem de metrô, o metrô fica a mais ou menos mil metros daqui. Então nós temos um programa de jardineira, nós damos mais de 15 viagens transportando indo e vindo, alunos daqui pra lá e vice e versa. [...] Eu queria ressaltar também o de formação, o auxílio formação a gente acha importante porque é onde o aluno aprende, e vai pro laboratório e vai pra pesquisa, é muito importante. Lógico que os outros auxílios a gente procura atender, mas principalmente esses 3.

Os auxílios universais são determinados no artigo 23 do ERA, são eles: auxílio visita/viagem técnica, que contribui com o custeio de alimentação e/ou hospedagem dos discentes em visitas ou viagens técnicas programadas pelos professores de determinada disciplina; auxílio acadêmico, que pretende subsidiar despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem e inscrição de estudantes que vão participar de eventos de ensino, pesquisa, extensão, socioestudantis e de desporto e cultura; e o auxílio pré-embarque internacional, que pode ser concedido a estudantes selecionados para participar de programa de intercâmbio internacional, visando subsidiar custos com passaporte, visto, atestados médicos, vacinas, vistos e postagem de documentação (IFCE, 2019).

O Quadro 4 apresenta a quantidade de auxílios universais concedidos no IFCE e no campus Maracanaú, o que confirma a fala do G-1 transcrita anteriormente.

Quadro 4 – Auxílios universais concedidos em 2019 no IFCE e no campus Maracanaú

AUXÍLIOS UNIVERSAIS		
AUXÍLIO	QUANTIDADE	
	IFCE	Campus Maracanaú
Visitas/Viagens técnicas	178	2
Acadêmico	219	0
Pré-embarque internacional	0	0

Fonte: Elaboração própria com dados do SISAE (acesso em 6 de novembro de 2019)

O RAE define de que forma os auxílios deverão ser concedidos, os critérios de ingresso e permanência do programa e como deve ser feito o acompanhamento dos discentes.

Como este trabalho pretende avaliar apenas os auxílios de vulnerabilidade, detalho como se dá seu processo de concessão.

O processo seletivo para a concessão dos auxílios transporte, moradia, discentes mães e pais, formação e alimentação é regido por um edital, que é publicizado tanto no site dos *campi*, quanto no próprio SISAE. Para participar do processo, é preciso estar regularmente matriculado em, no mínimo, 12 créditos para estudantes de nível superior, com exceção dos casos em que o campus não ofertar as disciplinas para o estudante ou ele estiver cursando apenas a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso. O estudante efetua sua inscrição no SISAE e anexa todos os documentos solicitados em edital, além de preencher um questionário socioeconômico denominado de Caracterização. Em seguida, os assistentes sociais iniciam o processo de análise dos pedidos, verificando tanto as caracterizações quanto os documentos anexados. De acordo com o RAE e os editais, a falta de qualquer documento ou inclusão de documentos inválidos (desatualizados, ilegíveis, incompletos) ocasiona o indeferimento imediato do pedido, não cabendo recurso (IFCE, 2019).

A questão dos documentos é algo historicamente complicado na instituição, pois em todos os *campi* há diversos relatos do indeferimento de muitos pedidos pela falta de documentos ou pela inclusão de documentos errados, o que ocasiona grande desgaste tanto dos profissionais, quanto dos discentes, que por vezes acabam não sendo contemplados por um erro cometido. O tema já foi discutido diversas vezes em reuniões da categoria, buscando estratégias para melhorar a divulgação e a comunicação com os estudantes, o número de documentos solicitados também foi reduzido visando facilitar, mas ainda assim existem muitos erros. O sistema, implantado em 2016, trouxe grandes melhorias para a seleção, assim como mais transparência e legitimidade para os processos, entretanto profissionais e estudantes estavam acostumados com maior flexibilidade, por exemplo, não era incomum que após identificar a falta de algum documento os assistentes sociais informassem aos discentes e o recebessem após o prazo, mas com a informatização, isso não é possível, porque após a data final de inscrição não se pode mais anexar documentos.

Após essa análise das solicitações, os assistentes sociais dão um resultado parcial e, em seguida abre-se o período de recursos contra o resultado. Por fim, são concedidos os auxílios aos estudantes que atenderam a todos os requisitos, de acordo com a situação socioeconômica e os recursos disponíveis. Quando não é possível atender a toda a demanda, os discentes ficam em uma lista de espera, aguardando a possibilidade de reforço orçamentário ou a saída de alguém para entrar no programa.

O artigo 19 do RAE define como deve ser o processo de acompanhamento dos beneficiários:

Art. 19º Os discentes atendidos com auxílios deverão ser acompanhados pelas equipes multiprofissionais da Assistência Estudantil dos campi, ao longo do período letivo, por meio de:

I - atendimentos individuais, visitas domiciliares, reuniões e atividades em grupo;

II - análise do histórico escolar do estudante, no IFCE, considerando que o estudante não deverá ter mais de 02 (duas) reprovações no período letivo, exceto em situações justificadas pela equipe multiprofissional da Assistência Estudantil; e

III - análise do plano de formação, relatórios semestrais e registro de frequência mensais de estudantes vinculados ao Auxílio Formação.

Parágrafo único É de responsabilidade do profissional de Serviço Social verificar, ao final de cada semestre, o cumprimento dos requisitos de permanência no auxílio (IFCE, 2019, p. 10-11).

Os estudantes que tiverem mais de duas reprovações durante o semestre podem ser retirados do programa, entretanto isso não ocorre de forma imediata. Ao identificar a situação, um profissional da equipe multiprofissional, geralmente o assistente social, convoca o estudante para compreender se há alguma razão específica para que seu desempenho ou sua frequência tenha sido ruim e faz um acompanhamento mais sistemático desses discentes. O desligamento dos estudantes só ocorre efetivamente quando se avalia que sua situação é resultado de falta de interesse, compromisso, etc., pois essa condicionante não tem o objetivo de punir o estudante que apresenta alguma dificuldade de aprendizagem ou que passa por qualquer outro tipo de problema que prejudica o seu percurso acadêmico.

Em relação aos recursos financeiros destinados ao PAP, o RAE esclarece que são “originários da matriz orçamentária do IFCE, em consonância com o Decreto n. 7.234/10 que dispõe sobre o PNAES” (IFCE, 2019, p. 14). Além disso, define que o cálculo dos valores dos auxílios considera a renda per capita dos discentes do IFCE e o percentual estipulado para cada auxílio, que é definido pela comissão responsável pelas revisões do regulamento juntamente com a comunidade acadêmica. De acordo com o artigo 27 (IFCE, 2019, p. 14):

§1º O valor per capita será obtido pela divisão entre o total do orçamento da assistência ao educando do ano em vigor, pelo número dos discentes matriculados no ano anterior, excluindo aqueles beneficiados por programas com dotação orçamentária própria.

§2º O valor per capita, a ser calculado anualmente, deverá ser informado até 10 (dez) dias após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA).

§3º Serão mantidos os valores de auxílios da tabela vigente, se a nova per capita apresentar valor inferior.

Mais uma vez ressalto a importância desse regulamento para o processo de estruturação da AE do IFCE, uma vez que os processos e fluxos bem definidos conferem um caráter homogêneo à execução do programa, maior transparência e lisura.

No capítulo seguinte, apresento os resultados da pesquisa empírica que buscou identificar de que modo o recebimento desses auxílios afeta a vida dos estudantes e se eles têm cumprido os objetivos de viabilizar a permanência e favorecer o êxito destes.

5 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AUXÍLIOS EM PECÚNIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ

Neste capítulo, demonstro os resultados da pesquisa empírica para, ao final, avaliar o Programa de Auxílio em Pecúnia da PAE-IFCE, além de uma breve discussão sobre a categoria avaliação, objetivando subsidiar teoricamente o processo avaliativo. Para tanto, utilizei como referencial teórico Silva (2013) e Gussi e Oliveira (2015). Em seguida, mostro um breve perfil socioeconômico dos estudantes participantes da pesquisa e as informações coletadas são apresentadas e discutidas.

5.1 Avaliação de políticas públicas: uma perspectiva não hegemônica

A avaliação de políticas públicas é uma área da pesquisa social aplicada que produz conhecimento interdisciplinar. Atualmente, é possível encontrar uma bibliografia relativamente ampla e diversificada sobre a temática, como artigos, dissertações e teses produzidos por profissionais, estudantes e pesquisadores de áreas como as ciências sociais, a economia, antropologia, etc. Provavelmente, o fato de perpassar várias áreas do conhecimento contribui para que a avaliação de políticas públicas tenha diversos conceitos e procedimentos metodológicos, dessa forma, ao iniciar uma pesquisa avaliativa, é necessário definir que tipo de avaliação será realizada e qual o processo metodológico será seguido.

Reconhecida a importância desse processo de escolha, realizo neste tópico uma breve discussão sobre o assunto para contribuir com o debate e justificar o modelo de avaliação que é proposto neste trabalho. Resolvi adotar o modelo da pesquisa avaliativa proposta por Silva (2013) porque considera, além dos marcos regulatórios e documentais, o olhar dos sujeitos envolvido nos processos de acordo com a realidade social de cada um.

A avaliação de políticas públicas é um campo acadêmico recente, mas em constante crescimento no mundo, especialmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. No Brasil, o tema ganhou visibilidade no final da década de 1980 e início de 1990, em um contexto da reforma do Estado e em atendimento à agenda neoliberal. É importante destacar que o assunto se tornou mais significativo devido à dependência econômica do Brasil em relação às agências financiadoras internacionais, como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que exigem

uma avaliação constante dos projetos que financiam (RODRIGUES, 2008). Entretanto, ao contrário do tipo de avaliação que pretendo realizar com minha pesquisa, as avaliações feitas por tais organismos são de cunho positivista.

O modelo tradicional de avaliação é orientado pelo paradigma positivista, que pretende enxergar a realidade tal e qual ela é, utilizando, principalmente, o método quantitativo. Nessa perspectiva, o que não pode ser medido com precisão deve ser deixado de lado e a principal preocupação é verificar a eficiência, eficácia e a efetividade de um programa ou política, buscando, principalmente, auferir se os recursos investidos são efetivos:

Stephanou (op. cit.), ao apresentar uma análise das estratégias de avaliação do BID e do BIRD, mostra que estas seguem os padrões tradicionais de avaliação. No entanto, sustentadas por concepções e modelos positivistas [+], reduzem o conhecimento à análise de dados coletados em formatos estandardizados, abordagens lineares, testes de hipóteses pela mensuração do objeto de estudo e, portanto, uma limitação da avaliação à percepção dos resultados frente aos objetivos formulados (eficácia), relação metas-resultados, relação custos-benefícios (eficiência) e avaliação de impactos (efetividade em relação ao proposto/previsto) (RODRIGUES, 2008, p. 9).

Avaliar as políticas e programas governamentais é extremamente importante, pois é necessário que sejam feitas a prestação de contas do emprego dos recursos públicos e a verificação do desempenho das ações propostas pelo governo. O modelo de avaliação definido por essa agenda política, que atende às exigências dos organismos internacionais, está baseado em critérios predefinidos de eficiência, eficácia e efetividade que, geralmente, estão focados na dimensão econômica e demonstram o êxito ou insucesso da política a partir de indicadores estatísticos, que apresentam o aprimoramento da relação de custo-benefício, em relação ao investimento feito nos programas, projetos e ações (GUSSI; OLIVEIRA, 2015).

A avaliação de políticas públicas, de acordo com Gussi e Oliveira (2015, p. 5-6), tem caráter político relevante e, quando ela é vista apenas como uma técnica de análise, seus resultados podem ser direcionados pelo interesse dos avaliadores, prejudicando o verdadeiro sentido de determinada política ou programa, fazendo com que a avaliação seja um mero rito para cumprir determinações legais.

À medida que foi sendo apropriada pelo campo acadêmico, a avaliação de políticas públicas ganhou novas abordagens, que buscam analisar não só os aspectos quantitativos e os resultados esperados, mas considerar também os diversos fatores envolvidos em uma política pública, desde a sua concepção e planejamento até a sua execução e avaliação. Essas novas concepções, que vão de encontro ao modelo hegemônico de avaliação, buscam compreender também os significados dos programas e políticas desenvolvidos para os sujeitos que estão

envolvidos em seu processo de formulação e execução, entendendo que o sucesso ou fracasso da política também depende dessas pessoas e de sua atuação.

Silva (2013) apresenta uma perspectiva de cidadania para a avaliação de políticas públicas, na qual ela pode ser utilizada como um instrumento de controle social. A autora destaca ainda que os dados produzidos pela avaliação podem ser usados para intensificar a pressão de grupos sociais organizados sobre o governo para favorecer a conquista de direitos sociais.

A prática da avaliação de políticas públicas tornou-se também um campo de construção de conhecimento ligado à pesquisa em ciências sociais, que se propõe a ir além da avaliação técnica, elaborando novos conteúdos multidisciplinares a partir do processo de avaliação de uma política e englobando a sua compreensão em várias dimensões. Desse modo, para este trabalho, entendo que “avaliar políticas públicas se trata de um processo de natureza sócio-político e cultural” (GUSSI; OLIVEIRA, 2015, p. 4-5).

Para este trabalho utilizei o modelo avaliativo proposto por Silva (2013), a pesquisa avaliativa. No livro intitulado Pesquisa avaliativa: aspectos teóricos-metodológicos, aponta que a base teórico-metodológica da avaliação de políticas públicas é constituída mediante a relação dialética entre a dimensão técnica e a dimensão política, afirmando ainda que a avaliação de políticas públicas” é orientada por intencionalidades, sua dimensão política, e por um conjunto de procedimentos científicos que a qualifica como geradora de conhecimento” (SILVA, 2013, p. 19). Em seguida, apresento algumas das características do modelo teórico-metodológico de avaliação de políticas e programas sociais proposto pela autora:

A pesquisa avaliativa assim percebida valoriza a análise crítica da política ou programa avaliado; busca os princípios e fundamentos teórico-conceituais da política ou programa; considera os sujeitos e interesses envolvidos no processo; fundamenta-se em valores e concepções sobre a realidade social partilhados pelos sujeitos da avaliação: demandantes, avaliadores, beneficiários e informantes; e contrapõe-se a ideia de neutralidade, não percorrendo um caminho único. Nesse sentido, os resultados de qualquer avaliação são considerados parciais e questionáveis, como toda teoria sobre o social o é. Não tem, por conseguinte, o poder de uma verdade inquestionável, até porque todo saber científico sobre a sociedade é uma interpretação histórica, parcial e relativa (SILVA, 2013, p. 44).

Para Silva (2013, p.14), a pesquisa avaliativa possui três funcionalidades: técnica, política e acadêmica:

- Função técnica, fornecendo subsídios para correção de desvios no decorrer do processo de implementação de um programa, indicando em que medida, objetivos e mudanças ocorreram e subsidiando a elaboração ou o redimensionamento de políticas e programas.

- Função política, oferecendo informações para sujeitos sociais fundamentarem lutas sociais para o controle social das políticas públicas.
- Função acadêmica, desvelando determinações e contradições contidas no processo e no conteúdo das políticas públicas, evidenciando os significados mais profundos dessas políticas (sua essência) para a construção do conhecimento (SILVA, 2013, p. 44).

Esse modelo, considera a avaliação como uma etapa do processo das políticas públicas, na sua dimensão política, pois deve se atentar aos interesses dos distintos sujeitos em momentos diferentes, em uma relação dialética, que foge ao consensual. Além disso, como citado anteriormente, o processo de avaliação de uma política ou programa, segundo a metodologia proposta por Silva (2013), pretende promover uma mudança na realidade social, promovendo o bem-estar, principalmente da população mais vulnerável: “Contraponho-me à percepção da política pública como mero recurso de legitimação política ou de uma intervenção estatal subordinada tão somente à lógica da acumulação capitalista” (SILVA, 2013, p. 20). Além disso, a autora coloca que

[...] a pesquisa avaliativa é uma aplicação sistemática de procedimentos de pesquisa para acessar a conceptualização, o desenho, a implantação e as utilidades de programas sociais de intervenção, de modo que os avaliadores se utilizam de metodologias de pesquisa social para julgar, e aperfeiçoar, mediante as quais políticas e programas sociais são conduzidos desde o estágio inicial de sua definição, elaboração e implementação. (SILVA, 2013, p. 43)

Ao fazer uma pesquisa avaliativa, é possível identificar quais programas podem ser considerados efetivos e quais não são, permitindo o planejamento e elaboração de ações que realmente alcancem a população alvo (SILVA, 2013).

A escolha dessa abordagem se deu porque entendo que ela supera os modelos tradicionais de avaliação de políticas públicas, como o positivista, que se caracteriza por valorizar, principalmente, o aspecto quantitativo e valorizar a neutralidade. Compreendo que a visão proposta por Silva (2013) permite um olhar que vai além da simples análise das falas dos participantes, e que toda a conjuntura social, econômica e cultural na qual estão envolvidas deve ser considerada.

Partindo da metodologia apontada pela pesquisa avaliativa, farei a avaliação do PAP iniciando com a perspectiva dos estudantes, docentes, técnicos administrativos e gestores.

5.2 O Programa de Auxílios em Pecúnia do IFCE: a visão dos estudantes

A escolha do grupo discente que participou deste estudo se deu por meio de um levantamento dos estudantes do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, do campus

Maracanaú, cadastrados no SISAE. Entendendo que um dos objetivos do PAP é viabilizar a permanência e contribuir para um bom desempenho dos estudantes atendidos, foram escolhidos discentes que estavam cursando os últimos semestres, desse modo, o primeiro critério estabelecido foi estar matriculado no semestre 2019.1, no 8º, 9º ou 10º semestre; o segundo critério foi ter participado do processo seletivo para a concessão de auxílios em 2019.1 e ter sido contemplado com um dos seguintes auxílios: moradia, transporte ou discentes mães e pais; o terceiro critério utilizado foi já ter recebido auxílios estudantis por, pelo menos três semestres, anteriormente. Utilizando estes critérios, foram definidos 28 estudantes para receberem um questionário via internet, dos quais doze apresentaram interesse em participar da pesquisa. Além disso, entrevistei quatro dos participantes que foram escolhidos por seu índice de rendimento acadêmico – os mais altos e os mais baixos.

Em relação ao perfil dos doze estudantes que participaram da pesquisa, no período em que os dados foram levantados, 2019.1, dois cursavam o 8º semestre (16,66%), quatro estavam no 9º semestre (33,3%) e seis no 10º semestre (50%) do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária. Todos os estudantes (100%) eram beneficiados com o auxílio transporte, dois (16,66%) recebiam também o auxílio moradia, mas nenhum tinha perfil para o auxílio discentes mães e pais. Quanto ao sexo, colaboraram com a pesquisa nove mulheres (75%) e três homens (25%); todos os participantes eram solteiros.

A faixa etária dos participantes se dividiu em dois grupos: 58,33% dos estudantes têm entre 21 e 24 anos; e 41,66% entre 25 e 28 anos. Quanto à raça/cor, três (25%) estudantes se declaram como brancos, seis (50%) como pardos e três (25%) como pretos.

A *renda per capita* familiar mensal de sete (58,33%) dos estudantes é de até meio salário mínimo, quatro (33,33%) estudantes têm renda familiar entre meio e um salário mínimo e um (8,33%) estudante tem renda familiar de um a um e meio salário mínimo. Apenas quatro (33,33%) estudantes têm as famílias inscritas no Cadastro Único e um (8,33%) recebe o benefício do Programa Bolsa Família. Em contrapartida, oito (66%) participantes recebem recursos do Programa Bolsa Permanência.

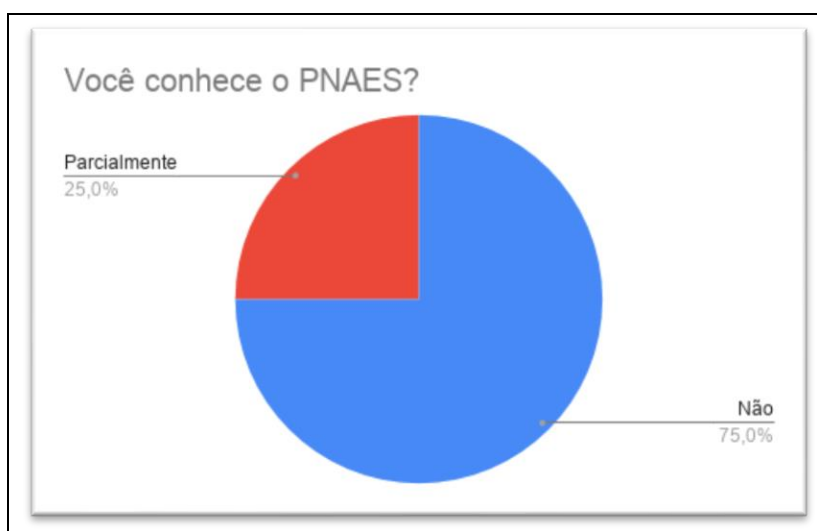
É importante ressaltar que o fato de os estudantes receberem o PBP só foi percebido no decorrer da pesquisa, ao analisar os cadastros de cada estudante no SISAE, e acredito que tanto pelo valor da bolsa, R\$ 400,00, quanto pela garantia de recebê-la durante todo o curso, desde que se obtenha um bom rendimento, o programa contribui muito para a permanência e êxito dos estudantes, podendo inclusive mascarar os resultados desta pesquisa, que pretende avaliar especificamente os auxílios de vulnerabilidade do Programa de Auxílios em Pecúnia da PAE-IFCE.

No questionário socioeconômico que preenchem no SISAE, cinco estudantes não inseriram o pai, e um estudante não inseriu a mãe no grupo familiar. O que demonstra que muitas famílias são chefiadas por mulheres. Em relação a ocupação dos pais, um é servidor público; um aposentado/pensionista; três trabalham sem vínculo empregatício; e dois estão desempregados. Das mães apresentadas no grupo familiar, quatro são donas de casa (nunca trabalharam ou estão desempregadas); duas estão desempregadas, duas são aposentadas/pensionistas, uma trabalha com carteira assinada, e uma é servidora pública.

A renda familiar da maioria dos participantes da pesquisa, de até meio salário mínimo por pessoa, a forma de inserção no mercado de trabalho de seus pais ou responsáveis, que é majoritariamente precária, e até o modo de formação das famílias, exemplifica a discussão sobre desigualdades socioeconômicas e vulnerabilidade social feita no capítulo três. Como é apontado por Silva (2010), a expropriação e exploração dos trabalhadores para gerar mais-valia e a divisão desigual de renda cria um processo excludente e de causador de pobreza, o que insere os estudantes e seus familiares uma zona de vulnerabilidade (CASTEL, 1998).

Apresentado o perfil básico dos estudantes, passo agora à análise dos dados coletados nos questionários e entrevistas. Quando perguntados se conheciam o Programa Nacional de Assistência Estudantil, nove estudantes responderam que não e apenas três informaram que conheciam parcialmente o programa, de acordo com o Gráfico 1.

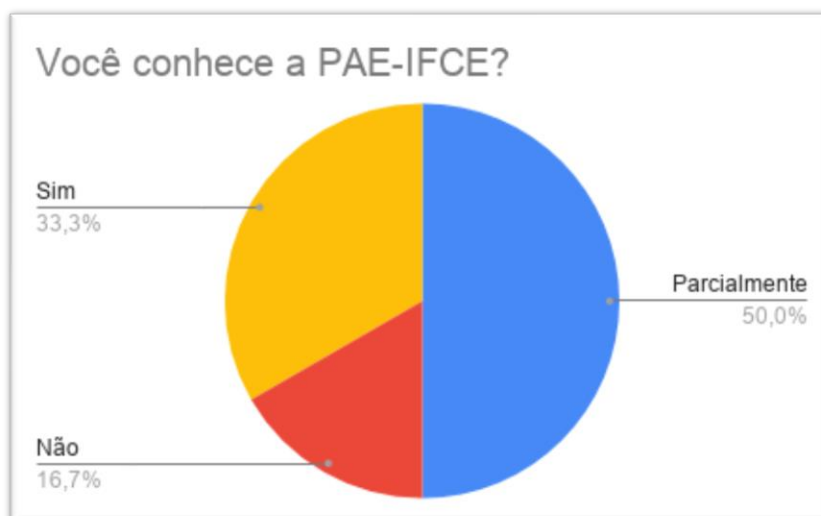
Gráfico 1 – Conhecimento dos estudantes participantes acerca do PNAES



Fonte: Elaborado pela autora, dados formulário *Google Forms*

Ao serem questionados sobre a Política de Assistência Estudantil do IFCE, quatro dos estudantes afirmaram que conheciam, seis responderam que sabiam parcialmente e dois informaram desconhecê-la.

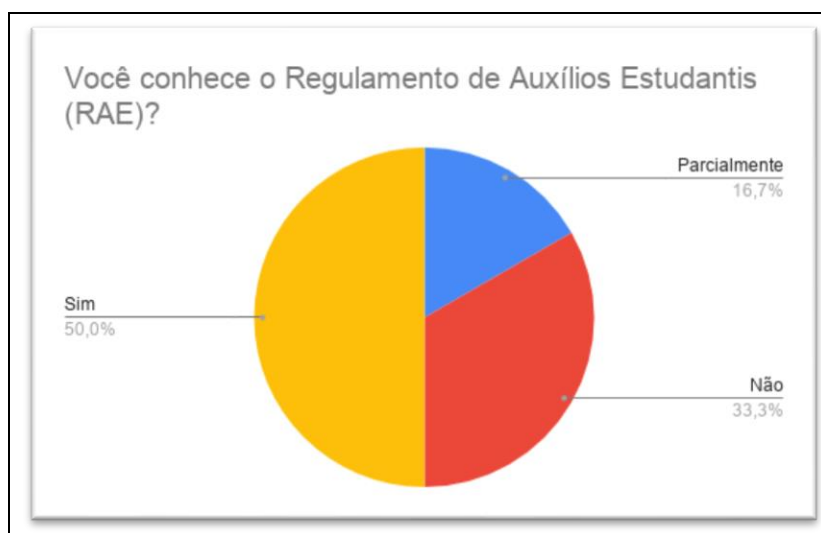
Gráfico 2 – Conhecimento dos estudantes participantes acerca da PAE-IFCE



Fonte: Elaborado pela autora, dados formulário *Google Forms*

Quando o questionamento foi sobre o Regulamento de Auxílios Estudantis, a metade dos estudantes informou conhecer o documento. Isto pode estar ligado ao fato de que esta legislação específica apresenta critérios para a concessão e manutenção dos auxílios estudantis no IFCE.

Gráfico 3 – Conhecimento dos estudantes participantes acerca do RAE



Fonte: Elaborado pela autora, dados formulário *Google Forms*

A última questão relacionada à legislação sobre a assistência estudantil foi: “Em sua opinião, os documentos que regem a Assistência Estudantil são fáceis de ler e compreender”? Seguida de um pedido de justificativa para a resposta. Dos doze participantes, seis responderam que “sim”, quatro assinalaram a opção “parcialmente” e dois responderam que “não”.

Ao justificarem as respostas, pude identificar três questões principais: pelo menos metade dos estudantes, que responderam às questões anteriores, disse conhecer, mesmo que parcialmente, as legislações da AE, informou que não encontrou dificuldades na leitura dos documentos e que quando tem alguma dúvida procura orientação da equipe técnica, que prontamente a esclarece, como é possível ver nos depoimentos: “leitura clara e objetiva” (E-5); “Embora a linguagem seja formal é de fácil compreensão, além da possibilidade de tirar dúvidas com os profissionais responsáveis” (E-6); “Os termos são claros e de fácil entendimento” (E-10).

As demais falas refletem duas situações: discentes que consideram os documentos de difícil leitura, extenso e complexo, totalizando três opiniões; e três estudantes informaram nunca ter lido os documentos.

Ainda sobre o conhecimento dos estudantes acerca do RAE, também foi perguntado se eles conhecem os critérios de acesso e permanência no PAP, sete dos participantes disseram que sim e informaram os critérios básicos, como estar regularmente matriculado e ter renda per capita de até um salário mínimo e meio, a estudante E-12 também citou que para a manutenção do auxílio é preciso ter um bom rendimento, não podendo ter mais de duas reprovações por semestre e ter 75% de frequência nas disciplinas. Os demais relataram não conhecer os critérios para acessar e manter os auxílios.

A partir dos depoimentos iniciais, faço a minha primeira reflexão: é perceptível que ainda existe parte relevante dos discentes, público-alvo do PAP e da PAE-IFCE, que desconhece as bases da assistência estudantil, inclusive os critérios de ingresso e permanência no programa de auxílios. Desse modo, é urgente que as equipes, a gestão, as entidades estudantis e a comunidade acadêmica unam esforços para encontrar formas de trabalhar a divulgação da AE, fazer conhecer a política e seus efeitos é necessário para fomentá-la e demonstrar sua relevância ao governo e à sociedade.

Partindo do pressuposto de que o objetivo de avaliar o PAP vai muito além de auferir seus resultados numéricos, compreendo que o significado atribuído pelos sujeitos da pesquisa à assistência estudantil é um dos pontos cruciais deste trabalho, pois permitirá analisar de que modo essa política influenciou ou não a vida dos estudantes por ela assistidos. Para melhor análise das informações coletadas, no Quadro 5, organizei os significados que os estudantes deram à assistência estudantil em temas, de maneira que foi possível identificar que categorias empíricas surgiram na pesquisa de campo.

Quadro 5 – Significados de assistência estudantil para estudantes

TEMA	DEPOIMENTOS	REFERÊNCIA/SIGNIFICADO
ASSISTÊNCIA	“Assistência de quaisquer que seja a forma que dê algum tipo de suporte ao estudante” (E-10) “Assistência para os alunos” (E-2);	Ação de ajudar, de dar auxílio: deve-se assistência aos infelizes. Ajuda ou auxílio especializado: assistência jurídica, médica (DICIONÁRIO ONLINE PORTUGUÊS, 2019). As respostas indicam que a assistência estudantil é um suporte para os estudantes.
AJUDA	“Uma ajuda que a instituição disponibiliza para estudantes que não têm como se manter totalmente possam continuar e não desistir do curso” (E-3); “(…) é uma ajuda bem grande pros estudantes, né? Pra eles tentarem se manter no curso. Não é uma ajuda muito grande, mas serve” (E-12)	Auxílio, socorro, favor: dar ajuda a alguém (DICIONÁRIO ONLINE PORTUGUÊS, 2019). As respostas apontam para a contribuição da assistência estudantil para a manutenção dos estudantes em seus cursos.
PROGRAMA (DIREITO)	"programa" que visa reduzir as disparidades entre os alunos de uma instituição” (E-7)	Por conseguinte, compreender a assistência estudantil no contexto da práxis acadêmica significa entendê-la como direito social e constitui um rompimento da ‘ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado’, em que as políticas de assistência têm sido compreendidas. (SPOSATI <i>apud</i> ALVES, 2013, p. 3) Entende a assistência estudantil como uma política pública que tem como um de seus objetivos reduzir as desigualdades sociais existentes entre os alunos da instituição.

Fonte: Elaborada pela autora, dados formulário *Google Forms*

Os significados encontrados na literatura e no dicionário assistência e ajuda são similares, indicando a existência de algum tipo de suporte ou subsídio às pessoas que necessitam, enquanto os estudantes que retrataram a assistência estudantil como programa, pretendem se referir a ela como um direito social ou uma política.

Dez, dos doze participantes da pesquisas, significaram a assistência estudantil como subsídio/ajuda/auxílio/assistência aos que precisam, um estudante disse que a AE é “uma possibilidade de melhora educacional” (E-1) e um significou a política como um programa, que tem viés de direito e política social, visando “reduzir as disparidades entre os alunos de uma instituição”(E-7).

As respostas dadas nos questionários foram muito diretas e curtas, o que pode significar duas coisas: ou a disposição e interesse dos pesquisados em responder ao questionário não foram ideais ou os discentes não têm feito uma reflexão mais complexa sobre a política da qual são beneficiários. Durante a condução das entrevistas, foi possível aprofundar um pouco mais essa questão com a estudante E-7 quando ela relatou o seu primeiro contato com a política na instituição, conforme depoimento transcrito a seguir:

E-7: Na verdade eu comecei a receber alguns auxílios do IF, que é o auxílio transporte, porque eu já ingressei no IF na época dos cortes, então, já foi bem difícil. Então o auxílio que tinha disponível no momento era o auxílio transporte, que foi o auxílio que eu fui beneficiada. E a partir desse segundo semestre, que eu conheci um pouquinho do (silêncio)... assim, da parte social do IFCE através dos colegas que já conheciam que já tavam mais por dentro desse ramo do IF, foi que eu vim entender alguns direitos que eu tinha dentro de uma instituição pública, e aí foi que eu vim conhecer o serviço social.

Pesquisadora: Então você reconhece a AE como um direito?

E-7: Sim. Porque, assim eu acho que... eu não tenho certeza absoluta se tá dentro da constituição que nós temos o direito de ter uma educação [...] eu acho que todos os nossos impostos devem retornar pra gente de alguma maneira e dentro de um tripé da sociedade eu acho que a educação tá dentro desse tripé e ele tem que voltar. Esse retorno tem que acontecer para as pessoas serem beneficiadas.

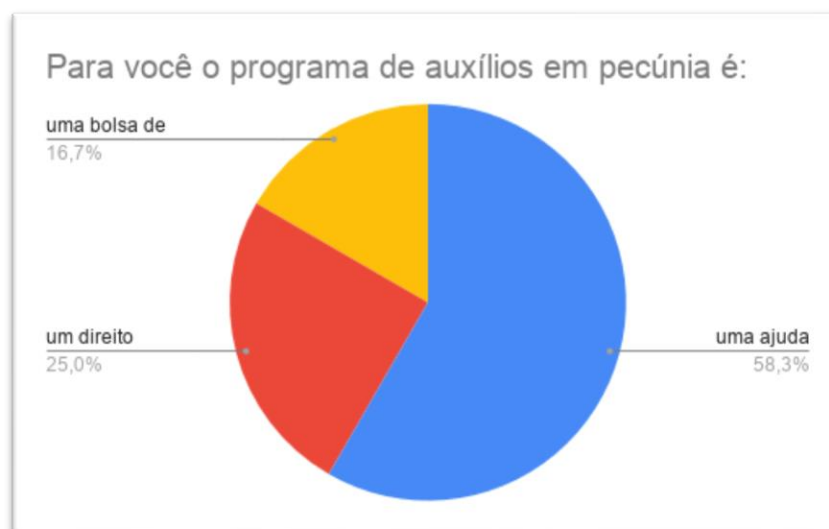
O estudante E-8, que classificou a assistência estudantil como “um auxílio ao aluno” no questionário, durante a entrevista fez a seguinte reflexão:

é o que muda a vida do estudante. Principalmente para o pessoal que mora no interior, que recebe auxílio moradia, essas coisas porque com o corte das bolsas fica inviável para muitos deles, eu agora estudo perto, mas se eu estudasse num local mais longe e não tivesse esse auxílio provavelmente eu não ia conseguir mais, chegar até lá, ir para a faculdade, lanche, tudo isso é gasto. Mesmo a faculdade sendo pública você tem um gasto muito grande.

O entendimento dos discentes da assistência estudantil como uma ajuda ou auxílio é algo que ainda precisa ser muito trabalhado, pois ultrapassa as barreiras da instituição e não está presente apenas na PAE. Uma parcela da sociedade, que inclui beneficiários de outras políticas sociais, especialmente da assistência social, ainda tem uma visão de que programas e políticas sociais estão relacionados a benesse ou favores. Esse entendimento ainda é reflexo da forma como as políticas públicas foram constituídas no Brasil e do comportamento de alguns governantes e até profissionais da área que infelizmente ainda utilizam os serviços públicos como moeda de troca.

Sob outra ótica, o estudante E-7 consegue enxergar as imbricações existentes entre a educação e a política de AE, entendendo-as como direitos sociais, mas esse entendimento não foi o da maioria dos entrevistados, o que pode ser confirmado quando respondem o que o Programa de Auxílios em Pecúnia (que faz parte da política de assistência estudantil) é para cada um deles. Apenas 25% dos entrevistados assinalaram a opção “um direito”, enquanto a maioria dos estudantes (58,3%) considera os auxílios como “uma ajuda”, conforme demonstra o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Significado do Programa de Auxílios em Pecúnia para os estudantes



Fonte: Elaborado pela autora, dados formulário *Google Forms*

Os entrevistados E-4, E-7e E-11 afirmaram que o PAP é um direito, justificando suas respostas da seguinte forma:

- Como todos têm direito a um ensino de qualidade, mesmo que não existam vagas para todos no nível superior, pelo menos os que conseguirem vaga em uma instituição pública deveriam sempre ter uma ajuda de custo com o deslocamento como cumprimento do direito de ir e vir assegurando a continuidade dos estudantes no ensino superior. Pois do que adiante ter o direito de ir e vir se o governo não me assegurar condições para isso independente da distância? (E-4);
- É o retorno dos diversos impostos pagos (E-7);
- Um direito já que é através dos auxílios que se abrem oportunidades de desenvolvimento pessoal e cognitivo (E-11).

Alguns discentes que avaliam o programa como ajuda explicam seu entendimento da seguinte maneira: “muitos alunos só conseguem se manter na faculdade através dele” (E-1); “Um auxílio para que os alunos possam terminar sua graduação” (E-2); “Uma ajuda que auxilia na permanência do aluno na universidade” (E-6), etc. Desse modo, é visível que mesmo que a maioria dos discentes não consiga ter a dimensão que a AE tem como política social e as questões que a permeiam, eles reconhecem a sua importância e, ainda que a vejam como “ajuda” ou “auxílio”, ela é fundamental para a sua permanência na instituição e para terem trilhado seus caminhos acadêmicos até o presente momento, o que é confirmado pelas respostas dadas à pergunta nº 14 do questionário: “Você considera que o Programa de Auxílios em Pecúnia tem favorecido a sua permanência na instituição? De que modo?”:

- Sim. Deslocamento, alimentação, compra de materiais para a utilização (E-1);
- sim, devido ao auxílio as passagens (E-2);

- Sim. Pq não tenho de onde tirar dinheiro para pagar as coisas básicas, como passagens, minha família também me ajuda porém sou do interior, moro de aluguel e o auxílio é muito importante para completar na renda (E-3);
- Sim. O auxílio em pecúnia ajuda bastante na minha permanência no curso (E-4);
- Sim, pois várias vezes não possuía dinheiro para ir a aula o que ocasionaria na falta e conseqüentemente me sentiria desestimulado (E-5);
- Acredito que auxilia (facilita) a minha permanência, embora, se não houvesse, provavelmente permaneceria no instituto, porém com um pouco mais de dificuldades (E-6);”
- Sim, seria improvável conseguir me manter na instituição sem essa ajuda” (E-7);
- Sim. Pois auxilia o aluno (E-8);
- Sim. Me ajuda no deslocamento, pois gasto muito com passagens, pois moro em outra cidade (E-9);
- Sim. Porque em um curso integral que naoda para trabalhar e nem ser sustentado 100% pelos pais os auxílios cobrem uma parte da despesa (E-10);
- Sim, pois é uma ajuda que contribui com o meu deslocamento para as aulas (E-11)
- A permanência seria bem mais complicada mesmo porque como tem o auxílio moradia eu consegui me sustentar por conta que pagava aluguel [...], sem o auxílio realmente ficaria muito difícil, porque o meu pai é um assalariado [...], era tipo inviável (E-12).

Todos os participantes confirmaram a importância do programa para a sua permanência na instituição, reconhecendo ainda que sem os auxílios seria mais complicado continuar em seu curso. Na pergunta nº 6, sobre as principais dificuldades encontradas para a permanência e êxito acadêmico, foram citadas questões como o mercado de trabalho, alta carga horária, pouca flexibilidade em horários das aulas, dificuldades para conseguir estágio e as questões socioeconômicas, que podem ser amenizadas com os auxílios financeiros, conforme depoimentos: “passagens, alimentação” (E-2), “como estou desempregada e os estágios são muito escassos no momento o dinheiro para ir até a instituição é de suma importância” (E-3), “seria a renda mesmo para se manter na instituição. Mas graças aos auxílios está dando tudo certo” (E-9), “a certeza de auxílios futuros” (E-10).

As falas dos estudantes, mais explicitamente de E-3 e E-5 que declararam muitas vezes não ter sequer o dinheiro para pagar a passagem do transporte coletivo, demonstram que a precariedade da situação socioeconômica de suas famílias tem forte impacto nas suas condições de permanência na instituição, o que foi corroborado pela fala dos TAEs que participaram da pesquisa. Desse modo, a pobreza, como uma das expressões da questão social e fruto das desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista, pode ser considerada uma das múltiplas razões para o grande número de estudantes evadidos do sistema de ensino superior. Yazbec aborda a pobreza da seguinte maneira:

[...] abordo a pobreza como uma das manifestações da questão social, e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista,

extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Os “pobres” são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. [...] Estamos nos referindo a uma forma de inserção na vida social, a uma condição de classes e, portanto, abordamos a pobreza como categoria histórica e socialmente construída, como fenômeno que não pode ser tomado como natural [...] que gira em torno da desigualdade social, assim como a outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência e outros aspectos) [...] Usualmente, vem sendo medida por meio de indicadores de renda e emprego, ao lado do usufruto de recursos sociais que interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros. (YAZBEK, 2012, p. 289-291).

É importante ressaltar que, de acordo com a fala de G-2, os estudantes do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária tem um perfil diferenciado, inclusive com uma média de renda per capita maior que os estudantes dos demais cursos do campus, conforme trecho da entrevista transcrito a seguir:

Ambiental é o que mais pede, depois, agora não vou ter certeza, mas não sei se é a química, mas a ambiental toda vida foi mais. Não me pergunte por quê. Eu não sei se é porque tem mais aluno, [...] e se você for olhar, também na ambiental é onde eles têm o maior poder aquisitivo. A gente tem alunos...tudo bem que a nossa per capita é relativamente alta para nossa realidade, então o aluno às vezes aos olhos dos outros pensa: esse é riquinho e está no auxílio. Não é que ele seja riquinho, ele tem a condição melhor do que o outro, e é um curso que você vê aluno chegando de carro, mas enfim, é um curso que você vê por tudo, é diferente. Tudo na ambiental é diferente, é o curso que mais forma também, eu não sei o que é, é o curso que tem o rendimento melhor (G-2).

Com o objetivo de analisar o desempenho dos estudantes antes de receberem auxílio e depois que começaram a receber auxílio, foi lhes perguntado a partir de qual semestre passaram a ser beneficiários do programa, mas apenas cinco dos doze participantes responderam: sendo que três são beneficiários desde o segundo semestre, um declarou receber auxílio desde o primeiro semestre e um estudante informou que não se lembra desde quando recebe auxílios. Somente o estudante E-3 informou que deixou de ser contemplado com auxílio em algum semestre durante o seu curso e que ocasionou dificuldades para a sua permanência na instituição: “sim, pois me ajuda no pagamento das passagens”, quatro estudantes informaram que foram contemplados em todos os semestres do curso e os demais não responderam à questão.

Percebendo que é uma realidade do campus que os estudantes comecem a receber auxílios desde o início do curso, a análise de seu desempenho ficou comprometida, mas de todo modo, a pergunta nº 15 do questionário foi em relação à influência dos auxílios no seu desempenho acadêmico: “Acredita que o referido programa tem contribuído para o seu desempenho? Consegue identificar uma melhoria no seu desempenho após o recebimento dos

auxílios estudantis? Explique”. Sete participantes responderam diretamente que sim, o que corresponde a 58,33%, os demais ou não consideram que os auxílios influenciam no rendimento acadêmico ou não conseguem fazer essa relação, conforme as respostas apresentadas a seguir:

- Sim. Eles auxiliam muito a vida do estudante, principalmente no deslocamento e alimentação (E-1);
- sim, devido a permanência nas aulas (E-2);
- Sim, pois os auxílios ajudam também para as viagens estudantis o que nos leva a adquirir mais conhecimento e experiências (E-3);
- Sim. O auxílio óculos me ajudou bastante nos estudos melhorando meu rendimento o conforto durante as aulas e o auxílio transporte é de fundamental importância, pois, como eu só estudo, não tenho recursos para pagar meu deslocamento [...] (E-4);
- Não sei responder essa pergunta pois sempre fui beneficiado com o programa, então não tenho como identificar uma melhoria caso eu não recebesse o auxílio e depois passasse a receber (E-5);
- Desde o primeiro semestre recebo o auxílio, com ele é possível ter um incentivo e conseqüentemente um melhor desempenho, visto que esse dinheiro vem justamente para ajudar a se "preocupar" menos com outros problemas financeiros que a pessoa possa vir a ter e poder focar mais nos estudos (E-6);
- Sim (E-7);
- Sim. Pois auxilia o aluno (E-8);
- Não (E-9);
- continuidade na faculdade (E-10);
- Não consigo identificar (E-11);
- Acho que mais na questão da frequência das aulas e também na parte financeira (E-12).

Ainda que os estudantes não tenham feito uma relação direta do seu desempenho acadêmico com o recebimento dos auxílios e não tenha sido possível fazer um comparativo dos rendimentos antes e depois de eles começarem a receber auxílios, visto que todos recebem praticamente desde o início do curso e mais da metade não lembra quando começou a receber, é importante ressaltar que dos doze participantes da pesquisa apenas um estudante possui o coeficiente de rendimento acadêmico inferior a 6,0 (média), enquanto entre os demais o menor coeficiente de rendimento é 7,55.

Ainda sobre o rendimento acadêmico, durante a entrevista, o estudante E-6 falou:

Quando você tá recebendo esse dinheiro você tem tipo uma conta a prestar, quando você tá recebendo esse dinheiro você tem que devolver, então pelo menos se você tem que se dedicar mais é uma forma de você estar conseguindo devolver, né? Pra depois que você se formar você poder aplicar seus conhecimentos pra sociedade, num todo que acreditaram.

Para fazer uma avaliação da relação entre assistência estudantil e desempenho acadêmico, elaborei o Quadro 6 que apresenta a menor porcentagem de frequência em uma

disciplina do curso até o momento, o número de reprovações e o índice de rendimento acadêmico dos estudantes.

Quadro 6 – Frequência e rendimento acadêmico dos discentes beneficiários do PAP

DISCENTE	SEMESTRE ATUAL	FREQUÊNCIA MÍNIMA NAS DISCIPLINAS DURANTE O CURSO	Nº REPROVAÇÕES (ATÉ NOVEMBRO DE 2019)	ÍNDICE DE RENDIMENTO ACADÊMICO
E-1	Concluiu.	80%	0	8,12
E-2	10º	52%	1 REPROVAÇÃO POR FALTA	7,99
E-3	8º	40%	4 reprovações por falta e 1 por nota	7,55
E-4	10º	75%	1 reprovação por nota	8,38
E-5	10º	5%	2 reprovações por falta	8,02
E-6	Concludente	80%	0	8,85
E-7	10º	80%	0	8,76
E-8	9º	0%	12 reprovações por falta e 7 por nota	4,96
E-9	10º	85%	0	8,35
E-10	9º	80%	2 reprovações por nota	7,89
E-11	9º	88%	0	8,84
E-12	9º	75%	1 reprovação por nota	8,59

Fonte: Elaborado pela autora com dados do SISAE

Durante a entrevista com E-8, único com rendimento acadêmico abaixo da média e com número de faltas muito elevadas, questioneei a que atribuía suas reprovações, obtendo a seguinte resposta:

Eu tenho ansiedade, muita ansiedade e aí eu não consigo me concentrar, eu não consigo de forma alguma, eu fico lendo, aí eu já tô pensando em outra coisa, aí a pessoa tá falando, aí a minha cabeça fica assim daquele jeito, é... Já fiz acompanhamento um tempo com a psicóloga daqui [...], ela é maravilhosa. Muito, muito me ajudou. [...]. Aí o meu rendimento caiu muito.

Pesquisadora: E esse semestre, está conseguindo recuperar?

A maioria tá indo bem, mas tem muitas assim, de cálculo que eu tenho mais dificuldade, geralmente é onde eu tenho mais dificuldade [...], mas esse semestre eu vou passar.

A fala de E-8 demonstra a importância de os *campi* terem equipes de AE completas e preparadas para trabalhar temáticas como a saúde mental dos discentes, tão discutida nos últimos anos devido ao alto índice de adoecimento dentro das instituições de ensino, além disso, para entender o estudante como um ser complexo que nem sempre vai ter condições de absorver plenamente o conteúdo dado em sala de aula, sendo necessário encontrar estratégias junto ao corpo docente para facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, o quadro apresenta um panorama que pode ser considerado adequado, com estudantes que possuam bom desempenho acadêmico e já estão nos semestres finais do curso, indicando sua permanência na instituição.

Os discentes que participaram da entrevista foram indagados sobre a existência de um acompanhamento frequente por parte da equipe de assistência estudantil aos beneficiários do programa, sendo que apenas um participante relatou ser acompanhada pelo Serviço Social do campus:

E-8: Geralmente é mais do serviço social.

Pesquisadora: Você procura o atendimento?

E8- Não, mas elas procuram também. Elas ligam e tudo, e também quando as notas começam a cair aí elas chamam você para conversar, eu acho que isso é muito importante porque também elas querem saber o que que tá acontecendo com você, não é só assim tipo não dá mais.

A fala de E-12 é totalmente inversa a de E-8, conforme trecho transcrito da entrevista:

Eu acho que eles ficam muito aqui na sala bem centralizado, assim bem mais afastado, então eu acho que eles têm que se mostrar.

Pesquisadora: Depois que começou a receber o auxílio você recebeu algum tipo de acompanhamento?

E-12: Não. Tipo assim, eles lançam o edital e aí a gente se inscreve, e daí eles dão um *feedback*, né, mas pelo SISAIE mesmo. Se você vai receber ou não. Depois você não sabe mais de nada.

Pesquisadora: Você sente falta desse acompanhamento?

Sinto. Até eu falava com minhas colegas que era muito vago, assim, a questão dos auxílios porque não tinha uma fiscalização. Tinha pessoas que recebe sem precisar, enquanto outros que precisam não recebem. Então nisso eu comecei denunciando algumas pessoas [...] eu já conheço algumas pessoas que tipo recebem e não necessitam, então eu acho que falta mais essa falta de fiscalização.

Nota-se que, ao dizer que sente falta do acompanhamento, a discente não se refere ao processo educativo e pedagógico que poderia ser feito pela equipe, mas sim a uma fiscalização dos estudantes que recebem auxílio. É importante esclarecer que esse papel polialesco do assistente social é algo muito cobrado não só pelos estudantes, mas também por alguns gestores, todavia essa linha de trabalho não coaduna com o que se entende como papel do Serviço Social. Assim, quando há alguma denúncia, os profissionais chamam o estudante para conversar, se necessário, realizam uma visita domiciliar e, sendo confirmado que aquela pessoa não está dentro dos critérios ou forneceu informações falsas, ela será retirada do programa, mas é impossível e não cabe aos profissionais fiscalizar a vida dos discentes e o modo como utilizam os auxílios.

Os outros dois entrevistados também disseram que nunca foram acompanhados por meio de reuniões ou atendimentos individuais. Devido à impossibilidade de acompanhar todos os beneficiários do programa por causa da insuficiência de profissionais e da grande demanda

de atividades, apenas os estudantes que apresentam dificuldades recebem acompanhamento sistemático. No caso dos entrevistados, E-8 tem um índice de rendimento abaixo da média e relatou algumas dificuldades de ordem emocional e pedagógica, enquanto os demais possuem bom desempenho acadêmico, justificando a diferença entre as respostas.

Outra questão que foi abordada na pesquisa foi se os recursos financeiros disponibilizados para o PAP atendem toda a demanda existente. Nove (75%) discentes afirmaram que não é suficiente para atender a todos os estudantes que estão no perfil e, muitas vezes, o valor do auxílio concedido é muito menor que o gasto que se tem; dois (16,66%) participantes disseram que sim, é suficiente; e um (8,33%) estudante disse que o recurso atende parcialmente às necessidades, pois alguns auxílios não foram ajustados ao longo dos anos (E-1).

As falas dos participantes da pesquisa apontam para a necessidade de fortalecer e aprimorar a assistência estudantil, que precisa ser consolidada como política pública, pois tem causado efeitos positivos naqueles que são por ela assistidos. Isso demonstra que, assim como as demais políticas sociais, a AE ainda é limitada e fragmentada, o que dificulta o seu reconhecimento como um direito. É possível identificar que ainda existe um desconhecimento dos próprios beneficiários, o que fragiliza a luta pela ampliação e consolidação da AE. Espero que a função política dessa avaliação, qual seja “oferecer informações para sujeitos sociais fundamentarem lutas sociais no campo das políticas públicas (controle social)” (SILVA, 2012), contribua para despertar nos discentes, que reconhecem a importância da AE em suas vidas e nos percursos acadêmicos, o interesse de conhecer os processos políticos que estão por trás de seu planejamento e execução para, dessa forma, lutar por melhorias e expansão.

5.3 Avaliação do Programa de Auxílios em Pecúnia do IFCE: a visão dos docentes

Neste tópico, apresento a visão dos docentes a respeito do Programa de Auxílios e Pecúnia da PAE-IFCE. Considero relevante analisar a opinião desse grupo devido à proximidade que tem com os discentes, sendo que, na maior parte das vezes, são os profissionais que mantêm maior contato com eles. Como foi exposto no capítulo sobre o percurso metodológico, foram enviados questionários *online* para trinta e quatro professores, entretanto apenas oito mandaram suas respostas, mesmo após contatos diretos e pedidos de colaboração. Como foi percebido que os padrões das respostas foram muito parecidos, optei por encerrar o período de coleta de dados com esse material.

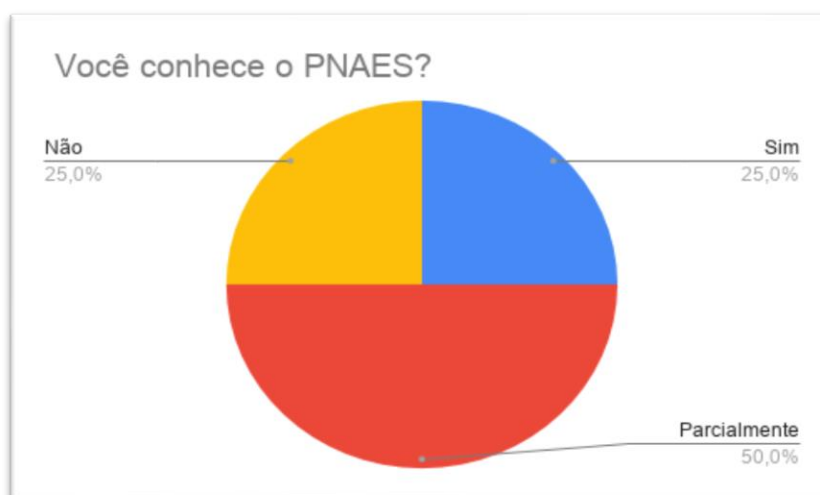
A primeira pergunta foi: “O que você entende por assistência estudantil”? Para a qual obtive as seguintes respostas:

- É um importante mecanismo de inclusão social e de redução da desigualdade, portanto, de mudança para uma sociedade mais justa em todos os aspectos (D-1);
- São diversos auxílios dados aos alunos para apoio às suas atividades acadêmicas (D-2);
- São auxílios ofertados aos discentes que se enquadrem em pré-requisitos preestabelecidos, para que possam realizar suas atividades acadêmicas de forma mais eficaz. (D-3);
- Apoio ao estudante (D-4);
- ajuda financeira a estudantes (D-5);
- Conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da gestão para facilitar a vida acadêmica do estudante. (D-6);
- Auxílio financeiro ou subsídio (D-7);
- oportunidade de diminuir injustiças sociais (D-8).

Com exceção das respostas dos docentes D-1, D-6 e D-8, os demais compreendem a assistência estudantil como auxílio/ajuda/apoio, o que representa 62,5% dos participantes, corroborando a compreensão dos estudantes de AE. Em outra questão foi pedido que escolhessem a opção que mais se adequa à sua opinião a respeito da afirmativa “Para você, a assistência estudantil é importante”, com as seguintes alternativas: discordo totalmente, discordo parcialmente, não concordo, nem discordo, concordo parcialmente e concordo totalmente. Todos os respondentes, 100% da amostra, concordam totalmente com a importância da assistência estudantil.

Em seguida, foram questionados a respeito do seu conhecimento sobre as seguintes legislações: PNAES, PAE-IFCE e RAE, apresentando os seguintes resultados, de acordo com os gráficos a seguir:

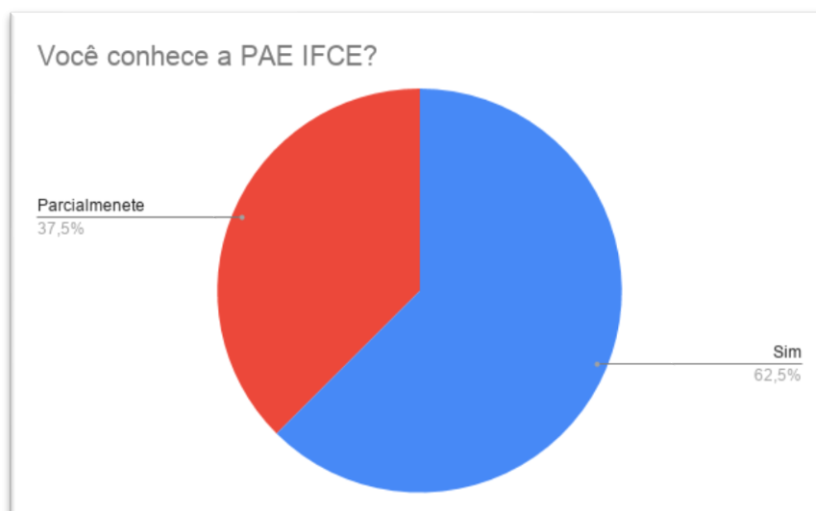
Gráfico 5 – Conhecimento dos docentes participantes acerca do PNAES



Fonte: Elaborado pela autora, dados formulário *Google Forms*

Em relação ao PNAES, dois (25%) afirmaram que conhecem, dois (25%) disseram que desconhecem e quatro (50%) relataram conhecer parcialmente o programa.

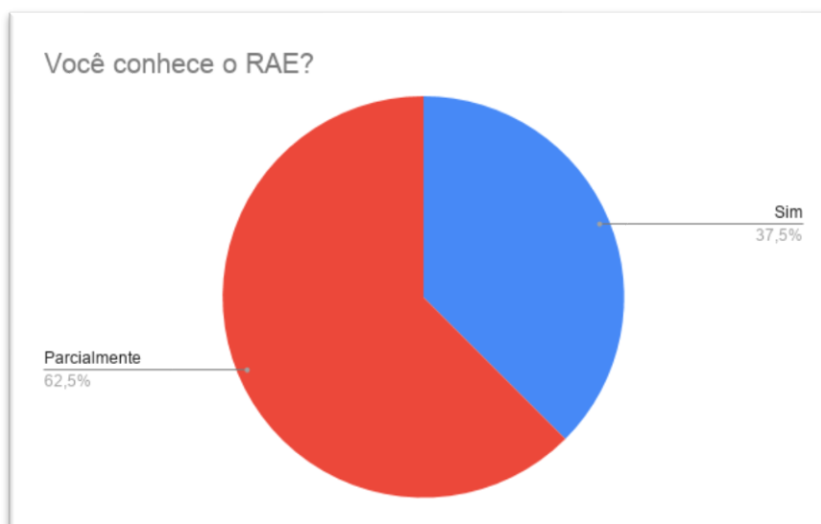
Gráfico 6 – Conhecimento dos docentes participantes acerca da PAE-IFCE



Fonte: Elaborado pela autora, dados formulário *Google Forms*

Sobre a PAE-IFCE, cinco docentes (62,5%) declararam conhecê-la e três (37,5%) disseram conhecer parcialmente a política.

Gráfico 7 – Conhecimento dos docentes participantes acerca do RAE



Fonte: Elaborado pela autora, dados formulário *Google Forms*

A respeito do RAE, cinco docentes (62,5%) informaram conhecê-lo parcialmente, enquanto três (37,5%) relataram que conhecem parcialmente o regulamento.

O conhecimento do grupo de docentes que participaram da pesquisa sobre as legislações da assistência estudantil pode ser considerado mediano. Essa resposta pode ser um indicador, inclusive, da falta de identificação da categoria com a temática, uma vez que nos

contatos diretos com alguns professores fui questionada por dois deles a respeito do seu papel na execução da política e o porquê da necessidade de sua participação. Além disso, a minha experiência profissional tanto trabalhando no campus, quanto na DAE, ouvindo relatos dos colegas, indica que há um certo distanciamento entre os docentes e a assistência estudantil. Ainda que essa situação venha melhorando bastante ao longo dos anos, por causa das várias atividades de sensibilização, ainda existem professores que não se dispõem a contribuir efetivamente com o trabalho das equipes de AE dos *campi*.

Após avaliar o conhecimento dos docentes sobre as legislações sobre AE, foi lhes perguntado se tinham em suas turmas estudantes que participam do Programa de Auxílios em Pecúnia e, em caso de resposta positiva, se eles conseguem identificar nesses estudantes uma boa frequência e um bom rendimento acadêmico. Seis (75%) docentes disseram que há estudantes que recebem auxílio estudantil, um (12,5%) disse que não e um (12,5%) falou desconhecer. Sobre a situação dos estudantes beneficiários, deram as seguintes respostas:

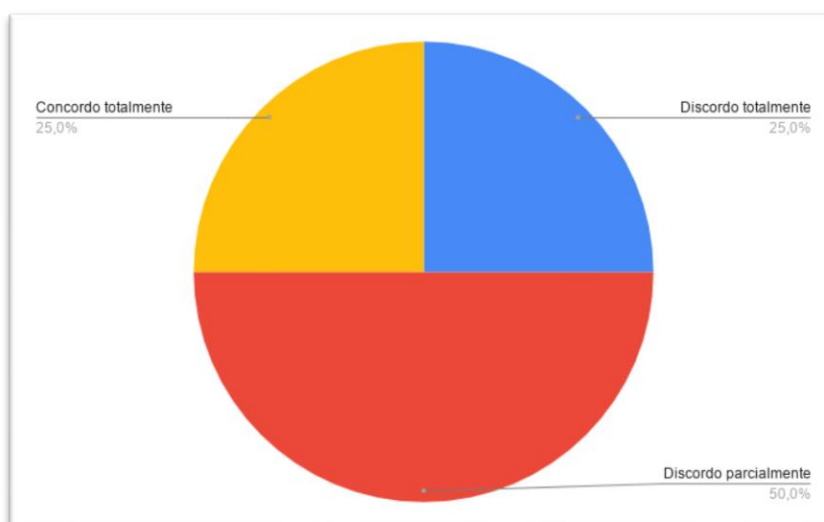
- Essa é uma realidade contundente: os auxílios são fundamentais para uma formação adequada. Os alunos que recebem esses recursos têm bom rendimento e frequência nas minhas disciplinas. Na Engenharia Ambiental e Sanitária do Campus há muitos alunos da classe média que necessitam desses auxílios, mas há também alunos que pertencem ao que Jessé Souza define como classes populares ou pobres que sem os referidos auxílios jamais poderiam cursar um bacharelado em Engenharia. Desse modo, os alunos, independente da classe a que pertencem, são amparados pelos auxílios, mas para os alunos pobres ou de classe média baixa esses recursos são imprescindíveis à manutenção dos mesmos no curso e o êxito ao longo da formação e conclusão (D-1);
- Desconheço quais alunos possuem auxílios (D-2);
- Alguns tem bom rendimento, sim. Mas não consigo associar à assistência. Acredito que seja do perfil do aluno mesmo (D-3);
- Alguns não tem bom rendimento (D-4);
- não tenho este acompanhamento (D-5);
- Nunca fiz a relação do desempenho do estudante na minha disciplina com o recebimento dos auxílios (D-6);
- Sim. Tenho estudantes que recebem auxílio formação, os quais tipicamente se destacam (D-7);
- eu conheço os meus bolsistas, eles tem, não tenho certeza (D-8).

De acordo com o depoimento dos docentes D-1 e D-7 (referindo-se especificamente aos estudantes do auxílio formação, que não faz parte desta pesquisa), os auxílios contribuem para a permanência e bom rendimento de seus estudantes, sua opinião representa 25% do total; D-2 não sabe quais estudantes são beneficiários do programa, representando 12,5% da amostra; D-3, D-5, D-6 e D-8, que representam 50% dos pesquisados, não fazem associação entre o fato de os estudantes terem bom desempenho e receberem auxílios estudantis; e D-4 afirma que alguns de seus estudantes recebem auxílio e mesmo assim não tem bom rendimento,

representando 12,5% do grupo. Pode-se concluir que os docentes participantes não conseguem fazer uma relação direta entre o recebimento dos auxílios moradia, transporte e discentes mães e pais com o rendimento acadêmico de seus estudantes

Na pergunta seguinte foi solicitado aos participantes que avaliassem a afirmação: “As ações de assistência estudantil não contribuem para a formação técnica e subjetiva dos estudantes, sua importância se dá apenas no campo do auxílio financeiro para a garantia da frequência escolar”, com as seguintes opções: discordo totalmente, discordo parcialmente, não concordo, nem discordo, concordo parcialmente e concordo totalmente, metade dos participantes declarou discordar parcialmente da sentença e os demais se dividiram igualmente entre as opções discordo totalmente e concordo totalmente, conforme apresenta o Gráfico 8

Gráfico 8 – Opinião dos docentes sobre a afirmação: As ações de assistência estudantil não contribuem para a formação técnica e subjetiva dos estudantes, sua importância se dá apenas no campo do auxílio financeiro para a garantia da frequência escolar.



Fonte: Elaborado pela autora, dados formulário *Google Forms*

Apenas cinco dos oito respondentes justificaram suas respostas como foi solicitado:

- Eu informei na resposta da questão 7, pois quando o aluno é impossibilitado de participar das atividades imprescindíveis à sua formação tende a ser um profissional menos qualificado. Os auxílios, portanto, proporcionam a participação efetiva do aluno na vida acadêmica e funcionam como catalisadores da aprendizagem. O aluno percebe que os auxílios são mecanismos instituídos para sua inclusão e sobrevivência na universidade, daí poderá ou não aflorar um pensamento crítico sobre a necessidade da continuidade dessas políticas no Ensino Superior. Eu identifico nos alunos, tanto nos mais desprovidos de recursos quanto nos mais abastados o discurso de que sem os auxílios estudantis não estariam na Engenharia Ambiental e Sanitária (D-1);
- Discordo parcialmente porque acredito que as ações contribuem para a formação do aluno, mas, ainda assim, há estudantes que se orientam apenas em função do

recebimento do auxílio. Nesses casos específicos, não acredito que o auxílio faça diferença em si (D-3);

- Alguns não tem sequer dinheiro para passagem e alimentação. (D-4);
- nao garante a formação. auxilia apenas no sustento financeiro (D-5);
- se vc oferece uma melhor condição para o aluno, vc dará uma oportunidade de melhorar seu desempenho (D-8).

As reflexões feitas por D-1 e D-8 vão de encontro aos objetivos da PAE-IFCE e do PAP, de possibilitar aos estudantes melhores condições de se inserir no meio acadêmico e assim desenvolver habilidades técnicas qualificadas, contribuindo sim para a sua formação acadêmica. É exatamente para esse fim que existem auxílios como o formação, o visitas/viagens técnicas e o acadêmico. Entretanto, por entender que para o discente participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão, que são proporcionadas pelos auxílios citados, é preciso garantir que ele tenha minimamente as condições de morar, quando vem de outra cidade, estado, etc, locomover-se, alimentar-se e ter alguém com quem deixar os filhos nos períodos de aula, por isso, esses auxílios são priorizados e considerados pelos profissionais e gestores os mais importantes para a permanência dos discentes na insituição. A finalidade dos auxílios transporte, moradia e discentes mães e pais pode não deixar claro a maneira com a qual eles contribuem para a formação estudantil, mas é preciso compreender o estudante como um ser completo e complexo que tem várias necessidades e quando uma delas não consegue ser suprida isso interfere na capacidade de administrar as demais, como confirma o depoimento de E-5 “[...] várias vezes não possuía dinheiro para ir a aula, o que ocasionaria na falta e consequentemente me sentiria desestimulado”,

A última pergunta do questionário foi sobre a importância do PAP para os estudantes do campus Maracanaú. A despeito de parecer uma pergunta repetida, tentei fazê-la de mais de uma maneira para captar a maior quantidade de informação possível e verificar se as respostas se confirmam ou se há alguma contradição entre elas. Sete dos docentes responderam:

- Essencial, sem os mesmos os alunos terão muitas dificuldades de concluir o Curso, pois a maioria dos alunos mora em Fortaleza e o custo é elevado principalmente no que se refere ao transporte e alimentação (D-1);
- Apoio financeiro propriamente dito: dinheiro para o lanche, para o almoço, para os óculos. Acredito que esses valores façam realmente a diferença para muitos estudantes(D-3);
- Auxílio para alimentação e deslocamento (D-4);
- Muito importante, pois garante uma condição para possibilitar que alguns alunos acessem o ensino (D-5);
- O programa atua diretamente no pleno desenvolvimento das atividades do estudante, com o programa de auxílio transporte, garantindo o traslado do estudante que não possui o dinheiro da passagem do transporte; restaurante acadêmico, subsidiando refeição do almoço etc (D-6);
- Estímulo a frequência e participação em atividades dos laboratórios (D-7);
- Muitos vão as aulas com essa ajuda (D-8).

O depoimento do D-5 ressalta a importância do auxílio para o acesso ao ensino, mas quando opinou sobre as ações da assistência estudantil contribuírem para a formação do estudante, ele afirmou que sua contribuição se dava apenas no campo monetário. Não será possível considerar que a possibilidade de ingressar em um curso superior, permanecer nele com apoio financeiro, participar de atividades acadêmicas, dentre outras coisas, contribua para o processo de formação profissional e pessoal de um indivíduo? É preciso refletir sobre o tipo de formação a que se referimos quando tratamos sobre isso, afinal, já é tempo de superar o tipo de educação tradicional na qual apenas o que se aprende em sala de aula é relevante.

A avaliação dos professores a respeito do Programa de Auxílios em Pecúnia revela que, embora não estejam envolvidos diretamente na execução do programa, eles o consideram extremamente relevante para a permanência dos discentes beneficiários. Já com relação ao bom desempenho acadêmico, não foi possível chegar a um consenso, mas percebo que os participantes não conseguem fazer uma relação direta com o recebimento dos auxílios. Considerando que os docentes são figuras estratégicas na vida estudantil, pode ser interessante, a partir desses resultados, elaborar, juntamente com a categoria, um projeto de acompanhamento desses estudantes, com o objetivo de verificar mais detalhadamente como se comportam os estudantes a partir do momento que são contemplados com auxílios estudantis. Por estarem em contato direto com os beneficiários do programa, os professores podem ser importantes atores em uma pesquisa sobre o papel dos auxílios no desempenho acadêmico e na permanência dos discentes.

Ademais, é extremamente importante continuar com o processo de sensibilização dos docentes em relação ao trabalho da assistência estudantil, pois conquistá-los como parceiros nessa empreitada, pode contribuir bastante com processo de acompanhamento dos discentes, qualificando o trabalho e fortalecendo a PAE.

5.4 Avaliação do Programa de Auxílios em Pecúnia do IFCE: a visão dos técnicos administrativos em educação que compõem a equipe de assistência estudantil

A equipe de assistência estudantil do campus Maracanaú é composta por duas assistentes sociais, uma enfermeira, uma técnica em enfermagem, um nutricionista e uma psicóloga. Os questionários foram encaminhados aos técnicos da equipe, com exceção das assistentes sociais que foram entrevistadas por serem responsáveis diretas pela operacionalização do PAP. Entretanto, uma das assistentes sociais está ocupando atualmente a Coordenação de Assistência Estudantil, por isso, suas respostas serão consideradas no grupo de gestores. Além dos quatro componentes da equipe de AE, o questionário online foi

encaminhado a um TAE da CTP, a fim de se ter uma visão de um setor parceiro sobre a política e o programa. Dos cinco questionários encaminhados, três foram respondidos, o que corresponde a 60% do total da amostra.

A primeira pergunta feita aos TAEs foi a respeito das principais dificuldades encontradas pelos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para permanecer no curso e ter um bom desempenho acadêmico, de acordo com a experiência de cada um. As respostas foram unânimes ao relatar em primeiro lugar as dificuldades econômicas, que ocasionam a impossibilidade de se locomover e se alimentar, por exemplo; também foram apontados a necessidade de trabalhar para contribuir com o sustento familiar, o que foi reforçado pelos gestores entrevistados; questões de saúde mental, como ansiedade e depressão; e a dificuldade de acompanhar o conteúdo ministrado nas aulas. O depoimento a seguir apresenta boa parte do que foi exposto pelos demais profissionais:

Pela minha experiência profissional, existe o aspecto econômico, muitos alunos aqui realmente precisam é [...] se deslocar para a instituição e o auxílio transporte mesmo que seja um valor irrisório, né, assim pequeno, ele contribui para que ele possa se deslocar para a instituição, mas não é só isso. Eu acho que para além disso, e aí pode-se dizer que o percentual ainda é maior, são questões também voltadas para que muitos estudantes precisariam estagiar, por exemplo, ajudar nas despesas de casa, e muitas vezes eles não conseguem conciliar com os estudos, com a faculdade aqui, né, com o curso e aí eles precisam realmente trancar o curso para poder trabalhar, para poder ajudar a família, é outro aspecto que eu vejo muito. E uma outra questão também que eu verifico, é essa questão mesmo do trabalho no sentido assim, que muitos alunos até me relataram que era interessante que pudesse ter disciplinas a noite para que ele possa conciliar o trabalho com os estudos, né? [...] Outra questão importante [...] que interfere no rendimento, né? [...] Eu vejo muito, principalmente quando eu acompanho os alunos que recebem os auxílios, é que hoje os cursos do IFCE campus Maracanaú tem muita matemática, muita física na matriz curricular e muitos estudantes têm dificuldade nessas disciplinas, então é uma questão mesmo de base, digamos assim [...] (T-4, 2019).

As falas demonstram que os auxílios são importantíssimos para a manutenção dos discentes na instituição, mas também apontam para a necessidade de outras intervenções da equipe, como acompanhamento pedagógico, se possível, com um programa de nivelamento para os ingressantes, e psicológico.

Objetivando compreender os significados da política para o grupo pesquisado, pedi aos técnicos administrativos em educação que falassem sobre o que a assistência significa para eles, as respostas dos TAEs, que responderam ao questionário, foram as seguintes:

- Apoio da instituição de carácter pedagógico, psicológico, assistencial e de saúde para os alunos concluírem com êxito seus estudos (T-1);
- Política governamental para auxiliar o aluno na sua permanência e êxito na instituição (T-2);
- assistência estudantil apóia a permanência de estudantes de baixa renda com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e

contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (T-3).

Todas as respostas dadas estão em consonância com o que o PNAES, a PAE-IFCE e o RAE preveem, entretanto não foi possível identificar na fala dos participantes uma meditação a respeito dos significados da AE na vida dos beneficiários da política e de que forma cada um entende o papel da política. Já na resposta da T-4, que foi entrevistada, verifica-se uma reflexão acerca do entendimento da política e sobre como ela pode afetar a vida de seus beneficiários:

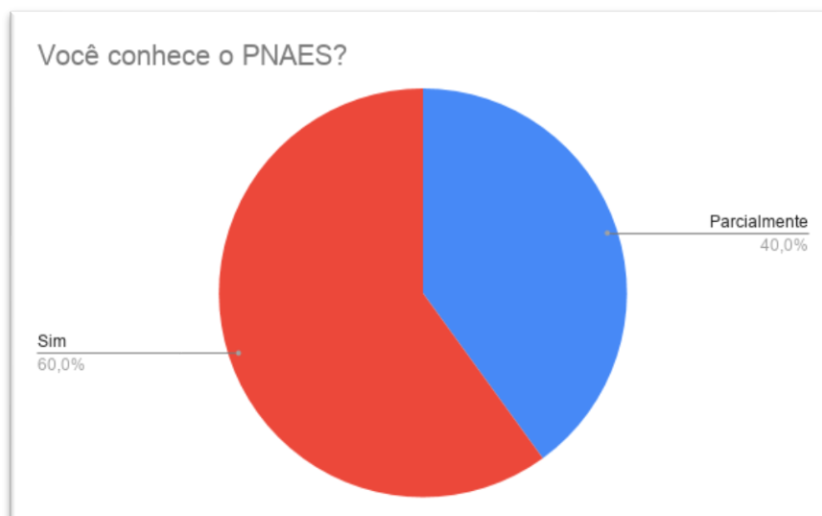
A política para mim, ela tem uma instância de direito, de algo sistemático. Então quando eu digo assim: o que significa a política para mim, a política ela tem uma ideia de permanência e quando se fala em permanência eu penso no papel fundamental do Estado nesse processo, né? Então assim, quando se fala em política se pensa em direitos, se pensa em ações sistemáticas, né, que não sejam somente os auxílios em forma de pecúnia, mas serviços, projetos ou programas que possam se adequar a realidade desses estudantes e possam impactar na vida deles. Isso é o plano ideal, é o que eu entendo por política de assistência estudantil. Quando você vem para a instituição é... hoje os alunos ainda veem o auxílio como algo vinculado diretamente a assistência estudantil, como uma ajuda, como uma benesse. Como uma ajuda que vai permitir que eles venham para a instituição (T-4).

Em outra pergunta os participantes que responderam ao questionário online afirmaram concordar totalmente com a sentença: “Para você, a assistência estudantil é importante”, justificando da seguinte forma:

- A assistência estudantil é um suporte fundamental para os alunos permanecerem na instituição e concluírem com êxito seu curso (T-1);
- Sem a política de assistência estudantil, com seus auxílios e serviços, inúmeros alunos não teriam possibilidade de permanecer no curso escolhido, aumentando o índice de evasão (T-2);
- Visto que a política visa: reduzir as desigualdades sociais; ampliar as condições de participação democrática, para formação e o exercício de cidadania visando à acessibilidade, à diversidade, ao pluralismo de ideias e à inclusão social; promover o acesso universal à saúde; e contribuir para a inserção do aluno no mundo do trabalho (T-3).

Em relação ao conhecimento das legislações da assistência estudantil, PNAES, PAE-IFCE e RAE, as respostas foram iguais para as três perguntas, conforme apontam os gráficos 9,10 e 11.

Gráfico 9 – Conhecimento dos TAE's participantes acerca do PNAES



Fonte: Elaborado pela autora, dados formulário *Google Forms*

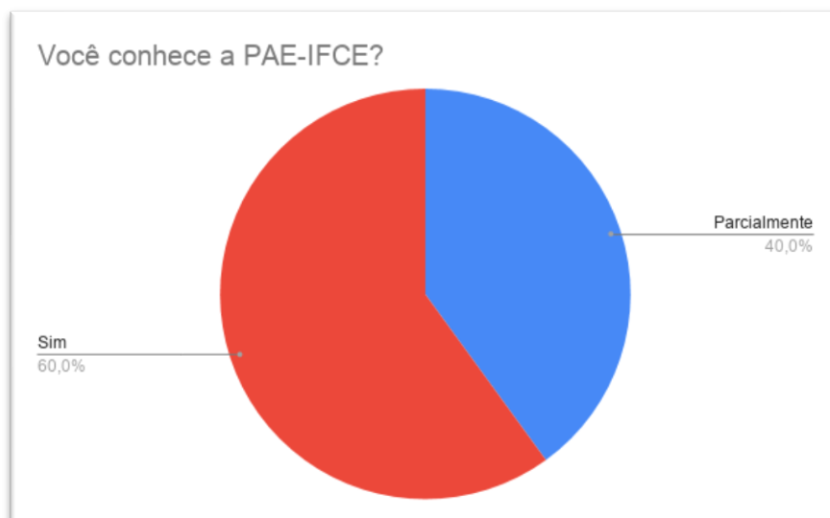
Quando questionada sobre o seu conhecimento acerca do PNAES, T-4, que conhece mais detalhadamente o programa, aproveitou para falar um pouco sobre ele:

Essa minha leitura se deu pelo fato de eu participar de algumas comissões, da elaboração da política de assistência estudantil do IFCE campus Maracanaú, então acaba que quando a gente tá inserido nesse processo a gente lê com mais cuidado, com mais detalhamento sobre o PNAES.

O conhecimento que eu tenho, eu acho que precisaria muito, a nível nacional, ser repensado, porque quando se fala em programa se fala em instância menor, né? Eu acho que é importante que se efetive a questão de se pensar numa política de assistência estudantil a nível nacional porque o programa ele restringe muito, ele ainda é muito limitado no que diz respeito a operacionalização a nível de IF'S, de IFCE, porque no artigo 4º é que especifica que os institutos federais tem suas especificidades para a implementação desse programa, então eu acho que o movimento nacional de se pensar numa política é de fundamental importância para que a gente possa ter um maior detalhamento da operacionalização ou da forma de se pensar hoje a política de assistência estudantil a nível dos institutos federais, porque nós somos específicos. Hoje os institutos federais, eles abrangem um público muito mais amplo e complexo, porque é desde o ensino técnico, você pode ver também os FIC'S²², até o mestrado, então assim é muito complexo.

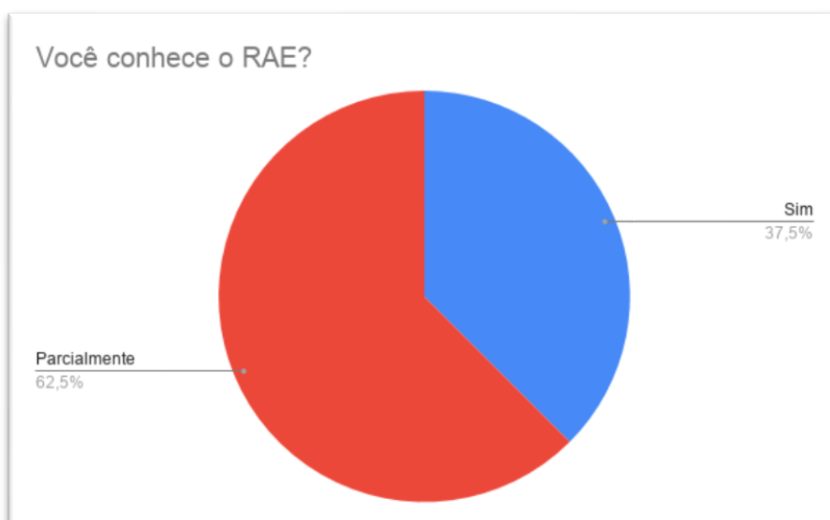
²² Cursos de Formação Inicial e Continuada. Para mais informações acessar: <http://portal.mec.gov.br/>

Gráfico 10 – Conhecimento dos TAEs participantes acerca da PAE-IFCE



Fonte: Elaborado pela autora, dados formulário *Google Forms*

Gráfico 11 – Conhecimento dos TAEs participantes acerca da PAE-IFCE



Fonte: Elaborado pela autora, dados formulário *Google Forms*

Outro ponto importante para a avaliação do programa, que está inserido na PAE-IFCE, é o seu processo de elaboração. Ao serem questionados se sabem como se deu esse processo e se houve participação dos gestores, profissionais e estudantes, três dos TAEs disseram ter conhecimento do processo apenas parcialmente; das respostas ao questionário, dois técnicos administrativos afirmaram que a construção da política teve participação de todos os atores, um afirmou que a participação foi parcial. Na entrevista, T-4 afirmou:

Eu acho que foi um avanço muito grande quando se pensou na PAE porque, de certa forma, eu participei do processo de construção, né? E aí...a gente primeiro teve o regulamento para depois pensar na política. O regulamento era mais num modo

operacional mesmo, você não tinha uma discussão mais ampla sobre a questão de uma política para além da viabilização de auxílios, porque quando se fala em política não se fala somente em auxílios, se fala em programas, em projetos e em auxílios. Então quando houve a construção dessa política, eu acho que foi um avanço muito grande porque você sai da instância de relacionar a assistência estudantil só a nível de auxílios e aí você pensa em outros programas para além disso, voltado para a questão de arte e cultura, programa voltado para a questão da moradia, da alimentação também, serviços mais sistemáticos. E o mais interessante que eu achei da política é que ela consegue delimitar a atuação dos profissionais que estão inseridos nessa política. [...] Aqui no IFCE campus Maracanaú houve participação dos técnicos administrativos mais efetivamente, participação dos discentes também houve, a gente conseguiu ter esse diálogo, principalmente com os Centros Acadêmicos, com o Grêmio, nesse sentido, a gente apresentou essa política para os estudantes, sim. Então eu acredito que teve, sim, uma participação tanto dos TAE quanto dos discentes. Professores é que foi uma coisa mais fragilizada nesse sentido, né? Quando a gente pensa o processo de elaboração mesmo.

Entender o modo como a assistência estudantil foi prestada ao longo dos anos no IFCE é muito importante para compreender se a inserção da AE na agenda política e a criação do PNAES transformam o cenário criado com a extinção da DAE no final da década de 1980, que deixou as ações de assistência ao estudante novamente à mercê das instituições de ensino, tornando-as escassas e pulverizadas, além de marcadas por relações clientelistas, conforme afirma Imperatori (2017). Por isso, foi perguntado aos profissionais: Você sabe como historicamente foram prestados esses serviços/programas/auxílios na instituição? Houve mudanças quando o PNAES foi implementado? Quais?

T-1 e T-2 não souberam informar nada sobre o assunto, porém T-3 afirmou o seguinte: “Sei que houve mudanças sim com o PNAES, que é de 2010, e o regulamento aqui, em 2015, mas não lembro especificamente como eram concedidos os auxílios, visto que isso ficava muito restrito ao serviço social”; T-4 contou um pouco sobre a realidade do período em que começou a trabalhar na instituição:

Eu realmente desconheço, o que eu tive de conhecimento foi na época que eu entrei aqui no campus, acho que há 10 anos, quando a gente começou a pensar em algumas demandas para o serviço social a nível de instituição, e aí nos depoimentos das colegas, nesse movimento, a gente acabou entendendo que a assistência estudantil acontece num processo histórico da antiga escola técnica e do CEFET nível mais pontual, de fardamento, de viabilizar algum material para os estudantes, sem realmente ter essa dimensão maior de regulamento, mas sempre existiu. Agora o detalhamento desse processo de implementação do programa mesmo do IFCE, eu desconheço.

Dumaresq (2014) relata que, desde 1966, a instituição tem ações ao estudante, que começou com o PEBE, e que foi a partir da década de 1980 que passaram ser ofertados auxílios a estudantes em situação de vulnerabilidade e bolsas do Programa Bolsa de Trabalho, conforme foi discutido na seção sobre a Assistência Estudantil no IFCE, entretanto nem a autora apresenta

e nem foi encontrado para esta pesquisa regulamentação para a concessão dessas bolsas ou dos auxílios, o que me faz acreditar que esse processo se dava pela demanda espontânea e de forma pontual.

Focando mais especificamente no PAP, no questionário foi solicitado que os respondentes dessem sua opinião a respeito da afirmação: O Programa de Auxílios é importante. Todos responderam que concordam totalmente com a sentença, justificando da seguinte maneira:

- Nossa realidade no campus revela que muitos alunos não têm condições financeiras para frequentar o curso, precisando de apoio dessa natureza (T-1);
- Da mesma forma que a pergunta anterior, os auxílios são essenciais para permanência e êxito do estudante (T-2);
- Muitos alunos só estão cursando visto que recebem esses auxílios, senão já teriam evadido há muito tempo (T-3).

O questionário também apresentou a seguinte indagação: Você considera que o Programa de Auxílios em Pecúnia tem favorecido a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no IFCE? Justifique.

- Não tenho dados sobre isso, mas acredito que favoreça. Porém, quando outras questões interferem no rendimento do aluno (por exemplo, questões de saúde mental), o programa de auxílio não é suficiente para a permanência dos alunos (T-1);
- Com certeza o programa de auxílios favorece a permanência do aluno, em muitos casos se não houvesse auxílio o aluno já teria abandonado o curso (T-2);
- Sim. idem resposta anterior (T-3).

À T-4, durante a entrevista, foi pedido que falasse um pouco sobre o programa e em sua opinião e pela sua experiência se ele tem contribuído efetivamente para a permanência e o bom desempenho dos estudantes:

Hoje no PAP do IFCE campus Maracanaú a gente dispõe do transporte, moradia, mães e pais e o formação. Nós não temos o auxílio alimentação, né? Temos visitas/viagens técnicas e o acadêmico. A maior demanda é do auxílio transporte, apesar que nós temos também um número significativo, se comparado a outros campi, do auxílio formação. A questão se os auxílios contribuem para a permanência e bom desempenho desses estudantes, o que eu posso te dizer é só a nível de experiência, porque quantitativamente ou pensar numa pesquisa para ver isso, nós não temos efetivamente esses dados, mas eu acredito que contribui para a permanência, o auxílio ele contribui, mas ele não é fator primordial para que esse aluno permaneça aqui na instituição. Porque se a gente restringir só o auxílio transporte e moradia para ele permanecer é algo muito limitado, existem outros fatores que contribuem para a permanência desse estudante, e eu te digo isso a nível de uma experiência que eu tive no doutorado. Quando a gente pensa nos egressos e nos alunos que recebiam os auxílios, porque foi uma pesquisa qualitativa que eu fiz, eles colocam que além dos

auxílios, você tem a SIC,²³ os eventos científicos, as relações que eles estabelecem com os colegas, as relações que eles estabelecem com os professores, tudo isso também contribui para a permanência desse estudante na instituição. Então o campus ele é muito além de auxílio, você vai ter um professor com um projeto bacana, um laboratório bacana, que motiva esse aluno, você tem algumas ações de pesquisa, extensão, que contribui também, entendeu? Eu não vejo só o auxílio como único fator preponderante para a permanência e bom desempenho do aluno.

As falas dos técnicos administrativos, especialmente T-1 e T-4, reforçam as análises feitas na pequena discussão sobre permanência e evasão feita na subseção sobre Assistência estudantil e a democratização do acesso ao ensino superior, na qual foi apresentado um quadro com uma série de razões pelas quais os estudantes podem abandonar seus cursos, que vão além da situação econômica, reforçando a necessidade de trabalhar com uma política completa e efetiva que exceda o repasse de recursos financeiros.

Sobre o acompanhamento sistemático aos estudantes que recebem auxílios, T-1 afirma que “Há ações sendo realizadas pelo serviço social, mas não são sistemáticas devido à sobrecarga de trabalho. Mas sobre isso, as assistentes sociais podem falar melhor”; T-2 disse que “Existe o acompanhamento da frequência do aluno [...] também das reprovações, quando necessário, tais alunos são consultados para entendimento do que está acontecendo na sua vida e em que a equipe pode dar suporte, já que conta com um leque de serviços; e T-3 informou que: O Serviço Social faz esse acompanhamento mensalmente. Sei que o aluno não pode ter mais de duas reprovações; tem que estar cursando pelo menos 12 créditos; tem que estar vindo realmente para aula (isso pode ser visto pelo sistema acadêmico), dentre outras. Já T-4, falou um pouco mais sobre esse processo:

Entrei em 2010, e nesse período a gente já tinha um regulamento e esse regulamento tinha mais uma ação operacional, então era mais a questão dos auxílios mesmo, só que inicialmente não se tinha pensado nessa questão do acompanhamento. Aí com o tempo, com as discussões a gente estabeleceu que de 2 em 2 anos era necessário revisar esse regulamento e saiu da instância só de viabilizar o auxílio pelo auxílio e começou a se pensar uma forma de acompanhamento desses estudantes. Ainda não é o ideal, claro, mas hoje eu acho que a categoria entende que mais importante que só viabilizar o auxílio a gente deve acompanhar esses estudantes e esse acompanhamento ainda é frágil, claro, eu sou muito crítica nesse sentido, que acompanhar o rendimento acadêmico desses estudantes ainda não pode se configurar como a única forma de acompanhar esses alunos, eu acho que seria interessante a gente poder talvez pensar em grupos focais, talvez pensar na inserção de programas mais sistemáticos de acompanhamento, mas infelizmente hoje a gente acaba mergulhado muito dessas demandas imediatas que vem pra gente. Por exemplo, hoje o Serviço Social tem um processo muito desgastante de análise de processo seletivo de auxílios por conta do aumento muito grande dos estudantes que procuram e aí a gente acaba um semestre fazendo isso e aí o outro semestre fica para a questão do acompanhamento, então eu acho que talvez seria interessante, isso é o meu pensamento, ver alguma implementação de programa a nível institucional para gente estar fazendo isso, mas

²³ Semana de Integração Científica: evento de pesquisa e extensão que ocorre no IFCE campus Maracanaú.

eu também entendo que hoje a própria reitoria e a própria DAE também tá muito é... são poucos profissionais para dar conta disso, de pensar nessa instância mais de gestão, né? De, olha: na política existe o programa, por exemplo de arte e cultura, então como é que se pode efetivar esse programa nos campi, por exemplo, pra gente poder pensar nessas instâncias a nível institucional? Era interessante, que aí estaria dentro do processo de acompanhamento desse aluno, de formação desse aluno, mas eu entendo que esse contexto de política que a gente vive hoje, essa questão de poucos concursos públicos e de uma equipe muito fragilizada a nível de reitoria, também fragiliza aqui na ponta.

Perguntei então à T-4 quais as maiores dificuldades encontradas para realizar um acompanhamento sistemático aos estudantes beneficiários?

Hoje eu penso que as dificuldades encontradas para um acompanhamento mais sistemático, porque quanto tu fala em acompanhamento sistemático eu não penso só em verificar o histórico desse aluno e chamá-lo aqui, isso aí é uma parte do acompanhamento. Quando fala em acompanhamento é a partir desse montante de problemas e de fatores que está acarretando o baixo rendimento ou a não permanência desse estudante, de pensar em ação mais efetiva. Essa ação efetiva talvez fosse juntar esses estudantes, por exemplo, e aí ver a nível de coordenação porque é que ele tá reprovando tanto TCC, ou ver esses estudante que tem a questão de trabalho e tentar ver a nível de instituição como viabilizar uma disciplina no período da noite, por exemplo, enfim de impactar mais esse estudante. Então para mim esse acompanhamento deveria ser para além disso. O problema maior que eu vejo hoje são dois fatores: a primeira é realmente esse montante muito grande de estudantes, poucos profissionais no campus; e o outro fator[...] é realmente a necessidade hoje, a nível de reitoria, de haver uma maior cobrança nesse sentido, olha existe um programa de acompanhamento tal [...] que tipo de dados nós podemos tá coletando desses *campi*? Hoje tem o SIMEC, que você disponibiliza informações via reitoria, mais acho que devia ter algo mais sistemático, mais institucional.

O objetivo principal desta pesquisa é relacionar a permanência e o êxito dos estudantes ao recebimento de auxílios estudantis, por isso, questionei a T-4 sobre a existência de algum estudo que faça essa conexão no campus.

Nós fizemos aqui no Maracanaú uma pesquisa do permanência, não dos auxílios em pecúnia, para ver a questão da permanência e êxito, mas não fizemos ainda, que eu me lembre, dos auxílio não. E eu acho que seria até interessante que a gente pudesse ver os colegas que estão no mestrado, ou então a própria DAE ou o campus Maracanaú que a gente pudesse estar efetivando mais encontros que a gente possa tá passando pro colega ou então disseminando experiência exitosas, para que não fique uma coisa só pontual a nível de campus, mas que se torne institucional, entendeu? Mas não isentando a nossa responsabilidade de pensar pelo menos uma pesquisa a nível de campus, mas nós não fizemos isso (T-4).

Na prática profissional, desde o ingresso na instituição, tenho me deparado com um fator que é um dificultador para a execução do trabalho, os recursos financeiros insuficientes. Por essa razão, perguntei aos TAEs se consideram o valor destinado à assistência estudantil do

campus suficiente para suprir a demanda existente. A resposta foi unânime: não, conforme a fala transcrita a seguir:

Eu acredito que não, já uns 5 anos que o orçamento continua o mesmo e vem aumentando o número de estudantes solicitando. Então a gente tinha um número bem menor de demanda reprimida e a cada semestre vem aumentando. Então assim, eu acredito que hoje o orçamento não seja suficiente para atender a demanda dos estudantes (T-4).

Para finalizar a pesquisa, solicitei aos profissionais que indicassem os aspectos facilitadores e dificultadores encontrados na operacionalização do programa e o que acreditam que poderiam melhorá-lo, como mostra o Quadro 7:

Quadro 7 – Aspectos facilitadores e dificultadores do Programa de Auxílios em Pecúnia

ASPECTOS FACILITADORES DO PAP	ASPECTOS DIFICULTADORES DO PAP
O Sistema Informatizado de Assistência Estudantil do IFCE facilita o processo de análise da documentação dos alunos que solicitam auxílio (T-1).	Mas não sei que aspectos dificultam, pois não acompanho de perto o programa (T-1).
-----	A dificuldade maior, além do recurso muito limitado, é a quantidade reduzida de profissionais para compor a assistência estudantil (T-2).
Tudo informatizado para as inscrições dos alunos (T-3).	Os alunos não anexam todos os documentos e muitos são indeferidos; é muita procura e poucas assistentes sociais para avaliar as inscrições; acho que a renda de corte poderia ser menor, visto que muitos alunos que possuem certa condição financeira conseguem entrar pelas normas do programa (T-3).
Um aspecto facilitador foi o sistema, o SISAE, porque você consegue analisar com mais rapidez e não há acúmulo de papel, tudo fica no sistema e ele gera relatórios, gera uma leitura, eu acho que isso aí foi algo que se avançou, né?	Um aspecto dificultador, hoje, é a questão do limite orçamentário porque você acaba tendo que restringir cada vez mais alunos para se inserir no programa de auxílios, então assim, muitas vezes, aquele aluno que recebe auxílio formação, a gente acaba restringindo ele para receber o auxílio transporte, é claro que o aluno em condição de extrema vulnerabilidade a gente viabiliza o transporte, o formação, né? [...] A própria realidade dos campi no dia a dia, cotidiano, você tem uma demanda muito grande de solicitação de auxílios e poucos profissionais, além disso, você tem também dificuldade de gerar pesquisas e relatórios [...] não pode ficar só no operacional, tem que monitorar, tem que pesquisar, tem que avaliar [...].

Fonte: Elaboração própria: dados entrevistas e questionários.

Apenas T-4 apresentou sugestão para a melhoria do programa:

Eu acho que a gente começar a discutir mais a nível de instituição, ter esses momentos de encontros para gente poder publicizar experiências exitosas, mas mais do que isso a gente deve redefinir nossas ações via política, hoje a política ela é abrangente ela

tem programas, ela tem o programa de auxílios em pecúnia e ela tem outros programas que a gente não consegue operacionalizar via casmpus, né? Por conta da própria demanda institucional. Mas eu acho que se tivesse um direcionamento via ... eu posso estar até enganada, via DAE, por exemplo, se tivesse mais profissionais que pudessem fazer esse link, esse diálogo, talvez a gente poderia [...] oferecer outros serviços. Eu acho que sim.

A fala dos técnicos administrativos revela questões que são complementares às falas dos discentes, como as dificuldades encontradas pela equipe reduzida, por exemplo, o que acaba interferindo na qualidade dos serviços prestados, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento dos estudantes.

Entretanto, quando confrontamos os significados de assistência estudantil para os TAE's e estudantes é possível ver que os primeiros compreendem a AE como uma política e um direito social, enquanto os beneficiários tem a compreensão de que os auxílios que recebem são uma ajuda, de certa forma uma benesse da instituição ou do governo, desconhecendo todos os processos que existem para a sua criação e implementação. Deixo aqui uma reflexão: será que a forma de execução do PAP contribui para que os estudantes tenham essa visão do programa?

A exposição feita por T-4 sobre a dificuldade em transformar os dados existentes em pesquisas e relatórios, que expressem os resultados das atividades realizadas, é outro fator que precisa ser reconsiderado institucionalmente, pois a falta de dados concretos também fragiliza a melhoria da política, impactando no seu processo de monitoramento e avaliação.

A realização da pesquisa de campo também possibilitou uma visão mais nítida de como o PAP no campus Maracanaú tem se tornado uma responsabilidade quase que exclusiva dos assistentes sociais da instituição, inclusive no que tange ao acompanhamento dos beneficiários. O artigo 29 do RAE define que:

Os discentes atendidos com os auxílios deverão ser acompanhados pelas equipes multiprofissionais da Assistência Estudantil dos *campi*, ao longo do período letivo, por meio de:

- I. Atendimentos individuais, visitas domiciliares, reuniões e atividades em grupo;
- II. Análise do histórico escolar do estudante, no IFCE, observando rendimento e frequência escolar (IFCE, 2019, p.15).

Isso acaba ocasionando certo distanciamento entre o programa e os demais profissionais da equipe, que ocasionalmente não constroem em conjunto com o assistente social maneiras mais eficazes de trabalhar com os estudantes assistidos, abordando diversas áreas de suas vidas. Como foi relatado, atualmente, as assistentes sociais só conseguem fazer o acompanhamento de análise do histórico e frequência escolar dos discentes, o que geralmente

é realizado no final dos semestres e apenas quando identificam algum estudante com dificuldade é que fazem a intervenção. A intenção do RAE ao definir as demais estratégias de acompanhamento é que durante todo o semestre esses estudantes estejam em contato com a equipe e que seja possível identificar alguma provável dificuldade assim que ela aparecer, e não apenas quando o estudante já estiver reprovado por falta ou se evadido por qualquer questão que seja.

A seguir, são apresentados os resultados das entrevistas com o último grupo participante, os gestores.

5.5 Avaliação do Programa de Auxílios em Pecúnia do IFCE: a visão dos gestores

O último grupo de atores tido como essencial para o processo de avaliação do programa de auxílios é formado pelos representantes da direção geral e coordenação de assuntos estudantis do campus, também foi solicitada a participação da direção de ensino, entretanto, por motivos de força maior, sua cooperação não foi viável. Por se tratar de um grupo pequeno, os gestores foram entrevistados para buscar uma melhor compreensão de suas visões do programa.

Considerando que atualmente a coordenação de assistência estudantil é ocupada por uma assistente social que desempenha as duas funções, o primeiro questionamento feito foi a respeito de como se dá essa diferenciação de atividades na prática cotidiana e se o olhar para o programa e a política é diferente como gestora e como técnica, mas pela fala transcrita a seguir, é possível ver que durante a execução das atividades profissionais essa diferenciação acaba não acontecendo tanto.

Tenho muita dificuldade em dividir isso, eu tenho dificuldade em ser uma coordenadora, por exemplo. É uma dificuldade minha. Graças a Deus que quem tá dentro dessa coordenação aqui eu não preciso... é como se eu não tivesse que ter muito trabalho de coordenadora, de ter que tá puxando, de ter que tá...então o pessoal se envolve. E às vezes chega com as propostas pra mim e aí a gente vai e vai fazendo. Então eu não consigo muito diferenciar, não sei se pelo fato de eu estar aqui dentro da sala, de tá priorizando o trabalho mesmo do serviço social, assim... quando eu vou tentar diferenciar eu tenho essa dificuldade. Talvez por isso, por estar aqui dentro, né? [...] Mas também eu acho que é muito reflexo da equipe, do trabalho em si. O pessoal não fica muito esperando por mim (G-2).

Em seguida, os gestores falaram um pouco sobre a sua concepção de assistência estudantil e os principais motivos, de acordo com sua experiência, que levam os discentes a evadirem.

- A importância da assistência estudantil pra gestão, no caso aqui do campus Maracanaú, ela se reveste de uma importância muito grande, porque, primeiro ela tem um impacto muito grande na permanência do aluno, certo? E quando eu digo permanência eu tô falando também de motivação, de estímulo, e pelo próprio programa dela, a questão do alcance social, a questão do público alvo, né? As pessoas que realmente necessitam. Lógico que tem aqueles auxílios universais, mas ela é de suma importância. [...]principalmente nessa época, a gente tem se deparado, eu principalmente aqui, com aluno me procurado dizendo que vai abandonar o curso porque não tem bolsa, isso parte o coração da gente, que não tem bolsa, né? Mesmo com bolsa ficou numa situação onde o pai ficou desempregado e a mãe, e vai ter que abandonar, quer dizer a gente tá assim, a gente tem todos os percalços [...] (G-1);
- A minha visão da assistência estudantil, né? Eu acho que ela é fundamental, é muito importante. A gente sabe que de fato ajuda na permanência dos alunos aqui, porque é (silêncio)... eles entram de uma certa forma, entre aspas, tá fácil, digamos assim, tanto técnico quanto superior, né? Apesar de o superior ser pelo SISU, enfim...mas você vê que os alunos estão conseguindo acessar, e permanecer é mais complicado, por vários motivos. Então assim, até quando a gente tem aluno que por algum motivo perdeu edital e tudo e chega numa situação aqui para gente tentar incluir ele fora do prazo, a gente vê que se não tivesse...eu fico às vezes pensando: sim, às vezes você se chateia porque o aluno perdeu o prazo e você quer ter raiva, né? Porque perdeu e tudo, aí eu fico assim querendo pensar: sim, e se não tivesse isso, o que você ia fazer? Mas ao mesmo tempo é: que bom que tem isso! Porque senão ele não ia ter condições de ficar aqui. Assistência estudantil falando agora mais direcionado do dinheiro, né? Do transporte, por exemplo, do auxílio formação que tem uma bolsa maior. Mas eu acredito sim na AE, acredito que ela tem valor de fato e eu acho que ela tem resultado, eu acho que a gente, né? Tu deve achar isso nas tuas pesquisas, outras pessoas já pesquisaram, eu acredito que tem resultado. Não sei se os alunos...às vezes eu acho que eles não têm muita dimensão, né? Alguns têm, poucos, que inclusive colocam isso no discurso deles, mas a maioria eu acho que eles não têm muita dimensão, né? Daquele direito. Mas eu acho que ela tem resultado, sim, eu acho que ela é efetiva, não sei se cem por cento, não, não é cem por cento, mas ela tem sua eficácia digamos assim (G-2).

A fala de G-2 traz à tona o processo de compreender o acesso ao ensino superior apenas com o ingresso em uma instituição de ensino, não considerando o que é necessário para facilitar a permanência desse indivíduo no ambiente acadêmico, seja essa carência material ou não. É nesse momento que a política de assistência estudantil, em conjunto com outros programas institucionais, pode ser acionada para modificar, de algum modo, a realidade de um estudante que está passando por dificuldades. Essa mudança, às vezes, pode acontecer durante um atendimento, apenas oferecendo um serviço de escuta qualificada e um encaminhamento correto, por exemplo.

Os dois gestores identificaram as dificuldades financeiras como uma das principais, senão a principal, de permanência discentes, mas além dela, G-2 apontou ainda a dificuldade de acompanhar o conteúdo das disciplinas ocasionado pela falta de conhecimento que deve ser adquirido durante o ensino básico.

Tem duas que eu vejo mais: a financeira e a de, às vezes, de aprendizado mesmo, de base. Os alunos aqui, principalmente nos cursos das engenharias é... nessa parte da

base, da matemática e tudo, aí você vê a defasagem que eles vêm, você vê isso. E o financeiro é porque a gente tem aí todo dia caso de aluno que mesmo às vezes estando na assistência estudantil tranca um curso, cancela uma matrícula porque precisa botar dinheiro em casa. Então assim, a realidade é essa. A gente tem muito aluno aqui que praticamente dá conta de uma família. Então assim, a questão social, em que o aluno está inserido, é sim um grande dificultador. E do lado disso a base dele mesmo, de ensino fundamental e médio (T-4).

Tanto G-1 quanto G-2 conhecem o PNAES, a PAE-IFCE e o ERA, enquanto G-1 afirma ter participado indiretamente do processo de elaboração da política do IFCE, G-2 participou dos processos de elaboração e revisão do Regulamento de Auxílios Estudantis.

Devido à fala de alguns estudantes sobre a fragilidade no processo de seleção, no qual eles identificam que alguns estudantes que não necessitam são contemplados, foi perguntado a G-2 de que forma é feito o processo seletivo de auxílios, se é possível realizar entrevistas ou visitas domiciliares.

Não. O auxílio que a gente faz questão de fazer entrevista, assim que não quer abrir, é o de moradia e o de mães e pais, porque a gente acha mais específico e a quantidade é menor. Mas o transporte, por exemplo é um caso que chame a atenção, chamou atenção por alguma coisa... Às vezes é por telefone mesmo que a gente tenta tirar a dúvida ou se o aluno tiver pelo campus na hora a gente liga e ele vem, a gente conversa ali rapidinho e tal e fim, agora a gente não aprofunda. Aquela coisa marcada, todo mundo, não, faz tempo que a gente não faz isso. Só no moradia e mães e pais, e assim se for um aluno novo, principalmente que esteja entrando, se for um aluno que tá no processo de renovação a gente vai tentando ter aquela conversa ali mais no sentido de acompanhar mesmo e pelo histórico que a gente tem, pronto. Agora o transporte não acontece (G-2).

Essa dificuldade no processo seletivo ocorre devido à mesma razão dos empecilhos para o acompanhamento, a equipe reduzida para a crescente demanda de estudantes e solicitações de auxílios. Por ser um problema institucional, e porque não dizer governamental, essa falta de profissionais é algo que não deve ser resolvida logo, visto que a atual gestão do país está adotando uma linha de redução de custos e não tem apresentado, até o momento, a intenção de contratar novos profissionais.

Quando questionados se o Programa de Auxílios em Pecúnia contribuiu efetivamente para a permanência dos discentes, obtive as seguintes respostas:

- Acho ele de primordial importância, eu digo até que o programa da reitoria do instituto para uma ação mais sistêmica merece até uma Pró-reitoria de Assuntos Estudantis porque nós precisamos fortalecer, hoje tem muita coisa que tá assim espalhada, que a gente precisa ver melhor, essa questão do movimento estudantil e o auxílio, né? Que seria um carro chefe. Mas no instituto, graças a Deus, ainda é um programa que tem relevância dentro do Instituto Federal, que você não encontra nas universidades, tem que reconhecer que é muito importante e a gente tá fazendo aí tudo, né? (G-1);

- Quando a gente pensa no todo, eu não sei se é efetivamente. Mas assim, ele tem a sua eficácia, o que eu acho assim, ele de fato contribui, né? Para aqueles que tão ali, que passaram por aquela peneira, porque tem que passar porque não tem para todo mundo. Eu acho que ele contribui sim, ele tem sua importância, tem seu significado, eu acho que ele contribui. Eu não sei se o efetivamente acontece porque ele não é para todo mundo, não sei se eu tô me fazendo entender. Não sei se é uma questão de orçamento, não sei, né? Mas eu acredito sim, que ele é importante e que ele tem que só melhorar. Não sei se vai melhorar não, mas ele tinha só que aumentar e que a gente pudesse oferecer mais (G-2).

As opiniões dos gestores corroboram a maioria das respostas dadas pelos demais participantes, de que o programa de auxílios cumpre o papel de contribuir com a permanência dos estudantes, sendo para muitos deles fator decisivo para a continuidade e conclusão do ensino superior.

Parte do cronograma de um programa ou política pública deve incluir um processo de acompanhamento, por isso, perguntamos a G-2 se há no campus um processo de acompanhamento dos discentes beneficiários para garantir os critérios de permanência no programa, previstos no RAE, e de que forma é feito esse acompanhamento.

A gente tenta acompanhar de alguma maneira. O acompanhamento depende, tanto tem...a gente...o, é, alguns professores melhoraram na história da alimentação do sistema acadêmico, é a gente também teve um pouco de mudança no sentido de o professor procurar a gente, ainda não é como a gente idealiza, mas professores procuram a gente. E tem o nosso trabalho, que a gente acaba fazendo isso muitas vezes na transição de um semestre para o outro, que é de análise de desempenho e aí encontra falta ou reprovação por nota e aí chama, conversa, enfim, é mais nesse sentido. Ou a própria demanda espontânea do aluno mesmo que sabe que tá ali dentro daquele programa e acontece alguma coisa e ele tem a preocupação de vir aqui, acontece, mas também tem casos que se perdem, que passam, a gente não consegue ver todo mundo, né?

Pesquisadora: Qual a dificuldade para esse acompanhamento mais de perto?

Eu acho que equipe, se tivesse, claro, sempre com mais gente é melhor, né? O fato de eu estar na coordenação, é uma coisa que é diferente, tem que estar ausente da sala para outras coisas, reunião [...] então as vezes você acaba deixando de lado porque você tem que dar conta de outras coisas, entendeu? Esse último ano eu fiquei só. Então assim, a quantidade da equipe acaba sendo um dificultador e a rotina mesmo do dia a dia, porque você é chamado para outras coisas, a gente não fica só nisso aqui.

Outro ponto crucial é o processo de avaliação do programa, por isso, perguntei aos dois gestores se é ou já foi feita uma avaliação do programa como um todo para saber se ele de fato tem contribuído para a permanência e êxito dos estudantes.

- Especificamente o programa, o que que devia ter, via CTP, nós já até pensamos, qual o problema? Gente. [...] Há uma dificuldade porque o time é muito reduzido, mas eu posso dizer o seguinte, existe a [fulana] que fez um acompanhamento [...] ela fez algum estudo sobre isso. [...]. Eu nunca recebi um relatório, mas existem evidências de que, lógico, o aluno, né, ele facilita a permanência. É tanto que um dos estudos que eu pedi pra eles fazerem foi assim, eu queria saber na época, [...] qual a relação do aluno faltoso com o auxílio transporte. [...] Mas um estudo

completo, eu acho que não foi feito ainda não porque o acompanhamento desses cursos é muito pesado (G-1);

- A gente já fez isso algumas vezes, já tá com um tempo que a gente não faz trabalho de pesquisa, e a última vez que a gente viu alguma coisa foi também uma pesquisa da professora Rejane lá da UECE, e o pessoal teve uns grupos focais com os alunos e tudo e aí a gente viu que o resultado era positivo, sabe? De a gente ter discurso de aluno de dizer mesmo claramente que não sabe se teria conseguido se não fosse a assistência e que tinha eterna gratidão, né por isso? Aí vem a história do direito, mas enfim...Alguns reconhecem isso. Teve um tempo que a gente fez, não foi nem uma coisa assim oficial, a gente juntou com o pessoal do pedagógico e foi atrás disso porque a gente tava num embate aqui com os professores que queriam dizer que os alunos não se formavam porque recebiam esses auxílios e aí a gente: não, não é por aí. Aí a gente tentou buscar alguns e o resultado foi positivo. A gente não tem aluno retido aqui porque recebe 70 reais, 80 reais de auxílio transporte, não tem, tem retido por outras coisas, não por conta disso. Aí a gente já fez isso, mas já tem um tempo que a gente não faz (G-2).

Como gestores, parte importante de suas funções está no planejamento orçamentário que, de acordo com todos os participantes da pesquisa, não é suficiente para atender a atual demanda do campus. Diante disso, pedi aos dois que falassem um pouco sobre o planejamento orçamentário do campus.

Inclusive, há uma preocupação que não é de hoje, nós temos um estudo econômico que, desde 2015, 2013, 2014, por aí, [...], então, tá comprovado que o auxílio, o seu orçamento não acompanha proporcionalmente o quantitativo de crescimento dos alunos e fica muito difícil a gente, eu compreendo muito o papel, o serviço da assistente social, né? De fazer essa, esse programa sabendo que não vai atender a quem realmente precisa. E onde é que a gestão entra nesse aspecto? Em priorizar. Lógico, que aí você tem que ter uma conformidade muito grande com o setor pra se sentar, porque eu acho que isso aí, nós fazemos aqui tudo de forma compartilhada, né? Até brinco muito que para cruz não ficar muito pesada eu acho que tem que haver a visão do Serviço Social, assistente social em si, do auxílio, né? [...] Agora mesmo é...eu estava analisando aqui, muito preocupado, a questão orçamentária hoje. Hoje, Maracanaú para dar sustentabilidade ao nosso programa, tudo que eu falei aqui, a gente precisa de uma folha mensal média em torno de 109 mil reais, só está chegando 60 mil, 60 mil, quer dizer...se a partir de setembro agora nós não conseguirmos regularizar, nos temos que olhar pra cumbuca e dizer assim: o que que nós vamos fazer hoje? Vamos suspender a segurança alimentar, o auxílio transporte? Na verdade, a gente está nessa desesperança ao mesmo tempo com muita fé e coragem que as coisas possam virar esse jogo aí e que a gente posa pelo menos pagar nossas dívidas e que esse programa não seja interrompido (G-1);

Com a direção, a gente nunca conseguiu fazer um orçamento participativo de fato com os alunos. Teve um ano que a gente teve que se organizar para isso, mas acabou que não deu certo, mas a gente tem bastante autonomia, a gente que eu digo, o serviço social, em dizer pelo menos, mais ou menos quanto que é para cada auxílio. Aí tem reunião com a parte da DIRAP, pessoal da administração, planejamento e setor financeiro, direção geral e a gente. A gente sempre vai com base no ano anterior botando uma gordurinha a mais, a gente nunca quer botar menos do que a gente atendeu no ano anterior, no mínimo está igual o auxílio. Se ficar menos, por exemplo o auxílio mães e pais, tem menos que no ano passado, mas foi procura. [...] Toda vida foi pouco (G-2).

Sobre o valor do orçamento destinado aos auxílios, G-2 ainda complementa:

O recurso sempre podia ser melhor, podia ser mais, ainda mais porque tem a questão do restaurante, porque vai uma boa parte pro restaurante, né? E tem que ter, alimentação é prioridade. Aí acaba que fica aquela história assim...eu nem acho que aqui a gente tem tanta demanda reprimida, no Maracanaú. Acontece, mas eu sei que em outros campi a realidade é diferente. Mas se tivesse um orçamento melhor a gente poderia incrementar, contemplar mais alunos, assim sempre, por exemplo visita técnica que tá dentro desse mesmo orçamento, hoje tá cortada aqui, não tá tendo visita técnica com ajuda de custo, esse ano não tem mais.

A insuficiência orçamentária é uma realidade percebida quase que diariamente na Diretoria de Assuntos Estudantis, pois é comum receber demandas de vários campi solicitando reforço orçamentário para o pagamento de auxílios e merenda escolar, por exemplo. Mesmo nesse processo de restrição, o campus Maracanaú ainda tem conseguido manter um bom número de estudantes na folha de pagamento dos auxílios estudantis, isto porque optou por priorizar o programa de alimentação e os auxílios de vulnerabilidade em detrimento, por exemplo, das visitas/viagens técnicas.

É muito perceptível, pela fala dos dois gestores e dos técnicos, que os profissionais e a gestão do campus trabalham em harmonia, o que de fato simplifica o cotidiano na instituição. Além disso, apesar das dificuldades atuais, talvez por ter sido o primeiro campus da expansão e pela dedicação da gestão em implantar melhorias, o campus Maracanaú é dotado de uma excelente infraestrutura e uma boa equipe técnica, embora ainda seja insuficiente. A gestão do campus, sem dúvida, demonstra um empenho em trabalhar para a ampliação e valorização da política de assistência estudantil, o que é fator preponderante para o seu desenvolvimento em âmbito local. Dois dos aspectos que identifiquei serem mais urgentes para se trabalhar nesse sentido são o acompanhamento dos estudantes e o monitoramento do programa de auxílios em pecúnia, permitindo uma avaliação mais completa, inclusive com dados estatísticos. Para tanto, seria interessante convidar alguns docentes, já que o campus possui vários na área de matemática, física e demais ciências exatas.

Para finalizar a avaliação, G-2 falou um pouco sobre os aspectos que facilitam e os que dificultam a execução do programa:

Na verdade, eu acho que é a participação principalmente dos discentes, eu não sei se isso é muito da gente, que não mobiliza como deveria mobilizar, ou se é deles, às vezes eu acho eles muito apáticos. Baixam a cabeça com tudo muito fácil. Eu acho que falta mais a participação deles, porque a participação deles torna o trabalho às vezes mais trabalhoso porque você tem que escutar, você tem que mostrar como funciona, como não funciona, e enfim, é um trabalho bem educativo e cansativo e dispendioso, só que eu acho que quando eles participam de fato, torna a coisa mais rica, mais efetiva, então assim um ponto seria isso, a participação dos alunos.

O fato de a gente ser muito grande, o IFCE é muito grande, então até para você conseguir a participação de todo mundo é difícil. Na parte da gestão, a nível de campus, a gente não tem dificuldade em relação a trabalhar, porque assim a gestão aqui deixa a gente muito livre [...], de uma maneira geral, a gente é chamado para fala, para dar opinião, a gente já chega com um trabalho [...], a gente tem autonomia. É fácil de trabalhar nesse sentido.

Questão de equipe de trabalho, aqui não seria ruim um terceiro assistente social, um segundo psicólogo [...] a demanda do psicólogo só aumenta (G-2).

Mais uma vez, na fala de G-2, apareceu a questão da necessidade de ampliação da equipe para melhorar a execução do programa e demais ações da assistência estudantil, infelizmente, com o cenário político e econômico atual, essa é uma demanda que não deve ser atendida logo. Desse modo, faz-se necessário encontrar estratégias para enfrentar esse e outros obstáculos que estão postos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi avaliar o Programa de Auxílios em Pecúnia da Política de Assistência Estudantil do IFCE, no campus Maracanaú, quanto ao cumprimento dos objetivos de viabilizar a permanência e contribuir para o êxito dos estudantes beneficiados em seu percurso acadêmico. Para tanto, busquei conhecer os significados da assistência estudantil e do programa para quatro grupos de atores: estudantes beneficiários, docentes, técnicos administrativos e gestores para perceber se os entrevistados, de algum modo, fazem uma relação entre o desempenho acadêmico e a permanência na instituição com o recebimento de auxílios pelos discentes.

A partir de uma pesquisa documental e bibliográfica, foi identificado o processo de transformação da assistência estudantil na instituição: de ações pulverizadas, fragmentadas e com caráter de benesse e assistencialistas a uma perspectiva de política pública, executada no âmbito da política de educação superior e reconhecida como um direito social, fruto de lutas sociais e permeada por interesses distintos, entretanto ainda que hoje a assistência estudantil seja considerada importante para o desenvolvimento da política de educação superior e esteja na pauta da agenda governamental, muitos dos beneficiários ainda a entendem como uma forma de ajuda ou auxílio, conforme foi identificado nas falas dos discentes e confirmado pelos profissionais.

Todos os estudantes que participaram da pesquisa afirmaram que o programa de auxílios contribui para a sua permanência na instituição, alguns enfatizando, inclusive, que não teriam condições de ter chegado aos últimos semestres do curso caso não recebessem os auxílios para possibilitar, principalmente, o seu deslocamento até o campus, por meio do auxílio transporte. No entanto, quando se trata do rendimento acadêmico, apenas 58,33%, ou seja, sete estudantes conseguem fazer uma relação direta do seu bom desempenho acadêmico com o recebimento dos auxílios estudantis, os demais não associam o seu desempenho ao fato de serem beneficiários de auxílios em pecúnia, mas todos os estudantes foram unânimes em reconhecer a importância do PAP para o seu processo de formação.

Assim como os estudantes, os gestores, técnicos e professores compreendem que os auxílios em pecúnia são importantes para a permanência dos discentes. Por isso, é possível afirmar que o Programa de Auxílios em Pecúnia da PAE-IFCE contribui com a permanência dos estudantes, cumprindo com um de seus objetivos. Entretanto, é fundamental ressaltar que o programa não é o único dispositivo importante para isso, uma vez que existem múltiplos fatores que podem levar a evasão. A maioria também acredita que o programa contribui para o

melhor desempenho acadêmico dos beneficiários, entretanto, pela falta de pesquisas, relatórios e materiais institucionais, não é possível afirmar com certeza. Essa lacuna aponta para a necessidade de realizar um trabalho a nível institucional, com a cooperação de todos os atores envolvidos com a assistência estudantil, que analise de que maneira os auxílios em pecúnia e os demais programas da PAE-IFCE podem contribuir para a melhoria do rendimento dos discentes e em sua permanência.

Os resultados da pesquisa apontam que o Programa de Auxílios em Pecúnia da Política de Assistência Estudantil do IFCE cumpre com o objetivo de viabilizar melhores condições de permanência aos estudantes no que diz respeito às necessidades de cunho material. Inclusive se considerarmos que os estudantes participantes recebem auxílios praticamente desde o início do curso e já estão nos últimos semestre, sendo que, ao final da pesquisa, um deles já havia concluído o curso e outro estava matriculado como concludente.

Em relação ao bom desempenho acadêmico, a despeito de algumas falas apontarem para a existência dessa conexão, não encontrei elementos suficientes para afirmar que o PAP é efetivamente um fator que tem um peso no desempenho dos estudantes, ainda que 91,66% dos entrevistados tenham um índice de rendimento acima da média, o que aponta para a necessidade de aprofundamento do tema com a realização de novas pesquisas, com a utilização de diferentes metodologias, inclusive quantitativas, pois como afirma Silva (2014, p. 44), todo “saber científico sobre a sociedade é uma interpretação histórica, parcial e relativa”.

Nos depoimentos dos entrevistados, foram apontados alguns pontos de fragilidade do programa, como o processo de seleção, o acompanhamento da equipe multidisciplinar, falta de participação dos discentes nas atividades propostas pela assistência estudantil, equipe reduzida para atender à grande quantidade de demandas cotidianas, o tamanho IFCE, que por ter muitos *campi* em todas as regiões do estado acaba dificultando o processo de acompanhamento sistêmico e, claro, o orçamento, que acaba tornando o programa focalizado e seletivo, já que não consegue dar conta de toda a demanda que existe.

Outra debilidade apontada por um dos técnicos administrativos em educação foi a falta de acompanhamento, monitoramento e avaliação sistêmica por falta da Diretoria de Assuntos Estudantis. Essa é uma leitura que já foi feita pelos próprios profissionais que compõem a DAE, infelizmente, o cenário atual é complicado, pois o IFCE tem cinco *campi*, Guaramiranga, Jaguaruana, Pecém, Maranguape e Jaguaribe, que não possuem assistente social, por isso, estão sendo acompanhados pelas assistentes sociais da diretoria. Ademais, há o trabalho cotidiano de suporte e orientação a todos os *campi* que demanda muito tempo, a participação em reuniões e comissões, ao final, a equipe não está conseguindo parar e fazer esse

trabalho de acompanhamento, monitoramento e avaliação para direcionar os profissionais que estão executando a política na ponta.

A DAE iniciou um grupo de pesquisa com a colaboração de alguns profissionais de outros campi, incluindo o Maracanaú, o que pode ser um dos caminhos para desenvolver pesquisas, o intuito é de que brevemente o grupo se torne também um observatório de assistência estudantil do IFCE. Outra possibilidade seria iniciar o processo de monitoramento e avaliação da política com um projeto piloto, que poderia ser conduzido pela DAE, para fazer uma avaliação do PAE-IFCE em um campus específico, com o apoio dos profissionais do campus, e caso se obtenha êxito, replicar a experiência para os demais *campi*.

A informatização do processo seletivo foi apontada como um dos aspectos positivos do programa. Durante o ano de 2019, o sistema passou por algumas alterações visando melhorar o seu desempenho, por exemplo: antes, a cada pedido de auxílio do mesmo edital, o sistema gerava uma inscrição para o discente fazendo com que os assistentes sociais analisassem caracterizações e documentos do mesmo estudante mais de uma vez, gerando um retrabalho, a partir da nova versão, o sistema condensa todos os auxílios em uma única solicitação, no entanto o estudante anexa os documentos apenas uma vez para todos os seus pedidos, reduzindo significativamente o número de análises, porém algumas modificações ocasionaram problemas não previstos, que ainda estão sendo revistos, com o intuito de dar mais celeridade ao trabalho.

Reitero aqui, a importância de se fortalecer a execução da PAE-IFCE como um todo, não focando apenas no Programa de Auxílio em Pecúnia, visto que a permanência e o êxito dos discentes perpassam por questões que vão além da econômica, como foi discutido no referencial teórico e ratificado pela fala dos profissionais e gestores. Desenvolver ações no âmbito dos demais programas da política institucional pode abrir o campo de atuação das equipes profissionais e ampliar as possibilidades de atendimento dos discentes, até porque o PAP é um programa focalizado.

A PAE-IFCE prevê o desenvolvimento de programas nas áreas de trabalho, educação e cidadania, saúde, alimentação e nutrição, cultura, arte, esporte e lazer, e cada um desses eixos pode ser desdobrado em vários subtemas para intervir nas zonas problemáticas e de interesse dos discentes. Esse trabalho pode auxiliar a desconstrução da ideia de que a Política de Assistência Estudantil do IFCE se resume aos auxílios em pecúnia, pois favorece uma reavaliação do seu significado, principalmente para o público alvo. Outra questão muito importante é tornar as ações da assistência estudantil sistemáticas, rotineiras, pois quando as intervenções ocorrem apenas pontualmente é mais complicado para os estudantes estabelecer uma relação de confiança e formar vínculos com os profissionais, dificultando os processos de

acompanhamento. Para isso, é preciso encontrar táticas para superar as dificuldades apontadas e fortalecer o trabalho em equipe, inclusive com os docentes e gestores.

A pesquisa também apontou, ainda que esse não fosse um de seus objetivos, que o Programa Bolsa Permanência é extremamente relevante para a permanência dos estudantes. Todos os beneficiados são enfáticos ao relatar que a bolsa recebida possibilita que desenvolvam as atividades acadêmicas sem uma preocupação excessiva com os recursos financeiros necessários, visto que seus cursos têm uma carga horária que dificulta a realização de estágios ou o exercício de outra atividade remunerada. A participação nos dois programas da assistência estudantil, PBP e PAP, pode ser um diferencial para a permanência e o desempenho dos estudantes do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do campus Maracanaú, mas neste trabalho não foi possível fazer uma avaliação conclusiva. Esse é um campo fértil para futuras pesquisas e um caminho para o fortalecer a política de assistência estudantil.

Não há como negar que o PNAES é uma importante ferramenta para fortalecer o processo de democratização do acesso ao ensino superior, mas agora, mais do que nunca, em um cenário de desmonte e redução de investimento em políticas sociais, é preciso compreender que a sua continuidade e expansão dependem da qualidade dos serviços prestados pelas instituições e profissionais, pelo entendimento do que é assistência estudantil por parte dos discentes e pela bandeira de luta que será levantada pelos que acreditam em uma educação pública, gratuita e de qualidade, a transformação do PNAES em uma política de Estado garantida por lei.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Elaine Jesus. Políticas sociais de assistência estudantil para estudantes pobres nas universidades públicas brasileiras. *In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2013, São Luís. Disponível: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo5-pobrezaepoliticaspUBLICAS/politicassociaisdeassistenciaestudantilparaestudantespobres.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.
- ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>. Acesso em: 16 out. 2019.
- ANDREOTTI, A. L. **O projeto de ascensão social através da educação**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_023.html. Acesso em: 3 dez. 2018.
- BACELAR, T. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. *In: SANTOS JÚNIOR, O. A. dos. (Org.). Políticas públicas e gestão local*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Nov. 2017. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2017/11/Banco-Mundial-Brazil-Public-Expenditure-Review.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2002. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/RonanTocafundo/bardin-laurence-anlise-de-contedo>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- BEHRING, E. R. Política social no contexto da crise capitalista. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- BEHRING, E. R. **Fundamentos de política social**. 2009. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. Biblioteca básica de serviço social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 2.
- BOITO JÚNIOR, A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 fev. 2019.
- BOSCHETTI, I. A política da seguridade social no BRASIL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- BRANDÃO, L. de M. **Avaliação da assistência estudantil em relação ao reconhecimento das diversidades no campus agrícola de Umirim/CE**. – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2017.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, promulgada em 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 16 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício-Circular nº 1/2019/CGRE/DIPPES/SESU/SESU-MEC**, de 3 de janeiro de 2019. Programa de Bolsa Permanência. Calendário Anual de Homologação de Bolsas. Evolução da funcionalidade de homologação de bolsas do SISBP. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/cetens/images/PROPAAE/anexo_mensagem_pbpanexo_mensagem_5c2e853601f1a.pdf. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. [S.l.], 2014, 52 f. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 57.870, de 25 de fevereiro de 1966. Institui o Programa Especial de Bolsas de Estudo para trabalhadores sindicalizados e seus dependentes. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 28/2/1966, Página 2172. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57870-25-fevereiro-1966-398491-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 de novembro de 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escola de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**- 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. v. 2, p. 445-447.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Data de Publicação: 27/12/1961 e retificado em: 28/12/1961 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 24 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Data de Publicação: 26/6/2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Data de Publicação: 25/4/2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 7091, de 18 de abril de 1983. Altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, a que se refere a Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, amplia suas finalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 abr. 1983. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7091-18-abril-1983-356755-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: Concepção e Diretrizes**. Brasília, MEC, 2010, 23p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013. Cria o Programa Bolsa Permanência e dá outras providências. **Diário oficial da União**: Brasília, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=68911-portaria-389-09052013&category_slug=programa-bolsa-permanencia&Itemid=30192. Aceso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 19 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Miséria (MDS), Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social-SUAS, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Modelos de estado desenvolvimentista. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Texto-Discuss%C3%A3o/350-Modelos-Estado-Desenvovimentista-TD412.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

CANÇADO, T. C. L.; SOUZA, R. S. de; CARDOSO, C. B. da S. **Trabalhando o conceito de vulnerabilidade social**. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro (SP), 2014.

CARDOSO, G. C. de C. **A atuação do estado no desenvolvimento recente do Nordeste**. Natal: EDUFRN, 2008.

CARVALHO, Keane Barroso de. **Territórios produtivos: estudo geográfico do I Distrito Industrial do Ceará**. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, 20 p.

CAVALHEIRO, J. S. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios**. Pelotas: UCPEL, 2013. (Dissertação de Mestrado em Política Social).

COELHO, M. J. **A política de assistência estudantil e a contrarreforma universitária: estudo sobre o programa de moradia universitária na Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza: UFC, 2012.

COSTA, Simone Gomes. A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. In: **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis – Brasil, 25 a 27 de novembro de 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/37031/A%20perman%C3%Aancia%20na%20educa%EF%BF%BD%C3%A3o%20superior%20no%20Brasil%20Uma%20an%C3%A1lise%20das%20pol%C3%ADticas%20de%20assist%C3%Aancia%20e%20studentil.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 set. 2019.

COWELL, F. A. **Measuring inequality**. Third edition. London: Oxford University Press, 2011.

CRONEMBERGER, I. H. G. M.; TEIXEIRA, S. M. Família vulneráveis como expressão da questão social, à luz da política de assistência social. **Revista Eletrônica Informe Econômico**, ano 1, v. 1, p. 17-26, ago. 2013. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/economiaufpi/article/viewFile/1267/990>. Acesso em: 21 set. 2019.

CRUZ, K. de S. L. **Tessituras da qualificação social e técnica na formação de trabalhadores de nível técnico e superior**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 264p.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1176223/mod_resource/content/1/Cunha_Ensino_superior_e_Universidade_no_Brasil.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

DORE, Rosemary *et al.* Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais. In: _____ *et al.* (orgs). **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/rimepes/livros/Dore%20et%20al.%20-%202014%20-%20Evasao%20na%20educacao%20-%20estudos,%20politicas%20e%20propostas.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

DICIO. **Dicionário online de português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 18 out. 2019.

DRUCK, G.; FILGUEIRAS, L.; MOREIRA, U. Ajuste fiscal e as universidades públicas brasileiras: a nova investida do banco mundial. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S.l.], n. 242, p. 602-634, mar. 2018. ISSN 2447-861X. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/411/333>. Acesso em: 24 jan. 2019.

DUMARESQ, Z. M. R. M. **Análise da política de assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – campus Fortaleza: sob o olhar dos discentes**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

DUTRA, N. G. dos R; SANTOS, M. de F. de S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p.148-181, mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362017000100148&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 fev. 2019.

ESTENSSORO, L. **Estado e políticas públicas no Brasil: questões pendentes**. 2011. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/estenssoro/estado-e-politicas-pblicas-no-brasil-luis-estenssoro>. Acesso em: 9 jan. 2018.

FALEIROS, Fabiana *et al.* Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. **Texto contexto - enfermagem**. Florianópolis, v. 25, n. 4, e3880014, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072016000400304&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 4 de outubro 2019.

FALEIROS, V. de P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais**. 12. ed., São Paulo: Cortez: 2009.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). **IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**.

Uberlândia, 2016. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduando-das-IFES_2014.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, S. A. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Rev. de Administração de Empresa**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai-jun. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3>. Acesso em: 21 jul. 2018.

GOMES, M. F. Evolução histórica do ensino superior brasileiro. *In: Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 82, nov. 2010. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8679. Acesso em: 3 dez. 2018.

GONÇALVES, D. I. F. Pesquisas de marketing pela internet: As percepções sob a ótica dos entrevistados. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 7, nov./dez. 2008.

GUEDELHO, C. V. **Avaliação em profundidade da política de assistência estudantil do Instituto Federal do Piauí**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2017.

GUSSI, A. F.; OLIVEIRA, B. R. de. Discutindo paradigmas contra-hegemônicos de avaliação de políticas públicas. *In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas*, 1, Brasília, 2015. Anais. Brasília: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32504/1/2015_eve_afgussibroliveira.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mobilidade sócio-ocupacional**: 2014. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98815.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). **Resolução nº 14, de 18 de fevereiro de 2019**. Aprova o Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/regulamento-de-auxilios-estudantis-do-ifce/resolucao-ndeg-14-aprova-o-regulamento-de-auxilios-estudantis-no-ambito-do-ifce.pdf/view>. Acesso em: 18 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). Conselho Superior – CONSUP. **Aprova a proposta de revisão da missão-visão valores do IFCE.** Resolução nº 14, de 2 de março de 2012. Disponível em: https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/resolucoes/2012/resoluo_n_14-2012.pdf/view. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). **Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE.** Armênia Chaves Fernandes Vieira, Erica de Lima Gallindo, Hobson Almeida Cruz. Fortaleza: IFCE, 2017. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/ensino/plano-de-permanencia-e-exito.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). Conselho Superior – CONSUP. **Aprova o regulamento de concessão de auxílios estudantis no âmbito Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.** Resolução nº 52/CONSUP/IFCE, de 24 de outubro de 2016. Disponível em: <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/regulamento-de-auxilios-estudantis-do-ifce>. Acesso em: 10 jan. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). Conselho Superior – CONSUP. **Aprova a política de assistência estudantil do IFCE.** Resolução nº 24/CONSUP/IFCE, de 22 de junho de 2015a. Disponível em: <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/politica-de-assistencia-estudantil-do-ifce>. Acesso em: 30 jan. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). Conselho Superior – CONSUP. **Aprova o regimento das moradias do IFCE.** Resolução nº 54/CONSUP/IFCE, de 14 de dezembro de 2015b. 181. Disponível em: <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/politica-de-assistencia-estudantil-do-ifce>. Acesso em: 01 fev. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). Conselho Superior – CONSUP. **Aprova as alterações no ROD aprovado em 22 de junho de 2015 pela Resolução Consup nº 35.** Resolução nº 56/CONSUP/IFCE, de 14 de dezembro de 2015c. Disponível em: <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/regulamento-de-ordem-didatica/regulamento-da-ordem-didatica>. Acesso em: 14 fev. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). Conselho Superior – CONSUP. **Aprova o Regulamento de Ordem Didática.** Fortaleza, 2015. Disponível em: <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/regulamento-de-ordem-didatica/regulamento-da-ordem-didatica>. Acesso em: 14 fev. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Vulnerabilidade social no Brasil:** conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Rio de Janeiro, 2018.

KOSIC, Karel. **Dialética do concreto.** 5. ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 2002.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing.** 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MAGALHÃES, R. P. de. **Assistência estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação**: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013.

MARINHO, P. G. **O PNAES na UFC – Campus Fortaleza**: uma avaliação do Programa de Assistência Estudantil ofertado na PRAE, no período de 2013-2017. Fortaleza, 2017.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras.**, v. 17, suppl. 3, p. 4-6, 2002. ISSN 0102-8650. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>. Acesso em: 23 nov. 2018.

MAZZA, D. A revolução burguesa no Brasil e o golpe de 2016. *In*: **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

MEDEIROS, E. **Dilma e Lula elevaram os investimentos em educação?** Senadora acerta ao afirmar que, nos últimos 13 anos, o governo federal passou a destinar mais recursos para a área. Agência pública de jornalismo investigativo, 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/07/truco-dilma-e-lula-elevaram-os-investimentos-em-educacao/>. Acesso em: 23 nov. 2018.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, M.C.C. **O desafio do conhecimento** – Pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, M. C. de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, 2017.

MOREIRA, R. da L. **Revolução Constitucionalista de 1932**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>. Acesso em: 4 nov. 2018.

OLIVEIRA, A. M. de. **A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**: a experiência no IFPI. Teresina: UFPI, 2016. (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas), 2016.

OLIVEIRA, E. G. de; SILVA, E. V. Convergências e dissonâncias dos programas PNAES e bolsa-permanência e a lei de cotas. **Revista Labor**, [S.l.], v. 1, n. 19, p. 05-14, July 2018. ISSN 1983-5000. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/39541>. Acesso em: 13 fev. 2019.

PARA BOLSONARO, é melhor ter menos direito do que perder emprego. **Jornal do Comércio**. Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/05/politica/628524-para-bolsonaro-e-melhor-ter-menos-direitos-do-que-perder-o-emprego.html. Acesso em: 23 jan. 2019.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, A. S. **Retenção discente nos cursos de graduação presencial da UFES**. Dissertação – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

PEREIRA, P. A. P. **A Assistência na Perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

RAMALHO, L. E. G. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

RIBEIRO, M. das G. M. **Educação superior brasileira: reforma e diversificação institucional**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 210p.

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval** – Revista de Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza: UFC, p. 7-15, 2008.

RODRIGUES, L. C. Análises de contexto e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **CAOS** – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 16, p. 55-73, mar. 2011. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 2011.

Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos/n17/5.%20RODRIGUES,%20LEA%20AVALIA%20C3%87%C3%83O%20EM%20PROFUNDIDADE%20UFC%2055-73.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.

RODRIGUES, N. **Revolução de 1930**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/revolucao-de-1930/>. Acesso em: 4 nov. 2018.

SAVIANI, D. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2008. Disponível em: https://favaretoufabc.files.wordpress.com/2014/06/sen_desigualdade_reexaminada.pdf. Acesso em: 23 set. 2019.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Maria das Graças Martins; NOGUEIRA, Patrícia Simone. Permanência na Educação Superior: traçados dos estudos e faces da realidade. **Revista Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 18, n. 26, p. 43-68, 2015. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/issue/view/90/showToc>. Acesso em: 1º nov. 2019.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. *In*: SILVA E SILVA, Maria Ozanira da (Org), **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, São Luiz, MA: Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (Gaep), 2013. p. 89-177.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 set. 2019.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Construindo uma proposta metodológica participativa para desenvolvimento da pesquisa avaliativa: uma contribuição da teoria crítica para a prática do Serviço Social. *In*: **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 222-233, ago./dez. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/12661/8633>. Acesso em: 18 set. 2019.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 out. 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 fev. 2019.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. 186p.

TENENTE, Luiza; FIGUEIREDO, Patrícia; G1. **Entenda o corte de verbas das universidades federais e saiba como são os orçamentos das 10 maiores**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>. Acesso em: 7 nov. 2019.

VALLE, M. R. 1968: quando o diálogo é a violência. *In*: GROppo, L. A; ZAIDAN FILHO, M; MACHADO, O. L. (org.) **Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje**. Recife: Universitária da UFPE, 2008. v. 1. p. 80-91.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Revista**, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>. Acesso em: 28 jan. 2019.

VINHAL, G. **Demandas LGBT serão atendidas, sim, afirma Damares**. Correio Braziliense. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/01/02/interna_politica,728583/damares-demandas-lgbt-serao-atendidas-por-direitos-humanos.shtml. Acesso em: 4 jan. 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 2888-322, abr./jun. 2012.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS nº 466/2012, MS**

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará: uma avaliação do Programa de Auxílios em Pecúnia do Campus Maracanaú e está sendo desenvolvida por Ariádine de Oliveira Rabelo da Silva, aluna do Programa de Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação do professor Dr. Gil Célio Cardoso.

O estudo tem como objetivo avaliar se o Programa de Auxílios em Pecúnia cumpre os objetivos de viabilizar a permanência e contribuir para o êxito dos estudantes em seu percurso acadêmico. Para isso, é necessário compreender as bases conceituais que orientam o Programa Nacional de Assistência Estudantil em relação ao seu contexto de formulação; analisar o processo de implementação e execução do PNAES no IFCE, considerando a perspectiva dos diversos atores envolvidos e os significados da assistência estudantil para cada um deles; e averiguar se os estudantes contemplados com os auxílios em pecúnia, matriculados no curso de bacharelado em engenharia ambiental e sanitária, permanecem na instituição e detêm um bom desempenho acadêmico.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a manutenção e expansão da política de assistência estudantil em um período de redução de investimentos em políticas públicas, verificando se ela atende aos objetivos para os quais foi criada e se há maneiras de tornar a sua execução mais efetiva.

Solicito a sua colaboração para essa entrevista, com tempo médio de duração de uma hora, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área das Ciências Sociais Aplicadas e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informo que nesta pesquisa não haverá possíveis riscos e/ou desconfortos para o participante da pesquisa, mas mesmo assim, serão tomadas medidas pelo pesquisador para prevenir e/ou minimizar tais riscos, caso venham a existir.

Sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir dele, não sofrerá nenhum dano nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na

instituição (se for o caso). A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Maracanaú, ____ de _____ de _____

Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de mais informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Ariádine de Oliveira Rabelo da Silva.

Telefone: (85) 99600-5212 E-mail: ariadine.rabelo@gmail.com

**ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS (AS) GESTORES(AS) DO
CAMPUS MARACANAÚ (Direção de Ensino, Direção Geral, Coordenação Técnico
Pedagógica e Coordenação de Assuntos Estudantis)**

1. Nome _____
Cargo/função _____ Tempo na instituição IFCE _____
Tempo no campus Maracanaú _____
2. Para você, o que é assistência estudantil e qual a sua importância?
3. Em sua experiência, quais as principais dificuldades encontradas pelos estudantes para permanecer na instituição?
4. Você conhece o Programa Nacional de Assistência Estudantil, a Política de Assistência Estudantil do IFCE e o Regulamento de Auxílios Estudantis?
3. Você conhece como se deu o processo de elaboração da Política de Assistência Estudantil do IFCE? Participou desse processo? De que forma? E a comunidade acadêmica?
5. Você acredita que o Programa de Auxílios em Pecúnia contribui para a permanência de estudantes?
6. É possível dizer que os estudantes beneficiados com o Programa de Auxílio possuem um rendimento acadêmico melhor e um índice de evasão mais baixo, existe algum estudo nesse sentido?
7. Existe algum acompanhamento feito aos estudantes? Quais as principais dificuldades encontradas para a realização desse acompanhamento?
9. Quais os pontos positivos e negativos que você consegue enxergar no Programa de Auxílios?

**ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SERVIDORES TÉCNICO
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL CAMPUS
MARACANAÚ**

NOME: _____

CARGO/ FUNÇÃO: _____

1. Em seu entendimento, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que interferem em sua permanência na instituição?
2. O que você entende por assistência estudantil?
3. Você conhece o PNAES, a PAE do IFCE e o RAE?
4. Você sabe como se deu o processo de elaboração da Política de Assistência Estudantil do IFCE?
5. O processo de elaboração e execução da Política de Assistência Estudantil do IFCE contou/conta com a participação de gestores, profissionais e estudantes?
6. Escolha a opção que melhor expressa a sua opinião sobre a afirmação: Para você, a assistência estudantil é importante. Justifique sua resposta.
Discordo totalmente; discordo parcialmente; não concordo nem discordo; concordo parcialmente; concordo totalmente.
7. Escolha a opção que melhor expressa a sua opinião sobre a afirmação: Para você, o Programa de Auxílios em Pecúnia é importante. Justifique sua resposta.
Discordo totalmente; discordo parcialmente; não concordo nem discordo; concordo parcialmente; concordo totalmente.
8. Você considera que a assistência estudantil tem favorecido a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no IFCE?
9. Você sabe como historicamente foram prestados esses serviços/programas/ auxílios ao público discente? Houve mudanças quando o PNAES foi implementado?
10. Você diria que existe um acompanhamento sistemático aos estudantes que recebem os auxílios em pecúnia no campus? Se sim, quais as ações de acompanhamento aos estudantes são desenvolvidas?
11. Existe algum acompanhamento feito pelo campus dos resultados obtidos com o Programa de Auxílios em Pecúnia?

12. Se sim, informe quais ações de acompanhamento são desenvolvidas.
13. Você considera que o recurso destinado ao Programa de Auxílios em Pecúnia é suficiente para atender à demanda dos estudantes? Justifique sua resposta.
14. Quais aspectos facilitadores e dificultadores você visualiza na operacionalização do Programa de Auxílios em forma de pecúnia? Quais seus desafios e como pode ser melhorado?

**ANEXO D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS
DO PROGRAMA DE AUXÍLIOS EM PECÚNIA – CAMPUS MARACANAÚ**

NOME: _____

SEMESTRE: _____

1. O que você entende por assistência estudantil?
2. Você conhece o PNAES, Política de Assistência Estudantil do IFCE ou o Regulamento de Auxílios Estudantis (RAE)?
3. Em sua opinião, os documentos que regem a assistência estudantil são fáceis de ler e compreender? Justifique sua resposta.
4. Você sabe como se deu o processo de formulação local da política de assistência estudantil do IFCE e do Programa de Auxílios em Pecúnia? Houve participação de profissionais e estudantes? Explique.
5. Quais as principais dificuldades que você encontra para permanecer no curso e obter êxito acadêmico? Justifique.
6. Para você o Programa de Auxílios em Pecúnia é:
Uma ajuda financeira; uma bolsa de incentivo; um direito.
Justifique sua resposta.
7. Você conhece os critérios de acesso e permanência no Programa de Auxílios estudantis?
Caso conheça, quais são?
8. Com quais auxílios você já foi contemplado? E atualmente quais auxílios recebe?
9. A partir de qual semestre você começou a receber auxílios?
10. Houve algum semestre em que você não foi contemplado com auxílio? Se sim, isso trouxe alguma dificuldade ou comprometimento no seu desempenho acadêmico? Quais?
11. Você acredita que os recursos disponibilizados para o Programa de Auxílios em Pecúnia são suficientes para o atendimento à demanda dos estudantes? Por quê?
12. Você considera que o Programa de Auxílios em Pecúnia tem favorecido a sua permanência na instituição? De que modo?
13. Acredita que o referido programa tem contribuído para o seu desempenho? Consegue identificar uma melhoria no seu desempenho após o recebimento dos auxílios estudantis?
Explique.

14. Quais aspectos positivos e negativos você visualiza enquanto beneficiário do programa?
Quais seus desafios e como pode ser melhorado?

**ANEXO E – QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES DO CURSO DE
ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA - CAMPUS MARACANAÚ**

Nome:

Tempo de atuação no IFCE campus Maracanaú:

1. O que você entende por assistência estudantil?
2. Você conhece o PNAES, a Política de Assistência Estudantil do IFCE e o Regulamento de Auxílios Estudantis?
3. Você conhece os programas e serviços da assistência estudantil (AE)?
4. Você tem alunos que participam do Programa de Auxílios em Pecúnia?
5. Caso tenha respondido afirmativamente à pergunta anterior, você consegue identificar se os estudantes que recebem auxílios têm uma boa frequência e um bom rendimento acadêmico na sua disciplina? Justifique.
6. Escolha a opção que melhor expressa a sua opinião sobre a afirmação: Para você, a assistência estudantil é importante.

Discordo totalmente; discordo parcialmente; não concordo nem discordo; concordo parcialmente; concordo totalmente.
7. Escolha a opção que melhor expressa a sua opinião sobre a afirmação: As ações de assistência estudantil não contribuem para a formação técnica e subjetiva dos estudantes, sua importância se dá apenas no campo do auxílio financeiro para a garantia da frequência escolar. Justifique sua resposta.

Discordo totalmente; discordo parcialmente; não concordo nem discordo; concordo parcialmente; concordo totalmente.
8. Escolha a opção que melhor expressa a sua opinião sobre a afirmação: O Programa de Auxílios em Pecúnia é importante para garantir a permanência de grupos historicamente excluídos e marginalizados no sistema educacional, porém ainda não consegue ter o êxito desejado e possível. Justifique sua resposta.

Discordo totalmente; discordo parcialmente; não concordo nem discordo; concordo parcialmente; concordo totalmente.

9. Em sua opinião, qual a importância da assistência estudantil, mais especificamente, do Programa de Auxílios em Pecúnia, para os (as) estudantes do campus Maracanaú?